



Victória Guimarães Souza

**Aspectos da inserção e do ensino da Sociologia na
Escola Normal do Distrito Federal, futuro Instituto
de Educação (1928-1936)**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Educação da PUC-Rio como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson da Costa Soares

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2021



Victória Guimarães Souza

Aspectos da inserção e do ensino da Sociologia na Escola Normal do Distrito Federal, futuro Instituto de Educação (1928-1936)

Dissertação apresentada pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Dr. Jefferson da Costa Soares
Orientador
Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof.^a Dr.^a Julia Polessa Maçaira
Departamento de Educação – UFRJ

Prof.^a Dr.^a Patricia Coelho da Costa
Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof.^a Monah Winograd
Coordenadora Setorial do Centro
de Teologia e Ciências Humanas
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2021.

Todos os direitos reservados.

Victória Guimarães Souza

Bacharel em Direito pela Universidade Iguazu (2012) e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019).

Ficha Catalográfica

Souza, Victória Guimarães

Aspectos da inserção e do ensino da Sociologia na Escola Normal do Distrito Federal, futuro Instituto de Educação (1928-1936) / Victória Guimarães Souza ; orientador: Jefferson da Costa Soares. – 2021.

116 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2021.

CDD: 370

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-RIO, que me acolheu e possibilitou que essa dissertação pudesse ser realizada.

Ao meu orientador, Prof. Jefferson Soares, que foi um verdadeiro orientador ao longo desses dois anos e soube me ajudar, mesmo nos momentos mais difíceis da caminhada. Agradeço pela confiança e pela parceria que se estenderá pelo doutorado e pela vida.

Ao meu grupo de pesquisa, HISPROF, pela acolhida e pela troca tão necessária e intensa, mesmo que de forma virtual.

À professora Julia Polessa Maçaira, minha primeira orientadora, que me abriu portas, me ensinou os primeiros passos na vida acadêmica e continua contribuindo para minha formação. Pelo carinho que me disponibiliza desde que eu era sua monitora na graduação.

À professora Anita Handfas e ao Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes, pelas experiências vividas e por todo aprendizado.

Aos professores Patricia Coelho, Maria Inês Marcondes e Alexandre Fraga, pelas leituras atentas e contribuições.

À amiga Érica Nascimento e tudo que vivemos nesse último ano. “Tudo que nós tem é nós”. Gratidão!

A minha turma de mestrado, uma saudade que dói. Em especial às amigas Izabela e Talita, as “sofridas da história”.

Aos amigos queridos, que torceram em cada etapa e celebram comigo essa conquista. Minha família brilhante, Humberto, Tainã, Márcia, Hellen e Julia.

À Mariana Pitanga, minha amiga desde sempre, pelas inúmeras leituras críticas e pelas contribuições ao longo desses dois anos.

Aos meus irmãos, Eduarda, Maria, Alice e Cadu. Vocês renovam minhas forças e minha esperança. Eduarda, a melhor professora que temos, um exemplo pra mim.

À minha mãe, Patricia, e minha vó Maria Lucia, por nunca terem desistido. Por terem feito muito mais que qualquer outro pra que eu pudesse estudar, por sempre me lembrar de que a única coisa que ninguém podia tirar de mim era o conhecimento.

Ao meu marido, Lucas, que acreditou em mim quando eu não acreditei, pelo incentivo diário e por todo apoio material e imaterial para que eu pudesse seguir a vida acadêmica.

Aos profissionais do Centro de Memória da Educação Brasileira, que organizam, cuidam e preservam a história e a memória do Instituto de Educação. Sem vocês esse trabalho não seria possível.

Resumo

Souza, Victória Guimarães. **Aspectos da inserção e do ensino da Sociologia na Escola Normal do Distrito Federal, futuro Instituto de Educação (1928-1936)**. Rio de Janeiro, 2021. 116pp. Dissertação (mestrado) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo tem como objetivo identificar e analisar alguns aspectos históricos da disciplina escolar Sociologia, no período de 1928 a 1936, na Escola Normal do Distrito Federal, atual Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), no momento em que foi introduzida no currículo, por meio da reforma empreendida por Fernando de Azevedo em 1928, e seu percurso nos primeiros anos, após as mudanças que ocorreram com a posse de Anísio Teixeira na Diretoria de Instrução Pública em 1931, quando a Escola passa a se tornar Instituto de Educação. Para alcançar tal propósito, a metodologia utilizada foi a análise documental das diferentes fontes do período estudado, com destaque para aquelas do acervo do Centro de Memória da Educação Brasileira, localizado no ISERJ. O principal referencial teórico adotado foi a tradição inglesa da História das Disciplinas Escolares, tendo como referência a obra de Ivor Goodson, que entende currículo como um processo político, social e que, portanto, não é possível entendê-lo como conhecimento puro, descontextualizado. Foi possível analisar os programas das disciplinas Sociologia e Sociologia Educacional, relacionando-os com os movimentos e teorias educacionais em voga nas décadas de 1920 e 1930.

Palavras-chave

Escola Normal; História das Disciplinas Escolares; Ensino de Sociologia.

Abstract

Souza, Victória Guimarães. **Aspects of the insertion and teaching of Sociology at the Escola Normal do Distrito Federal, future Instituto de Educação (1928-1936)**. Rio de Janeiro, 2021. 116pp. Dissertação (mestrado) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present study aims to identify and analyze some historical aspects of the school discipline Sociology, from 1928 to 1936, at the Escola Normal do Distrito Federal, currently the Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), at the time it was introduced in the curriculum, through the reform undertaken by Fernando de Azevedo in 1928, and his path in the early years, after the changes that occurred with the ownership of Anísio Teixeira in the Directorate of Public Instruction in 1931, when the School became the Instituto de Educação . To achieve this purpose, the methodology used was the documentary analysis of the different sources of the studied period, with emphasis on those from the collection of the Centro de Memória da Educação Brasileira, located at ISERJ. The main theoretical framework adopted was the English tradition of the History of School Disciplines, having as reference the work of Ivor Goodson, who understands curriculum as a political, social process and, therefore, it is not possible to understand it as pure, decontextualized knowledge. It was possible to analyze the programs of the Sociology and Educational Sociology disciplines, relating them to the educational movements and theories in vogue in the 1920s and 1930s.

Keywords

Normal School; History of School Disciplines; Teaching Sociology.

Sumário

1. O percurso realizado na construção da pesquisa	11
1.1 Objetivos, justificativa e objeto	12
1.2 O percurso teórico-metodológico: as referências, as fontes e o campo de pesquisa	16
1.2.1 <i>Corpus</i> documental.....	26
2. Do século XIX ao XXI: um breve relato sobre a história da Sociologia	28
2.1 O ensino de Sociologia	29
2.1.1 A Sociologia chega ao Brasil.....	30
2.2 Rui Barbosa e Benjamin Constant: as primeiras tentativas	31
2.3 A Reforma Rocha Vaz.....	33
2.4 A Reforma Francisco Campos.....	35
2.5 A Reforma Capanema	41
2.6 O período de alijamento e o retorno ao currículo	44
3. Da Escola Normal ao Instituto de Educação.....	48
3.1 De Escola Normal do Município da Corte a Escola Normal do Distrito Federal	50
3.2 A Escola Normal do Distrito Federal e as reformas na educação	53
3.3 O Escolanovismo e as Reformas de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira	55
3.3.1 A Reforma de Fernando de Azevedo	57
3.3.2 Anísio Teixeira e o Instituto de Educação	62
4. A disciplina Sociologia na Escola Normal do Distrito Federal.....	68
4.1 A Sociologia da Escola Normal do Distrito Federal	69
4.2 O Concurso para catedrático e os professores de Sociologia	70
4.2.1 Aspectos da atuação de Delgado de Carvalho no Instituto de Educação	74
4.3 Os programas de Sociologia e Sociologia Educacional	76
4.3.1 O programa de Sociologia de 1929	78
4.3.2 O programa de Sociologia Educacional de 1936.....	82
4.4 Sociologia Educacional, de Delgado de Carvalho para as Escolas de Professores.....	85
5. Considerações finais	89
6. Referências bibliográficas	92
Anexos.....	105

Lista de ilustrações

❖ Quadros

Quadro 1 - Os primeiros manuais de Sociologia no Brasil	38
Quadro 2 - Disciplinas do curso normal segundo a Reforma Fernando de Azevedo	59
Quadro 3 - Seções de Ensino do curso de formação de professores	65
Quadro 4 - Conteúdo do Programa de Sociologia de 1929	79
Quadro 5 - Programa de Sociologia Educacional	83

❖ Figuras

Figura 1 - A Escola Normal no Largo de São Francisco de Paula	50
Figura 2 - Prédio da Escola Normal situado no Campo da Aclamação	52
Figura 3 - Prédio na Rua São Cristóvão	54
Figura 4 - Visão externa do prédio da Escola Normal no Distrito Federal	61
Figura 5 - Sala de estudos de Sociologia no prédio do Instituto de Educação, na Rua Mariz e Barros	77

Lista de Siglas

ABE - Associação Brasileira de Educação

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CMEB - Centro de Memória da Educação Brasileira

DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

ELSP - Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo

EUA – Estados Unidos da América

FFCL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

HDE - História das Disciplinas Escolares

IEB-USP - Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

IERP - Instituto de Educação Rangel Pestana

ISERJ – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

LabES - Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia

UDF – Universidade do Distrito Federal

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

A obra de estrutura orgânica, que Anísio Teixeira concebera e fixara em lei, instalada no prédio amplo e harmônico que Fernando de Azevedo sonhara e transferira para a realização arquitetônica, ia encontrar em Lourenço Filho o formador e o criador. O Instituto de Educação, representa assim, uma síntese dos três maiores líderes do movimento de renovação educacional do Brasil, que nele se encontram no seu idealismo e na sua capacidade da realização.

Francisco Venâncio Filho

1. O percurso realizado na construção da pesquisa

Minha trajetória nas Ciências Sociais se assemelha a de muitos alunos que encontrei nos corredores do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, no Largo São Francisco de Paula, centro do Rio de Janeiro. Era minha segunda graduação, eu trabalhava durante o dia e estudava à noite, percorria 80 quilômetros todos os dias para estudar. O estágio nos últimos períodos veio com uma mudança radical, eu passei a me dedicar exclusivamente aos estudos, possibilidade que não havia tido em toda minha vida acadêmica.

Tornei-me monitora de Didática e Prática em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde cursava a licenciatura em Ciências Sociais. Essa experiência me levou até a iniciação científica e ao LabES¹, o Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes. Essa pesquisa surge a partir dessa experiência, ainda na graduação.

Realizei o estágio numa instituição voltada para o Curso Normal, o Instituto de Educação Rangel Pestana (IERP), em Nova Iguaçu. Meu interesse inicial era pesquisar a introdução da Sociologia no currículo dessa instituição, criada em 1933, mas se tornou uma difícil tarefa encontrar relatos, documentos e fontes sobre a História da Educação em Nova Iguaçu para desenvolver essa pesquisa. Ao iniciar uma pesquisa sobre a Sociologia no currículo da Escola Normal, tive conhecimento da importância do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) na história da formação de professores do Rio de Janeiro, e da existência do Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB), o que viabilizava a pesquisa documental.

Concomitantemente ao início da pesquisa no CMEB, participei do processo seletivo de 2019 para o curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no qual fui aprovada para a linha de pesquisa Ideias e instituições educacionais. Essa dissertação foi produzida durante os anos de 2019 e 2020, sob orientação do Prof. Dr. Jefferson da Costa Soares.

¹ O LabES é um espaço voltado tanto para atividades de pesquisa, quanto de extensão. O laboratório faz um importante e necessário intercâmbio entre a universidade e as escolas da educação básica. Ele está situado na Faculdade de Educação da UFRJ, na Praia Vermelha.

1.1 Objetivos, justificativa e objeto

O objetivo principal dessa dissertação foi construir uma versão histórica sobre a inserção da disciplina Sociologia e seu contexto na Escola Normal da Capital Federal, em razão da carência de produções que analisem o tema. Trata-se de uma pesquisa nunca realizada e sobre uma instituição de referência para a formação de professores no Brasil.

Durante os primeiros meses do curso definimos² o objeto e deixamos que os documentos encontrados delimitassem o período da pesquisa, seguindo então a orientação do historiador Georges Duby em sua obra *A História Continua* (1993), que foi de grande importância para essa dissertação.

A investigação se desenvolveu a partir das seguintes questões:

- a) Quais fatores educacionais, sociais, políticos, culturais e econômicos fizeram com que a Sociologia fosse introduzida no currículo da Escola Normal da Capital Federal em 1928?
- b) Quais eram as condições políticas e sociais no período que contribuíram para sua inserção?
- c) Que Sociologia era ensinada no período supracitado?

Nas duas primeiras questões, tínhamos como referência os fatores que permitiram sua inserção no currículo naquele momento histórico. A última consiste em identificar e analisar os conteúdos, recursos e a bibliografia utilizada nas aulas de Sociologia, valendo-se da análise documental como metodologia de pesquisa.

Nesse sentido, buscamos como objetivo geral identificar os impactos da inserção da disciplina Sociologia na grade curricular da Escola Normal da Capital Federal, assim como desenvolver uma análise sócio histórica do currículo de Sociologia e de seu processo de introdução durante o período em que Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira estiveram à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal.

Os objetivos específicos foram:

- Investigar os impactos da introdução da disciplina Sociologia a partir de 1928;
- Investigar como a disciplina Sociologia era ensinada no período de 1928 a 1936;

² A partir desse ponto, alteramos a pessoa do discurso de “eu” para “nós”, pois trataremos dos elementos da pesquisa e não mais da trajetória individual da pesquisadora.

- Identificar quem eram os professores;
- Identificar quais as concepções predominantes e que disputas estão por trás das mudanças curriculares;
- Identificar os impactos do escolanovismo na mudança da disciplina Sociologia para a disciplina Sociologia Educacional na grande curricular.

As questões propostas partiram da ausência de trabalhos sobre o ensino de Sociologia e sua importância no currículo do curso normal, tendo em vista que ainda são poucos os trabalhos desenvolvidos nessa área. Percebemos a relevância do problema ao pesquisar trabalhos, dissertações e teses na área, assim como o Grupo de Trabalho de Ensino de Sociologia da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), e a ausência de discussões que focalizem a perspectiva da história da Sociologia no curso normal.

Segundo Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo (2002), um estudo em perspectiva histórica contribui para a compreensão de processos de desenvolvimento e consolidação de uma disciplina escolar ou áreas de conhecimento, tendo por base a forma como se desenvolvem em instituições específicas.

A Sociologia no Brasil vai emergir dos planos e projetos do meio político para o educacional. Em 1882, Rui Barbosa elabora pareceres favoráveis ao ensino de Sociologia, não tendo surtido efeito (MACHADO, 1987). Cabe lembrar que o sistema educacional brasileiro nessa época carecia de uma estrutura basilar³ que sustentasse efetivamente a implantação da disciplina, de modo que a proposta de Rui Barbosa não prospera, e a Sociologia adormece em meio à burocracia.

Após as primeiras tentativas de Rui Barbosa e Benjamin Constant, a Sociologia retorna em 1925, com a Reforma educacional de João Luis Alves/Lei Rocha Vaz⁴ (Decreto nº 16.782 - A de 13 de janeiro de 1925).

³ A instrução pública no Brasil do final do século XIX estava ainda dando os seus primeiros passos. Embora desde 1854 algumas leis a favor da educação tenham sido elaboradas, na prática a imensa maioria da população permanecia analfabeta. Verdade é que faltava de quase tudo para que as leis saíssem do papel. Em 1859, por exemplo, devido ao aumento do custo de vida e ao desinteresse do poder público, o salário dos professores se desvalorizou, desestimulando os mestres atuantes. Não havia escolas normais para capacitação de novos professores, o que fez surgir os chamados adjuntos, tanto mal pagos, quanto mal preparados. Nem mesmo os prédios escolares eram os mais adequados (RAZZINI, 2000).

⁴ João Luiz Alves é ministro de Justiça e Negócios Interiores no governo de Artur Bernardes na Presidência da República. No seu mandato, elabora a última reforma a afetar o ensino secundário na Primeira República, que leva o nome do professor Rocha Vaz, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Conforme Simone Meucci,

Retorna ao sistema regular de ensino brasileiro apenas em 1925, inserida no currículo da 6ª série ginasial, cursada por aqueles interessados em obter o diploma de "Bacharel em Ciências e Letras". Alguns anos depois, em 1928, nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, torna-se disciplina obrigatória nos programas dos cursos de magistério. Em 1931, em todo o Brasil, a sociologia ingressara no quadro geral de matérias para os cursos complementares dedicados ao preparo dos alunos para o ingresso nas faculdades e universidades: fora, pois, nesta época, conhecimento exigido nas provas de admissão para os cursos superiores (MEUCCI, 2000, p. 10).

É nesse contexto, em 1928 que Fernando de Azevedo institui uma importante reforma (Lei nº 3281, de 23 de janeiro de 1928), com base nas diretrizes da Escola Nova, que modificou o ensino primário, normal e a educação profissional na cidade do Rio de Janeiro (AZEVEDO, 1958). Foi por meio desta que se introduziu o ensino da Sociologia no currículo da Escola Normal. Naquele momento, tanto as condições materiais necessárias ao acolhimento de alunas e ao desenvolvimento do curso quanto às questões mais teóricas da formação e profissionalização docente foram objetos de análise pelos educadores envolvidos na administração municipal. O programa da Escola Normal foi reformulado, estendendo-se para cinco anos, divididos entre curso propedêutico e profissional, encontramos indícios de que a Sociologia fez parte do curso profissional através de documentos publicados no período. O programa da disciplina foi analisado e encontra-se no Capítulo 4.

A educação é alvo de disputas no começo da década de 1930, quando o Governo Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde Pública nomeando para seu titular Francisco Campos, que, poucos meses depois, através de decretos, reorganiza o ensino secundário, comercial e superior. As medidas são consideradas fragmentárias e não atingindo o ensino popular, dessa forma, a Associação Brasileira de Educação (ABE) convoca a IV Conferência Nacional de Educação com o fim de adotar posições em relação aos problemas globais da educação e definir uma política nacional para o setor. Na conferência, realizada em dezembro de 1931 no Rio de Janeiro, com o tema "As Grandes Diretrizes da Educação Popular", Getúlio Vargas discursa para os educadores sobre a necessidade de se encontrar o sentido pedagógico da "Revolução" de 1930, que o Governo se compromete a adotar na reconstrução do país. Resulta da Conferência o documento, redigido por Fernando de Azevedo e com assinatura de vinte e

cinco educadores, conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, divulgado pela imprensa em março de 1932 (LEMME, 1984).

Fernando de Azevedo deixa o cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, o qual Anísio Teixeira assume em 15 de outubro de 1931, com um programa de ação que objetiva “executar, melhorando e ajustando a grande obra de seu antecessor”. Anísio busca dar continuidade ao trabalho de Azevedo, aproveitando acertos e erros da gestão anterior para avançar na obra político-administrativa, fato raro quando se observa historicamente a prática educacional brasileira (VENÂNCIO FILHO, 1945, p.23).

Em 1932, por meio do Decreto nº 3.810, a antiga Escola Normal e seus estabelecimentos anexos são transformados em Instituto de Educação, cabendo-lhe oferecer a formação de professores primários, secundários e especializados para o Distrito Federal. De acordo com Lopes (2009, p. 599),

Por sua iniciativa, a Escola Normal seria transformada em Instituto de Educação – unidade educacional composta por uma *escola secundária* nos moldes da reforma implementada pelo ministro Francisco Campos (decreto nº19. 890/1931), uma *Escola de Professores*, em nível superior, além dos campos de aplicação para as práticas docente: a *escola primária* e a *pré-escola*. O Instituto de Educação do Distrito Federal seria o centro responsável pela formação e aperfeiçoamento dos profissionais que deveriam reger as classes de alunos da rede educacional da cidade e sua *Escola de Professores* constituiu-se na primeira tentativa de formar professores “primários” em curso superior no Brasil.

Nos chama atenção o periódico criado por Lourenço Filho, que foi nomeado como primeiro diretor do Instituto de Educação, por escolha de Anísio Teixeira. O periódico *Arquivos do Instituto de Educação* tinha por objetivo dar visibilidade às experiências e pesquisas desenvolvidas na escola. Tal documento foi de suma importância para que conseguíssemos compreender o papel da Sociologia no currículo e as mudanças ocorridas, pois a partir da reforma de Anísio Teixeira a Sociologia Educacional passa a fazer parte do curso de formação de professores primários (LOPES, 2008, p. 93).

As mudanças propostas pela reforma são inspiradas pelas concepções teóricas e metodológicas difundidas nos Estados Unidos América, em especial o pensamento de Jonh Dewey, que Anísio tem contato em sua passagem pelo *Teachers College*, da Universidade de Columbia, Nova Iorque, onde recebera o título de *Master of Arts*.

O Manifesto dos Pioneiros também exerce influência sobre as mudanças na formação de professores, pois repudiava o empirismo dominante e via na escolarização do povo a solução dos problemas sociais da época, era preciso que os professores tivessem uma formação adequada as novas necessidades brasileiras.

O programa de Sociologia Educacional foi encontrado no periódico *Arquivos do Instituto de Educação*, publicado em 1937, ele é assinado por Delgado de Carvalho, geógrafo francês, professor de Sociologia do Colégio Pedro II, que foi convidado por Anísio Teixeira para assumir a Cátedra de Sociologia Educacional em 1932 (ANDRADE, 2013). Aprofundamo-nos em sua análise no capítulo dedicado aos resultados dessa pesquisa.

1.2 O percurso teórico-metodológico: as referências, as fontes e o campo de pesquisa

A relevância dessa dissertação também está na escolha da instituição, pois a história do Instituto de Educação é de extrema importância para pensar a história da formação docente no Brasil, mas também pela necessidade de conhecer melhor a Sociologia como disciplina escolar no curso normal.

Diante disso, realizamos um levantamento das produções acadêmicas publicadas sobre a temática, para conhecermos as pesquisas que já foram feitas sobre o Ensino de Sociologia e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, especificamente na década de 1930, que é o nosso recorte temporal. A realização desse levantamento se fez necessária também para justificar a relevância da pesquisa, principalmente no campo da História da Educação e do Ensino de Sociologia.

A busca se fez necessária para sabermos qual o lugar ocupado pela temática no horizonte de produções acadêmicas existentes, a fundamentação teórica, a indicação de outras fontes de leitura, e/ou salientar as contribuições e possíveis barreiras da própria pesquisa. Nessa perspectiva, privilegamos a busca por dissertações e teses, por se tratar do tipo de pesquisa mais próxima a essa, mas também não descartamos um breve levantamento de artigos relacionados ao assunto.

A busca por dissertações e teses foi efetuada nos seguintes locais:

1. Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): <http://bancodeteses.capes.gov.br/>
2. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): <http://bdtd.ibict.br/>
3. Biblioteca Digital da PUC Rio: <http://dbd.puc-rio.br>

Os resultados ao procurar pelos termos “Sociologia” e “Escola Normal do Distrito Federal” não mostraram qualquer trabalho sobre a disciplina Sociologia na instituição em qualquer período. Por isso, foi preciso um olhar mais cuidadoso para *garimpar* as produções referentes ao tema, mas encontramos apenas uma dissertação de mestrado sobre a disciplina no curso normal, a de Cilmara Perez, defendida em 2002 pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com o título “A formação sociológica das normalistas nas décadas de 20 e 30”, que tem como objetivo apontar as concepções sociológicas presentes na formação de normalistas entre 1920 e 1930, utilizando como fonte os manuais didáticos *Educação e Sociologia* (1929), de Émile Durkheim e *Princípios de Sociologia* (1935), de Fernando de Azevedo.

A partir desse primeiro levantamento constatamos que apenas uma pesquisa abrange o período proposto nessa pesquisa, mas a mesma não está situada em uma única instituição.

Ainda na tentativa de encontrar as demais teses e dissertações, ampliamos o termo da pesquisa para “Ensino de Sociologia” e encontramos uma produção significativa, quando não restringimos o período no qual a pesquisa está voltada.

A dissertação de mestrado de Simone Meucci, defendida em 2000 pela UNICAMP, intitulada “A institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos”, teve grande importância para essa dissertação, tendo em vista que a autora analisa os primeiros livros didáticos de Sociologia elaborados no Brasil.

Outro trabalho que nos ajuda a elucidar as disputas que existiram entre o grupo dos católicos e dos liberais dentro do ensino de Sociologia é a tese de Fernando Campos de 2002, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), “A sociologia da educação nos cursos de formação de professores entre os anos 30 e 50: um estudo da disciplina a partir dos manuais didáticos”.

A dissertação e a tese de Marcelo Cigales, respectivamente intituladas “A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise sobre uma instituição de ensino católica” de 2014 e “A Sociologia Católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares” de 2019, forneceram informações importantes sobre a Sociologia católica nas primeiras décadas do século XX.

O trabalho que mais se aproxima dessa dissertação, pela metodologia utilizada, é a dissertação de Jefferson Soares, “O ensino de Sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941)”, defendida em 2009 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os programas do curso de Sociologia são analisados, assim como a atuação de Delgado de Carvalho, o primeiro professor catedrático da disciplina nessa instituição. Ele também identifica os manuais utilizados no período, *Sociologia: summarios do curso do sexto anno* e *Práticas de Sociologia*, ambos escritos por Delgado. O autor faz uso do arquivo escolar, possibilitando assim, a compreensão da história da Sociologia por meio de fontes primárias, uma diferença em relação a maioria dos trabalhos, que estão voltados para legislação.

Ao buscar por “Instituto de Educação do Rio de Janeiro” foram encontradas diversas referências, mas foi possível perceber que boa parte dos trabalhos não tinha relação com a pesquisa, pois as palavras “Instituto”; “Educação” e “Rio de Janeiro” aparecem em diversas outras pesquisas, não necessariamente juntas.

Dentre as pesquisas que mais se aproximam do tema, foram encontradas três teses de doutorado que fornecem informações importantes para essa pesquisa. Nessa busca, priorizamos pesquisas em História da Educação e que têm como tema o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. A primeira tese de Doutorado é de autoria de Diana Gonçalves Vidal, defendida pela Universidade de São Paulo (USP) em 1995, sobre o período de 1932 a 1937, com o título “O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-37)”. A tese estuda mais especificamente o papel de Lourenço Filho e Anísio Teixeira frente ao Instituto de Educação do Distrito Federal. A principal contribuição para essa pesquisa se dá pela riqueza de dados analisados por Vidal e pelo recorte estabelecido, que enfatiza a relação entre as práticas do Instituto de Educação e as ideias da Escola Nova.

A tese de Liéte de Oliveira Accácio, defendida pela Universidade de São Paulo (USP) em 2001 sobre o período de 1928 a 1930, com o título “Docentes e Catedráticos: os concursos para professor da Escola Normal do Distrito Federal”.

A pesquisa faz uma análise história dos concursos para professor realizados após a reforma de Fernando de Azevedo. Encontramos detalhes do concurso para cadeira de Sociologia no trabalho, o que nos motivou a procurar outros indícios da realização do mesmo.

A Escola de Professores do Instituto é o objeto da tese de Sonia Maria de Castro Lopes (2003), defendida pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), sobre o período de 1932 a 1939, com o título “A oficina de mestres do Distrito Federal: História, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro”. A cultura escolar e a memória são destaques desse trabalho que contribuíram para essa dissertação.

Ao tratar das fontes e do referencial teórico-metodológico utilizado na investigação, estamos partindo do pressuposto básico que os documentos encontrados necessitam de uma interpretação e olhar crítico, e isto só é possível a partir de leituras tendo por base o referencial teórico-metodológico correspondente.

Na busca de respondermos as questões apontadas, essa investigação dialoga com referências do Ensino de Sociologia, da Escola Normal e da História das Disciplinas Escolares. Nas duas primeiras utilizamos as referências listadas acima. No que diz respeito à História das Disciplinas Escolares, os diversos autores que utilizamos ressaltam a importância do estudo histórico sobre as formas assumidas por uma disciplina, desde sua emergência e durante sua evolução, o que nos viabiliza compreender os fatores que atuam na definição da prática curricular.

Nesse sentido, essa dissertação teve como objetivo geral identificar e analisar alguns aspectos históricos da Sociologia e da Sociologia Educacional como disciplina da Escola Normal. As diversas fontes consultadas nos ajudaram a traçar aspectos importantes da disciplina e sua relevância para formação de professores do período estudado.

Considerando, portanto, que é preciso compreender em sua amplitude a noção de disciplina e que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação da massa que ela determina, então, a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel

importante não somente na história da educação, mas também na história cultural (CHERVEL, 1990).

A História das disciplinas escolares, segundo Vinão (2008), se configurou a partir da década de 1970, com os estudos do currículo, mas esse campo se desenvolve a partir da chamada Nova História ou História Cultural, que possibilitou uma grande diversificação do objeto da pesquisa histórica, o que resultou em um crescente número de pesquisas sobre a História das disciplinas escolares, instituições e “cultura escolar”⁵.

Acreditamos que esse crescimento se deu a partir da possibilidade de diversificação das fontes, sobretudo ao olharmos para os trabalhos mais tradicionais, onde há predominância de fontes escritas, impressas e oficiais. A Nova História possibilitou dar outro tratamento as fontes, assim como, entrelaçar diversas. O documento perde seu status de “monumento” e passa a ser questionada sua verdade absoluta.

A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento. [...] Abre-se, em consequência, o leque de possibilidades do fazer historiográfico, da mesma maneira que se impõe a esse fazer a necessidade de ir buscar junto a outras ciências do homem os conceitos e os instrumentos que permitiriam ao historiador ampliar sua visão do homem (BURKE, 1997, p. 7).

A Nova História se interessa por toda a atividade humana, sua base filosófica é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. As correntes que dela se desdobram, podemos dizer que essas estão relacionadas a diálogos interdisciplinares mais específicos, envolvendo as relações da História com outros campos do saber, como a Antropologia, a Linguística, a Psicologia e a Ciência Política.

Foi a partir de um destes diálogos interdisciplinares que a Antropologia de Clifford Geertz contribuiu para consolidar algumas das mais importantes correntes de historiadores culturais, que faz a conexão entre História Cultural e a Micro história. Geertz amplia a noção de texto, os símbolos precisam ser lidos, traduzidos, interpretados. As atividades humanas, as instituições, as leis, os costumes, a religião, a arte formam sistemas culturais, tudo é significado. Em *O*

⁵ Abordaremos esse conceito nesse mesmo capítulo.

Saber Local (1997) ele coloca a cultura acima de tudo, sendo ela indispensável para analisar a vida social.

Acreditando com Max Weber que o homem é um animal suspenso em teias de significações que ele mesmo teceu, considero a cultura como sendo essas teias, e sua análise há de ser, portanto, não uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa em busca de significados. O que busco é a explicação, interpretando expressões sociais que são enigmáticas em sua superfície (GEERTZ, 1973, p. 5).

Os livros e manuais didáticos ganharam espaço como fonte na historiografia da educação. Periódicos, cartas, documentos particulares, diários de classe, ementas, cadernos, relatos orais, a Nova História possibilitou que todas essas fontes sejam utilizadas, levando em conta o universo cultural na qual estavam situadas, o contexto no qual foram produzidas, sem cometer anacronismos. A História da Educação incorpora essas mudanças. Sobre isso, Lopes e Galvão (2001, p. 39-40) afirmam:

A “revolução” provocada no campo da História, sobretudo pela Escola dos Annales e, posteriormente, pelo que se convencionou denominar de Nova História, que buscou alargar os objetos, as fontes e as abordagens utilizados tradicionalmente na pesquisa historiográfica, aos poucos influenciou os historiadores da educação. Sabemos que, sobretudo a partir da fundação da revista francesa *Annales d’histoire économique et sociale*, por Lucien Febvre e Marc Bloch, muitos dos pressupostos da história positivista passaram a ser criticados e a História, não mais restrita à política, interessa-se também por aspectos econômicos, sociais e culturais da sociedade. Mais recentemente, sobretudo nos últimos quarenta anos, passa-se cada vez mais a valorizar os sujeitos “esquecidos” da História, como as crianças, as mulheres e as camadas populares. Sentimentos, emoções e mentalidades também passam a fazer parte da História e fontes até então consideradas pouco confiáveis e científicas também passam a constituir indícios para a reconstrução de um passado.

E também:

A História da Educação, também tem, progressivamente, incorporado categorias teorizadas em outras áreas das ciências humanas e hoje consideradas imprescindíveis para se compreender o passado dos fenômenos educativos, como os de gênero, de etnia e de geração, ao lado da de classe social, já consagrada pelos estudos marxistas. A História da Educação, assim como no campo da educação de modo geral, sabe, hoje, que não é possível se compreender a educação sem lançar mão dessas categorias, que contribuem para aguçar o olhar sobre as diferentes realidades (p.40 e 41).

Dessa forma, partimos do pressuposto de que a História da Educação deve ser vista como um campo temático de investigação da História, cujo objeto, no caso, é a educação. Concordamos com Fonseca (2003, p.59), que “a história da educação não tem fronteiras a definir com a história cultural. Antes, utiliza seus

procedimentos metodológicos, conceitos e referenciais teóricos, bem como muitos objetos de investigação”. Diante disso, percebemos que a História da Educação utiliza alguns dos instrumentos conceituais da Nova História. Ao adentrar o campo da Nova História, consideramos que as experiências culturais são fundamentais para a análise das fontes.

Reafirmamos que a pluralidade de fontes exige do pesquisador rigor metodológico, tendo em vista que os referenciais da Nova História oferecem uma nova forma de tratamento das fontes, oferecendo aos pesquisadores a possibilidade de olhar para os mais diversos aspectos das práticas educativas.

Por isso nossa atenção está voltada para escola e para cultura por ela produzida, que poderia ser descrita da seguinte forma:

Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p.11).

Ainda segundo Dominique Julia (2001), existem três eixos necessários para o entendimento da cultura escolar sob a perspectiva histórica: 1. o interesse pelas normas e finalidades que regem as escolas; 2. a avaliação do papel da profissionalização do trabalho do educador; e 3. a investigação dos conteúdos e práticas escolares.

As pesquisas inseridas no campo da História das Disciplinas Escolares têm como objetivo “identificar, tanto através das práticas de ensino utilizadas na sala de aula como através dos grandes objetivos que presidiram a constituição das disciplinas, o núcleo duro que se pode constituir uma história renovada da educação” (JULIA, 2001, p. 13).

Ao identificarmos as principais referências teóricas sobre a História das Disciplinas Escolares, surge a primeira questão: “disciplina escolar” ou “matéria escolar”? A literatura mostra que apesar de serem sinônimos, há divergências por parte dos autores em relação ao termo.

Segundo André Chervel (1990), é recente a noção de disciplina escolar que conhecemos, criada após a Primeira Guerra Mundial, de acordo com o linguista, o termo “disciplina” perdeu seu caráter de “ginástica intelectual”, tornando-se “uma pura e simples rubrica que classifica as matérias de ensino, fora de qualquer

exigência de formação do espírito.” (p. 180). Chervel faz uso do termo “disciplina escolar” ao se referir à escola básica e “disciplina acadêmica” quando trata do ensino superior.

Ivor Goodson defende outra nomenclatura. Para ele há uma distinção entre matéria e disciplina: “disciplina é entendida como uma forma de conhecimento oriunda da tradição acadêmica e, para o caso das escolas primárias e secundárias, utiliza o termo matéria escolar (*school subjects*)” (BITTENCOURT, 2003, p. 23).

Nessa pesquisa utilizaremos o termo disciplina escolar, concordando e aceitando o sentido atribuído por Chervel (1990), que entende ser o “conjunto de conhecimentos identificado por um título ou rubrica e dotado de organização própria para o estudo escolar, com finalidades específicas ao conteúdo de que trata e formas próprias para sua apresentação” (FONSECA, 2003, p. 15).

André Chervel, uma das principais referências da História das Disciplinas Escolares, um linguista de formação, foi se inserindo nas pesquisas sobre a história das disciplinas em função dos seus esforços por uma compreensão da história do ensino da língua francesa, em especial, nos séculos XVIII e XIX. Ele identifica a palavra “disciplina” como uma entidade própria da escola, de forma que estudá-la e compreendê-la ajuda a estudar e compreender a própria escola, mas sob um foco diferente, a escola por meio dos saberes que ela transmite em cada época e em cada contexto.

Todas ou praticamente todas as disciplinas se apresentam neste sentido como corpos de conhecimento, providos de uma lógica interna, articulados em torno de alguns temas específicos, organizados em planos sucessivos claramente diferenciados e que conduzem algumas ideias simples e precisas ou, em qualquer caso, encarregados de ajudar na busca da solução dos problemas de maior complexidade (CHERVEL, 1990, p. 189).

Ao afirmar que a História das Disciplinas Escolares é uma categoria historiográfica (CHERVEL, 1990, p. 183), ele entende que ela precisa abarcar três questões: 1. como a escola age para produzi-las; 2. Para que servem; e 3. como agem sobre os alunos. Ele considera que a escola tem seu caráter criativo, e que ao produzir as disciplinas produz também uma cultura própria, as culturas escolares. Para ele, a síntese da História das Disciplinas é, ainda que se leve em conta os fatores externos, a história do que efetivamente se processa no interior da escola.

O estudo dessas leva a pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar, e, portanto, a classificar no estatuto dos acessórios a imagem de uma escola encerrada na passividade, de uma escola receptáculo dos subprodutos

culturais da sociedade. Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular. E porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global (CHERVEL, 1990, p. 184).

André Chervel enxerga a escola como protagonista da história, sempre em diálogo com os outros atores, produzindo sua própria cultura, da qual as disciplinas fazem parte. Ao olharmos para o campo da História das Disciplinas, concordamos com Junior e Galvão (2005, p. 393), que é preciso estar atento aos elementos que “em um conflituoso percurso de conquista de legitimidade de uma ou outra disciplina curricular, mostrem a conquista de um estatuto, a briga por recursos, as delimitações territoriais no interior do currículo escolar, os espaços nos horários, etc.”.

Nesse mesmo sentido, Forquin (1992) acredita que as pesquisas realizadas nesse campo nos possibilitam obter informações sobre a seleção cultural feita pela escola, identificando o que é, em determinada época, compreendido como o que deve ser ensinado.

O próprio de uma reflexão sociológica ou histórica sobre os saberes escolares é contribuir para dissolver esta percepção natural das coisas, ao mostrar como os conteúdos e os modos de programação didática dos saberes escolares se inscrevem, de um lado, na configuração de um campo escolar caracterizado pela existência de imperativos funcionais específicos (conflitos de interesses corporativos, disputas de fronteiras entre as disciplinas, lutas pela conquista da autonomia ou da hegemonia no que concerne ao controle do currículo), de outro lado na configuração de um campo social caracterizado pela coexistência de grupos sociais com interesses divergentes e com postulações ideológicas e culturais heterogêneas, para os quais a escolarização constitui um trunfo social, político e simbólico (FORQUIN, 1992, p. 43-44).

Ivor Goodson nos leva a refletir sobre a história social do currículo, segundo ele, existe uma diferença entre o currículo escrito (oficial, normativo) e o currículo real, praticado nas escolas. Para ele, “o currículo escrito nos proporciona um testemunho, uma fonte documental, um mapa do terreno sujeito a modificações; constitui também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada de escolarização.” (GOODSON, 2008, p. 21). Esse currículo oficial está presente nos documentos, nos programas, nos livros didáticos, fontes utilizadas nessa pesquisa.

Goodson propõe uma análise sócio histórica do currículo, questionando, por exemplo, quais fatores permitem ou levam à inclusão de uma disciplina no currículo? Por que determinados conteúdos constam e outros não? O currículo é resultado de disputas, portanto, ele não é neutro, é uma construção permeada por conflitos e lutas entre diferentes concepções e em constante transformação. Goodson percebeu, a partir de seus próprios trabalhos de investigação, que as disciplinas escolares são como "amálgamas mutáveis de subgrupos e tradições" (1995, p. 120) que, em busca de *status*, recursos e território, tanto entram em disputas quanto se apropriam de determinados padrões de professores, estudantes, temáticas e atividades de ensino, os quais foram socialmente produzidos e legitimados pelos sistemas educacionais. Apoiamo-nos em sua obra sobre a História do Currículo e das Disciplinas Escolares, pois as fontes que consultamos, assim como a história da Sociologia, nos mostram a existência de um cotidiano conflituoso no período estudado, que envolvia disputas entre os grupos intelectuais.

A partir da análise da obra de Goodson é possível perceber a preferência pela interpretação do currículo escrito, as formas pré-ativas de currículo que, segundo ele, por constituir "uma prova visível, pública e autêntica" (GOODSON, 1995, p. 17) dos conflitos que giram em torno de sua própria definição, enquanto que o currículo em ação é o que efetivamente ocorre (ou deixa de ocorrer) no cotidiano da escola e, principalmente, no interior da sala de aula. O "currículo em ação" não será, portanto, um objeto desta pesquisa. Tal escolha direcionou a seleção das fontes e a metodologia adotada. Optamos por restringir o *corpus* documental à legislação, currículos, livros didáticos e documentos administrativos, grande parte pertencente ao acervo do Centro de Memória da Educação Brasileira.

Por se tratar de "um conceito multifacetado, construído, negociado e renegociado em vários níveis e campos" (GOODSON, 1995, p. 67), o currículo não pode ser analisado por um único enfoque, correndo-se o risco de chegar a conclusões, senão equivocadas, limitadas da realidade. É preciso investigar a ação e a prática na investigação histórica de uma disciplina escolar em uma instituição, mas sem menosprezar o formal, o escrito.

Outra importante dimensão que vamos trabalhar nesse capítulo, ainda sob a perspectiva de Goodson (1995), é a do professor, pois ele os enxerga como

porta-vozes das comunidades disciplinares, estando envolvidos na organização do conhecimento. Ao olharmos para Sociologia e para os conteúdos dos currículos, é possível perceber que não só os professores, mas os educadores da época, intelectuais responsáveis pela introdução da disciplina no curso normal, fazem parte de um grupo no qual foi conferida a autoridade para tal, por terem participação ativa na construção da Sociologia como disciplina escolar.

Os professores ocupam papel de destaque no processo de instauração e funcionamento de uma disciplina escolar. De acordo com Chervel (1990, p.197), “a taxa de renovação do corpo docente é então um fator determinante na evolução das disciplinas”, por isso vamos averiguar algumas questões referentes ao concurso para professor de Sociologia realizado em 1930, coordenado por Fernando de Azevedo.

Dessa forma, buscamos diferentes fontes no interior da Escola Normal do Distrito Federal, na tentativa de compreender o lugar que a Sociologia ocupou na formação de professores entre 1928 e 1935, sob a perspectiva da História das Disciplinas Escolares, buscando entender as ligações entre o cenário mais amplo (Reformas, Decretos, Leis, etc.) e o que ocorria na Escola Normal. É sobre as fontes documentais que falaremos a seguir.

1.2.1 *Corpus* documental

De forma paralela ao levantamento bibliográfico (livros, teses, dissertações e artigos) referente ao contexto histórico, às políticas educacionais das décadas de 1920 e 1930 e ao Instituto de Educação, iniciamos a busca por fontes documentais que nos possibilitassem um mapeamento da disciplina Sociologia na instituição.

O principal local para a pesquisa documental foi o acervo do próprio Instituto, situado na Rua Mariz e Barros, nº 273, Tijuca, Rio de Janeiro. Nele pesquisamos em dois núcleos responsáveis pela preservação e guarda da memória do Instituto de Educação no âmbito da instituição. Além disso, utilizamos os recursos digitais da hemeroteca da Biblioteca Nacional.

As fontes foram encontradas no Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB), no qual sempre fui muito bem recebida e tive o auxílio de funcionários muito atenciosos, em especial da Professora Dra. Maria Carolina

Granato da Silva. É permitida a consulta por pesquisadores externos (que não trabalham/estudam no Instituto), desde que seja preenchida uma ficha informando o título da pesquisa, a instituição proveniente e as pastas consultadas, como foi o caso dessa pesquisadora.

O acervo do CMEB nos possibilitou encontrar os programas da disciplina, fichas de professores e as edições do periódico *Arquivos do Instituto*.

A pesquisa também se realizou na Biblioteca do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, que armazena milhares de obras e há uma seção dedicada as obras raras, onde foi possível encontrar o livro *Sociologia Educacional*, de Delgado de Carvalho.

A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional ⁶ nos possibilitou certificar a existência da realização do concurso para Catedrático de Sociologia por meio das publicações no *Jornal do Brasil*⁷ e no *Diário de Notícias*⁸.

Se o *corpus* documental acima é significativo para esse estudo, a legislação educacional também nos é relevante, como:

- a) Decreto 3.281, de 23 de janeiro de 1928, a reforma de Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro.
- b) Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932, a reforma de Anísio Teixeira que modifica a formação de professores primários e transforma em Instituto de Educação a antiga Escola Normal.
- c) Lei 11.684, de 02 de Junho de 2008, que inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

O próximo capítulo aborda em ordem cronológica alguns momentos da história da Sociologia enquanto disciplina, desde os primeiros movimentos para sua introdução nos currículos até as incertezas dos dias de hoje.

⁶ <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>

⁷ Jornal importante e de circulação nacional da década de 1920.

⁸ Jornal carioca criado no começo de 1930.

2. Do século XIX ao XXI: alguns aspectos sobre a história da Sociologia

Nesse capítulo faremos a tentativa de elucidar alguns momentos relevantes da trajetória da disciplina Sociologia no Brasil. Tarefa complexa, tendo em vista que a disciplina ficou marcada por suas idas e vindas aos currículos do ensino secundário. Pretendemos olhar para os principais acontecimentos que começaram no século XIX e nos levam aos dias de hoje.

Em 1887 Émile Durkheim instaura a cadeira de Sociologia na Universidade de Bordéus, na França, onde lecionava para professores primários. Foi fundador do jornal *L'Année Sociologique* em 1897 (editado até 1912). Em 1902 começou a lecionar Sociologia na Sorbone. Sua formação foi influenciada por Descartes, Rousseau, Saint-Simon, Fustel de Coulanges, seu professor, e Augusto Comte, o “pai da Sociologia” (DIAS, 1990).

Foi Comte o inventor da palavra “*sociologie*”, que ele descrevia como o estudo científico da sociedade. Segundo Raymond Aron (1999), Comte não fez grandes avanços em suas pesquisas, estatísticas e “investigadores sociais” como Quetelet e Le Play, que fizeram mais pelos progressos práticos da Sociologia. Ele próprio fazia pouco uso desses novos métodos de investigação social.

Karl Marx, filósofo e sociólogo alemão, é outro expoente das Ciências Sociais. Sua obra, segundo Raymond Aron (1999), é basicamente uma Sociologia convertida em princípio dinâmico da história. Apoiando-se na tradição filosófica alemã (sobretudo na dialética de Hegel e nos historiadores franceses), Marx concebia a história em termos de luta de classes e de revolução. Para Marx, as lutas de classes eram o verdadeiro “motor da história”, como ele escreveu nos primeiros textos filosóficos e no *Manifesto do Partido Comunista* (1848), em colaboração com Friedrich Engels.

Max Weber é outro importante autor dos clássicos da Sociologia (DIAS, 1974). Ele teve uma carreira essencialmente acadêmica, e a partir do começo do século XX dá início a uma produção sistemática de estudo comparado das religiões e sobre a estrutura da sociedade capitalista, que ele examinou tanto pelo lado da racionalidade econômica como pela vertente da administração burocrática.

Sua viagem aos Estados Unidos permitiu-lhe recolher material suplementar para seu estudo já iniciado sobre a influência do fator religioso na evolução da sociedade, o que resultou em sua obra mais conhecida *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905).

Segundo Antônio Candido (1963), Paulo Egydio de Oliveira Carvalho, jurista paulistano e autor de manuais de Sociologia para o curso de Direito, havia tomado conhecimento das *Regras do método sociológico* (1895) de Durkheim, na virada do século, e impressionou-se com o capítulo III, que trata dos conceitos e das inter-relações do normal e do patológico. Fernando de Azevedo, professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo brasileiro é um dos responsáveis pela Sociologia no Brasil. Em suas memórias, Azevedo (1971, p. 51 e 210) afirma que, ao sair da Ordem Religiosa (Sociedade de Jesus, na qual completara o noviciado), pusera-se a ler tanto Marx e Engels, que lhe propiciavam uma "posição política", como Durkheim, que lhe oferecia a visão científica própria de uma disciplina em formação.

2.1 O ensino de Sociologia

Antes de emergir como disciplina, a Sociologia vive o período chamado por alguns autores de pré-científico (LIEDKE FILHO, 2005; BODART, 2015), quando pensadores e políticos eram as figuras responsáveis pela elaboração e desenvolvimento das teorias sociais. O Brasil deixava de ser Império com a Proclamação da República em 1889, e era preciso criar uma identidade nacional. No período seguinte a Sociologia chega como disciplina aos cursos normais e ao Colégio Pedro II, é nesse momento que são publicados os primeiros manuais didáticos.

Com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e com a criação da Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo na década de 1930, o país inicia o período da Sociologia acadêmica, científica.

O Estado Novo marca o início de uma crise pra Sociologia como disciplina escolar. Ela passa a não figurar como obrigatória no Ensino Secundário, mas sim como optativa, permanecendo na escola normal.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9.394/96, marca um momento importante ao estabelecer que o aluno egresso do ensino médio devesse ter conhecimentos de Sociologia e de Filosofia para o exercício da cidadania, mas é com a lei nº 11.684/08 que a disciplina se torna obrigatória em todas as séries do ensino médio.

Infelizmente, o momento mais recente da história da disciplina é a sua retirada do currículo pela Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), apesar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fazer referência ao ensino de Sociologia.

Nessa pesquisa optamos em pensar a trajetória do ensino de Sociologia a partir de uma periodização, ainda que possamos correr o risco de simplificar a história dessa disciplina. Concordamos com Moraes (2011, p. 360), que:

As cronologias encerram certo paradoxo. Apresentam-se fundamentadas numa objetividade de datas que, no entanto, estão marcadas pela escolha que o autor da cronologia exerce e, mais do que isso, ou por isso, tal escolha já é índice de interpretação, ou seja, está sujeita a uma subjetividade.

2.1.1 A Sociologia chega ao Brasil

O surgimento da Sociologia está ligado ao movimento cultural de constituição do processo de modernidade no século XIX, conforme assinala Martins (1994). Dessa forma, as representações construídas ao longo de sua trajetória adquirem um papel importante, pois nos permitem refletir sobre o imaginário e as expectativas que existiam e eram difundidas sobre sua importância (ou não) na educação. De acordo com Tomazini e Guimarães (2004), a Sociologia no Brasil é recebida como “novidade” intelectual, surgindo no momento em que o país reclama por uma identidade nacional.

São os pensadores sociais os responsáveis pela chegada da Sociologia ao país, no final do século XIX, influenciados pelas ideias que vinham dos Estados Unidos e da Europa, o iluminismo francês, o positivismo de Comte, o evolucionismo de Spencer, dentre outros. A intelectualidade brasileira refletia sobre as principais questões da época, a formação do Estado nacional brasileiro e a questão da identidade nacional. Neste sentido Florestan Fernandes em seu livro *A Sociologia no Brasil* destaca que:

A sociologia foi recebida, no Brasil, como “novidade” intelectual, simultaneamente à sua criação na sociedade europeia. Faz parte do processo da vida literária de povos culturalmente muito dependentes manter um intercâmbio excitado com os centros estrangeiros de produção intelectual. As “novidades” assinaláveis tornam-se rapidamente conhecidas, ainda que não fossem reelaboradas de uma forma autônoma. O destino do saber acumulado, desse modo, se regulava pelos padrões de vida literária que faziam dele, estritamente, uma forma de ilustração e um meio de alcançar notoriedade em círculos letrados (FERNANDES, 1976, p. 26).

Segundo Fernando de Azevedo (1962), os primeiros sinais da Sociologia ocorrem por meio dos estudos antropológicos, em sua maioria sobre os negros. Autores como Batista Lacerda, Nina Rodrigues e Roquette Pinto prepararam o caminho para a posterior institucionalização do ensino e da pesquisa.

Esses percursores não eram cientistas sociais, pois os cursos universitários só surgiram na década de 1930 no Brasil. Roquette Pinto, para exemplificar, era médico, mas tinha grande interesse pela Antropologia, ocupando o cargo de professor assistente de Antropologia no Museu Nacional em 1906, participando de pesquisas de campo, como a Missão Rondon realizada em 1912, onde ele passou várias semanas em contato com os índios nambiquaras, o livro *Rondônia - Antropologia etnográfica*, publicado em 1917 é oriundo dessa experiência (HOFBAUER, 2009).

2.2 Rui Barbosa e Benjamin Constant: as primeiras tentativas

A Sociologia como disciplina escolar no Brasil surge ao final do século XIX, por meio dos Pareces de Rui Barbosa (1882-83) e com a Reforma promovida por Benjamin Constant (1890).

A iniciativa de Rui Barbosa⁹, um jurista, visava por meio de seus Pareceres, propor a inclusão da disciplina “Elementos de sociologia e direito constitucional” para a escola secundária, porém a iniciativa não surtiu efeito (MACHADO, 1987).

⁹ Rui Barbosa nasceu em Salvador em 1840, ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1866, mas se formou pela de São Paulo em 1870. Atuou como advogado na Bahia e filiou-se ao Partido Liberal, foi eleito por este partido deputado provincial em 1877 e deputado geral em 1878, em cujo posto permaneceu até 1884 (NUNES, 2000).

O país vivia incertezas no final do século XIX, era o início da República Velha¹⁰ ou República da Espada¹¹. Havia grande promessa de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais na transição entre os regimes monárquico e republicano. Referente a tais mudanças, Caio Prado Júnior (1998, p. 218), afirma que:

Os primeiros anos que seguem imediatamente à proclamação da República serão dos mais graves da história das finanças brasileiras. A implantação do novo regime não encontrou oposição nem resistência aberta, sérias. Mas a grande transformação política e administrativa que operou não se estabilizará e normalizará senão depois de muitos anos de lutas e agitações. Do império unitário o Brasil passou bruscamente com a República para uma federação largamente descentralizada que entregou às antigas Províncias, agora Estados, uma considerável autonomia administrativa, financeira e até política.

O povo tinha grande esperança no que se refere à expectativa de maior participação política, mas tais esperanças foram logo traídas. O governo tratou de calar a população. Era preciso estabilidade política, a qual não seria possível se o negro, o pobre, o estrangeiro, o operário tivessem voz. A grande maioria da população foi excluída do processo eleitoral. Segundo De Carvalho (1987), no Rio de Janeiro, capital política e administrativa, apenas 2% da população podiam votar¹². É importante ressaltar que a Constituição de 1891 estabelece o voto universal masculino, mas deixando de fora os analfabetos, que eram maioria da população na época.

Durante o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), Benjamin Constant¹³ primeiro assumiu o Ministério da Guerra, onde instituiu o ensino de Sociologia e Moral nas Escolas do Exército, conforme Decreto n. 330, de 12 de abril de 1890 (MACHADO, 1987, p. 117). Logo após ele assume o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, onde iniciou uma reforma que regulamentou a instrução primária e secundária do Rio de Janeiro, que naquele momento era o Distrito Federal. Ele inclui a Sociologia

¹⁰ Período que tem início em 1889, com a proclamação da República, e finda em 1930 com o golpe de Getúlio Vargas.

¹¹ Período entre 1889 a 1894, chamado assim, pois o Brasil foi governado por dois militares: Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

¹² Eleições presidenciais de 1894.

¹³ Benjamin Constant Botelho de Magalhães terminou em 1858 o curso de Engenharia na Escola Militar, tornou-se bacharel em ciências físicas e matemática, essa formação possibilitou a sua entrada no Observatório Astronômico, onde passou a exercer seu primeiro cargo devidamente efetivado no magistério, no Instituto dos Meninos Cegos. No ano de 1880 atuou como professor da Escola Normal, chegando ao posto de diretor. Em 1889, com a Proclamação da República começa sua atuação no Governo Provisório republicano liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca (CARTOLANO, 1994).

através da disciplina “Sociologia e Moral” na Escola Normal e no secundário. Porém, a literatura nos mostra que tal reforma não foi efetivada (MEUCCI, 2000; MACHADO, 1987).

Moraes (2003) indica que no período de 1890 a 1897, com a Reforma Benjamin Constant, a disciplina Sociologia é incluída como obrigatória nos cursos preparatórios¹⁴, porém sem essa ordem ter sido posta em prática. Em 1901 a Sociologia foi retirada do currículo pela Reforma Epiácio Pessoa, mesmo que sua oferta não tenha ocorrido (RÊSES, 2004). Entretanto, a pesquisa realizada por Alves e Costa (2006) indica a presença dos conteúdos de ensino da Sociologia no Atheneu Sergipense nesse período (1890 – 1897) através da disciplina que foi intitulada de “sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio”, fato que as autoras relacionam à presença de intelectuais importantíssimos no território sergipano, tais como Tobias Barreto e Sílvio Romero.

2.3 A Reforma Rocha Vaz

A passagem do século XIX para o XX foi marcada pelo crescimento da educação privada, em especial pela Igreja Católica. A expansão das escolas secundárias pelos poderes público federal e estadual foi bastante tímida. Cabe ressaltar que na Constituição de 1891 foi estabelecido que o governo federal fosse responsável pelo ensino superior e a educação básica passaria a ser responsabilidade dos estados e municípios.

A expansão que vinha ocorrendo não foi suficiente para compensar o crescimento da população em idade escolar. Embora entre 1900 e 1920 tenha havido um crescimento significativo da população que sabe ler e escrever, que saltou de 3.380.451 para 6.155.567, o percentual dos que não sabiam ler e escrever permaneceu o mesmo, ou seja, 65%, passando de 6.348.869 em 1900 para 11.401.715 (FERNANDES, 1966, p. 47).

Ainda durante a República, o país passou por diversas reformas na educação, a do gaúcho Rivadávia Corrêa, Ministro da Justiça e Negócios

¹⁴ Os cursos preparatórios e os exames parcelados são uma marca do ensino secundário durante o período do Império. “Os estudantes dos liceus brasileiros realizavam somente um único exame em cada uma das matérias exigidas para o ingresso nos cursos superiores (os exames parcelados), não necessariamente precedidos por cursos preparatórios [...] era uma herança das reformas pombalinas (1759-1772)” (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

Interiores, que segundo Cunha (1980, p.139) foi “uma das mais ousadas e heterodoxas reformas da educação escolar no país”. Depois desta, aconteceram as reforma de Carlos Maximiliano (1915) e de Rocha Vaz em 1925, momento em que a Sociologia é inserida nos currículos, inclusive no do Colégio Pedro II¹⁵.

A década de 1920 foi “de efervescência mobilizadora”, na qual “a educação reencontrará o papel de protagonista nos ideais da nação” (BOMENY, 2011, p. 185). Sobretudo a partir da reunião de um grupo de educadores brasileiros no ano de 1924 no Rio de Janeiro para a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE). Esse grupo era formado por intelectuais da época como, Heitor Lira, José Augusto, Antônio Carneiro Leão, Venâncio Filho e Delgado de Carvalho, dentre outros. A ABE chegou a fazer em 1927 uma Conferência com o título: *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*. A Associação tinha como objetivo:

[...] influir na implantação de políticas para a educação. A ABE abrigou em seu programa de debates e conferências a elite dos educadores que se empenhavam em difundir no Brasil os avanços no campo da educação em vigor na Europa e nos EUA. A ciência se punha a serviço da melhoria da educação brasileira em bases mais sistemáticas. O movimento da Escola Nova é a síntese mais acabada desse empenho (BOMENY, 2001, p.31).

Com a criação da ABE os exames parcelados e os cursos preparatórios começam a ser questionados. Nesse momento, diversos intelectuais brasileiros começam a estudar em outros países, retornando com inspirações da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA). Anísio Teixeira, um dos idealizadores do movimento da Escola Nova, foi para os EUA em 1927, onde se torna Master of Arts. O contato com John Dewey e William Kilpatrick foi inspirador. Anísio encontra Monteiro Lobato na viagem, com quem compartilhava um ideário de civilização, formando “[...] uma agremiação de profetas de uma religião cívica de transformação do Brasil” (BOMENY, 2001, p.10).

Nesse momento a educação estava ligada ao aprimoramento moral dos indivíduos, de forma a introduzir neles as virtudes consideradas necessárias para a vida cívica, para o desenvolvimento da sociedade, e a missão da Sociologia seria possibilitar um meio de moldar o indivíduo por sua capacidade “civilizatória”. Ela ganhava força com a argumentação científicista, se tornando conhecida como a

¹⁵De acordo com Soares (2009, p. 71): “Como decorrência dessa Reforma, ainda em 1925, a Sociologia é ofertada aos alunos do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, primeira escola de ensino secundário no Brasil a introduzir o ensino da Sociologia em sua grade curricular.”.

ciência que permitiria conhecer e intervir na realidade. As ideias de progresso e da construção de uma identidade nacional permeavam o contexto da época.

[...] para vários intelectuais responsáveis pela sistematização da sociologia no Brasil, a ignorância das massas, assim como o despreparo das futuras elites dirigentes do país foram as principais causas apontadas para o fracasso da República. Era preciso então reformar as bases educacionais, o que passaria necessariamente por promover um ensino conectado à realidade brasileira (SANTOS, 2004 apud HANDFAS et al, 2012, p. 86).

De fato, já desde meados dos anos de 1920, a República no Brasil passava por duras provas. No contexto internacional, uma profunda crise econômica mundial provocada pela quebra, em outubro de 1929, da bolsa de Nova York. No Brasil o impacto foi grande, no final desse ano já havia centenas de fábricas falidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e mais de um milhão de desempregados em todo o país. O Brasil, predominantemente de economia agroexportadora, viveu um momento de superprodução e acúmulo dos estoques de seus principais produtos, como o café. A crise se estendeu para política.

Em março de 1930 o Brasil elege Júlio Prestes, candidato da oligarquia paulista. Seu opositor era Getúlio Vargas, o candidato que tinha apoio de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, formando a Aliança Liberal. Alguns aliancistas, inconformados com a derrota, decidem preparar uma insurreição para chegar ao poder. A revolução eclodiu em outubro e no dia 3 de novembro Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório da nação. De imediato o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais foram fechados, os governadores de estado depostos e a Constituição de 1891 revogada. Vargas passou a governar através de decretos-lei. Ainda em novembro de 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (Decreto 19.042, de 14 de novembro de 1930), e Francisco Campos foi indicado como o seu primeiro titular.

2.4 A Reforma Francisco Campos

Em 1931 Francisco Campos¹⁶ instituiu uma reforma na educação nacional¹⁷ (Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931), com destaque para a criação do

¹⁶Francisco Luís da Silva Campos, mineiro, foi advogado e jurista, formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, em 1914. Em 1919, iniciou sua carreira política elegendando-se deputado estadual em Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Em 1926,

Conselho Nacional de Educação e a reorganização do ensino secundário e superior, que passaria a ser identificada com o seu nome. Dentre os feitos da reforma, está:

[...] o aumento da duração do ensino secundário, pois ele passou de cinco para sete anos de duração e foi dividido em dois ciclos. O primeiro ciclo, chamado “fundamental”, com um período de cinco anos, era um curso comum a todos os estudantes secundaristas e conferia formação geral. A segunda fase do ensino secundário, o “ciclo complementar”, formado por dois anos, era propedêutico para o curso superior (DALLABRIDA, 2009, p.186).

Esse novo formato do ensino secundário, segundo Dallabrida (2009), buscava alinhar o modelo educacional do Brasil ao dos países Ocidentais tidos como mais desenvolvidos. O aumento do ciclo de estudos conferiu-lhe um caráter elitista, fazendo com que um pequeno grupo de privilegiados tivesse acesso ao ensino superior. Sobre isso, Nunes (1962) afirma: “O caráter enciclopédico de seus programas tornava [a Reforma Francisco Campos] a educação para uma elite, que, naquela conjuntura da vida brasileira, podia dar-se ao luxo de levar cinco anos formando sólida cultura geral”.

O Decreto também estabeleceu a presença obrigatória dos alunos em no mínimo três quartos das aulas, uma novidade se comparada aos cursos preparatórios e exames parcelados. Assim, o referido decreto, em seu artigo 33, prescreve que “[...] Será obrigatória a frequência das aulas, não podendo prestar exame, no final do ano, o aluno cuja frequência não atingir a três quartos da totalidade das aulas na respectiva série” (BRASIL, 1931, p.6). De acordo com os artigos 35 a 43, o sistema de avaliação dos estudantes secundaristas era composto de arguição oral ou trabalhos práticos mensais (Art.35), quatro provas escritas parciais no período de um ano (Art.36) e provas finais ao final do período letivo (Art.38). Dallabrida (2009, p. 187), definiu esse sistema de avaliações como “[...]”

com a posse de Antônio Carlos no governo de Minas Gerais, assumiu a secretaria do Interior daquele estado. Utilizando-se de muitos postulados defendidos pelo movimento da Escola Nova, promoveu uma profunda reforma educacional em Minas. Foi o representante mineiro na reunião realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1929, que acertou o apoio de Minas a uma candidatura gaúcha à presidência da República, primeiro passo para o lançamento, tempos depois, do nome de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. Com a posse do novo regime, assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, credenciado por sua atuação à frente dos assuntos educacionais de Minas (ABREU et al., 2001).

¹⁷Segundo a Constituição de 1891, as reformas educacionais que citamos anteriormente só atingiam o sistema de ensino do Distrito Federal. Para as demais unidades da federação, elas apenas serviam como modelo (SOARES, 2009).

uma engrenagem examinatória em diversos tempos ao longo do ano letivo, que incitava ao trabalho regular e progressivo”.

A reforma também extingue a disciplina “Instrução Moral e Cívica”, introduzida no ensino secundário brasileiro por determinação da Reforma Rocha Vaz. Campos afirma que a cadeira de educação moral, cívica ou política no ensino secundário é inútil pelo fato de transmitir conceitos e definições acabados e abstratos, desvinculados da experiência do aluno. De certa forma, o conteúdo desta disciplina de cunho moral e cívico foi transferido para a disciplina de Educação Religiosa, reintroduzida nas escolas primárias, normais e secundárias de todo o país pela reforma, como parte integrante do pacto que Francisco Campos costurou entre o Governo Provisório e a Igreja Católica (MORAES, 2000).

A Sociologia passa a ser obrigatória em todo território nacional. Inicialmente a Sociologia foi uma disciplina “obrigatória apenas para os candidatos ao ensino superior”, ou seja, para uma “parcela privilegiada da elite que faria ensino superior e que teria o monopólio do discurso sobre o social” (MEUCCI, 2015, p. 254).

O curso complementar para o ensino superior funcionava da seguinte forma:

Para os alunos que almejassem as carreiras superiores (cursos jurídicos, medicina, farmácia, odontologia, arquitetura e educação, ciências e letras), seria necessário cursar o curso complementar. É justamente nesse segundo ciclo que a sociologia estaria presente como disciplina obrigatória junto com as disciplinas de Alemão ou Inglês, Latim, Literatura, Geografia, Geofísica e Cosmografia, História da Civilização, Matemática, Física, Química, História natural, Biologia geral, Higiene, Psicologia e Lógica, Noções de Economia e Estatística, História da Filosofia e Desenho. Cabe destacar que, ao contrário de disciplinas como Alemão ou Inglês, em que o aluno escolhia qual cursar, a sociologia era disciplina obrigatória para o ingresso nos cursos superiores (CIGALES, 2019, p. 146).

Segundo Machado (1987), a Sociologia também estava presente no Colégio Pedro II (1925) e nas escolas normais de Pernambuco (1928), Rio de Janeiro (1928), São Paulo (1933). Iremos nos aprofundar sobre a disciplina no curso normal nos próximos capítulos.

Acreditamos que a Sociologia foi importante na reforma Francisco Campos por contribuir no processo de conscientização das elites sobre os problemas da época. Os conhecimentos da disciplina representavam para o aluno que se formava no ensino secundário as noções de modernização, de um estado republicano, capitalista, democrático. No mais, ela “foi também uma disciplina

normativa, prescritiva de noções de civilidade, civismo e até higienismo” e “ofereceu uma metáfora da sociedade: a metáfora orgânica, na qual se ocultaram desigualdades sociais sob os argumentos da diferença, da funcionalidade, solidariedade e autoridade” (MEUCCI, 2015, p. 254). Notamos a influência da obra de Durkheim, que, vale constar, se deu sobre os autores dos primeiros manuais de Sociologia e também sobre reformadores como Francisco Campos.

O período que vai de meados do século vinte ao começo dos anos de 1930 é conhecido na Sociologia como período da Sociologia de Cátedra. É a partir desse momento que a Sociologia “cresce” como disciplina, ocorre à proliferação de publicações como os manuais e coletâneas para seu ensino, que procuravam divulgar as ideias de cientistas sociais (MEUCCI, 2000).

No quadro abaixo estão os títulos lançados entre 1900 e 1935, voltados para Sociologia em diferentes níveis de ensino.

Quadro 1: Os primeiros manuais de Sociologia no Brasil

Ano	Título	Autor (a)
1900	Sociologia Criminal	Paulo Egydio de Oliveira Carvalho
1906	Estudos de Sociologia Criminal	Luciano Pereira da Silva
1906	Sociologia Criminal: estudos	J. Mendes Martins
1926	Introdução à Sociologia Geral	Pontes de Miranda
1928	Sociologia Aplicada	Numa P. do Valle
1931	Iniciação à Sociologia	Alceu Amoroso Lima
1931	Sociologia	Delgado de Carvalho
1933	Lições de Sociologia	Achiles Archerro Jr.
1933	Ensaio de síntese sociológica	Miranda Reis
1933	Sociologia Educacional	Delgado de Carvalho
1933	Sociologia Geral	Rodrigues de Meréje
1934	Sociologia Experimental	Delgado de Carvalho
1934	Elementos de Sociologia	Nelson Omega
1934	Princípios de Sociologia	Djacyr Menezes
1934	Sociologia: problemas prévios	Tito Prates de Fonseca
1935	O que é Sociologia	Rodrigues de Meréje
1935	Noções de Sociologia	Francisca Peeters
1935	Sociologia Aplicada	Delgado de Carvalho

1935	Princípios de Sociologia	Fernando de Azevedo
------	--------------------------	---------------------

Fonte: MEUCCI, 2007, p.55.

Como podemos perceber há manuais destinados ao ensino secundário (noções básicas de sociologia); ao curso normal (sociologia educacional) e ao nível superior (criminal). Segundo Cigales (2019, p. 152) “as reformas educacionais, que determinaram a implantação da sociologia nos diferentes níveis de ensino e a criação dos primeiros cursos universitários, demandaram a produção de livros e manuais para atender ao ensino e às pesquisas da sociologia”.

De acordo com Meucci (2000), os primeiros autores brasileiros responsáveis pela introdução da Sociologia enquanto disciplina escolar foram Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Carneiro Leão, Delgado de Carvalho e Pontes de Miranda. Ainda segundo a autora (2000, p. 27), “podemos, certamente, a partir do exame de ‘Introdução à Sociologia,’ dizer que Pontes de Miranda reconheceu a cientificidade da sociologia. E o fez de modo radical e pioneiro entre nós”.

É importante ressaltar que inicialmente, os professores e autores dos manuais eram advogados, médicos e engenheiros¹⁸. A presença da Sociologia nas salas de aula é anterior aos cursos de formação de professores na disciplina¹⁹. É no começo da década de 1930, que Francisco Campos estabelece as bases para a criação de universidades no país (Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931).

Segundo Mendonça (2000, p. 137 e 138)

A reforma que se consubstanciou no chamado Estatuto das Universidades Brasileiras traz a marca da ambigüidade, decorrência do caráter conciliatório do projeto governamental. [...] A principal inovação prevista no Estatuto era a possibilidade (e não a obrigatoriedade) de incluir entre as escolas que iriam compor a universidade uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, instituição meio híbrida, que deveria se constituir, por um lado, em um órgão de alta cultura ou de ciência pura e desinteressada, e, por outro, ser, antes de tudo e eminentemente, um Instituto de Educação, destinado a formar professores especialmente para o ensino normal e secundário. [...] O Estatuto desagradou a gregos e troianos.

¹⁸ Achilles Archer Jr., Alceu Amoroso Lima, Carneiro Leão, Delgado de Carvalho, Djacyr Menezes e Fernando de Azevedo eram formados em Direito (MEUCCI, 2000, p. 16)

¹⁹ “Por ter surgido depois da existência de Sociologia como disciplina do secundário, permanecerá por décadas essa distinção [no sentido dado por Bourdieu] entre os cursos superiores (Ciências Sociais) e a disciplina de nível médio (Sociologia). Mas talvez a razão ainda mais forte para essa separação é dada pelas características básicas dos cursos superiores: formação de quadros para a burocracia estatal e privada ou formação de pesquisadores, sempre amesquinhando a formação de professores” (MORAES, 2011, p. 363).

É nesse contexto que em 1933 passamos a ter o curso de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) e no ano seguinte na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), núcleo básico da Universidade de São Paulo (USP), em 1939 foi a vez da Universidade do Distrito Federal²⁰. Os professores eram estrangeiros em sua maioria, principalmente para a implantação da Universidade de São Paulo, o que aumentou a produção sociológica e formou uma nova geração de sociólogos. De acordo com Miceli (1989), a demanda das primeiras turmas era justamente para formar professores da educação secundária, embora na ELSP o curso visasse ao desenvolvimento de um corpo burocrático, pois foi fundado pela elite paulistana, que tinha por objetivo, segundo o Manifesto da Fundação da Escola, suprir a falta de “uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender antes de agir o meio social em que vivemos” (OLIVEIRA et al., 1933, p. 171).

Costa Pinto e Carneiro (1955) afirmam que durante o Estado Novo a Sociologia encontra resistência. Entretanto, é nesse momento que a Sociologia é disputada por liberais e católicos (MEUCCI, 2000; CIGALES, 2019). Os intelectuais católicos se apropriaram da Sociologia como disciplina capaz de recristianizar a sociedade e estabelecer uma ordem moral cristã, já os liberais viam um meio de compreender e resolver os problemas sociais e educacionais a partir de uma ciência racional, baseados na laicidade. As disputas não ocorreram somente no campo da Sociologia, mas em toda educação entre liberais e católicos. Essa disputa ficou ainda mais acirrada com a chegada de Gustavo Capanema ao Ministério da Educação e Saúde.

²⁰ Segundo Botelho, Bastos e Villas Bôas (2008) o primeiro curso de Ciências Sociais do Rio de Janeiro, funcionou na antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) da Universidade do Brasil e foi criado em 1939, reconhecido pelo decreto Lei 1190 de 04/04/1939 e publicado no Diário Oficial da União em 06/04/1939. Quando a FNFI desmembrou-se em institutos e faculdades em função do seu crescimento, as Ciências Sociais passaram a fazer parte do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criado em 1967.

2.5 A Reforma Capanema

Gustavo Capanema²¹, intelectual e político mineiro, é empossado no Ministério da Educação e Saúde em 1934, em substituição a Washington Pires, que havia sucedido Francisco Campos²² em setembro de 1932. Segundo Schwartzman (1985, p.265),

Mais significativas, no entanto, são as evidências que sugerem que Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde como parte do acordo geral que então se estabelecera entre a Igreja e o regime de Vargas, proposto anos antes por Francisco Campos. A parte visível deste acordo foi à aprovação, pela Assembléia Constituinte de 1934, das chamadas "emendas religiosas". A parte não dita, mas certamente de conseqüências mais profundas, foi a entrega do Ministério da Educação a Capanema, como homem de confiança da Igreja e encarregado de levar à frente seu projeto educacional e pedagógico, tal como era expresso através de seu representante leigo mais autorizado, Alceu Amoroso Lima.

Capanema era associado aos setores mais militantes e conservadores da Igreja Católica, que nesse período era representado por Alceu Amoroso Lima²³, Padre Leonel Franca e o Cardeal Leme. O acordo firmado entre esse grupo e Vargas tratava do apoio que a Igreja daria ao governo e receberia em troca a aprovação das chamadas “emendas religiosas” na Constituinte de 1934, que incluía, entre outras coisas, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas

²¹Nascido em Pitangui, no ano de 1900, é enviado para cursar o ginásio em um colégio dirigido por padres alemães, o Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte. Terminado o curso secundário, ingressa na Faculdade de Direito, onde se forma em 1924. Trabalha como advogado e professor da Escola Normal antes de ser vereador de Pitangui. Com a posse de Olegário Maciel no governo do Estado, em setembro de 1930, ele é convidado para chefe-de-gabinete do Presidente do Estado, levado provavelmente pelas mãos de Francisco Campos. Participa da Revolução de 1930 nesta posição, e é logo depois nomeado para o posto-chave de secretário do Interior de Minas Gerais (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000).

²² Francisco Campos foi o mentor político e intelectual de Capanema no começo da década de 30, quando Campos ocupava o cargo de secretário do Interior em Minas no governo Antônio Carlos, e nesta posição teve uma atuação importante nas articulações que colocaram Minas ao lado vencedor da Revolução de 30. Com a revolução, Campos vai para a esfera federal, deixando Capanema em seu lugar. A relação entre esses políticos mineiros sofreu abalos quando do processo de eleição para formar o Congresso Constituinte de 1934. A partir desse momento Capanema e Campos se transformaram em adversários políticos (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000).

²³ Alceu Amoroso Lima nasceu em 1893 na cidade do Rio de Janeiro, foi alfabetizado em casa, como era padrão e o tutor de seus estudos foi João Kopke. Mais tarde, Amoroso Lima frequentou o Colégio Pedro II, para, em seguida, formar-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1913, com passagem pela França, onde estudou na Sorbonne e no College de France. Ele aproveitou todo capital simbólico adquirido pela sua origem (uma família de comerciantes) e pela sua trajetória cultural, o que lhe permitiu ocupar um lugar de destaque frente ao laicato católico no país após a morte de Jackson de Figueiredo (professor e jornalista que se converteu ao catolicismo e empreendeu atividades importantes para igreja). Nesse sentido, os projetos intelectuais e culturais de Amoroso Lima, a partir do final dos anos de 1920 e do início dos anos de 1930, dirigiram-se à defesa e à propagação dos interesses católicos no campo cultural e pedagógico (CIGALES, 2019).

públicas. Além disso, o pacto exigia que o Ministério da Educação fosse entregue a pessoa de confiança da Igreja. Diante disso, a Igreja passa a trabalhar para que a educação tenha a forma e os conteúdos que ela considera adequados (SCHWARTZMAN, 1985).

Em 10 de novembro de 1937 se instala, por meio de um golpe, o Estado Novo²⁴. O Brasil tinha eleições presidenciais marcadas para janeiro de 1938, e enquanto os outros candidatos²⁵ lançavam suas campanhas, Getúlio Vargas, silenciosamente, preparava uma nova Constituição para modificar o regime e assim permanecer no poder. Foi com base num plano forjado pela cúpula do Estado, e com apoio do Exército, que Vargas se manteve por mais oito anos no comando do executivo brasileiro.

A Constituição de 1937, que foi redigida por um grupo de juristas, entre eles, Francisco Campos, também modificou a legislação educacional, regredindo ao tirar a responsabilidade do Estado pela gratuidade do ensino primário e por destinar o ensino profissional aos pobres, contribuindo, dessa forma, para reforçar a discriminação e dificultar o acesso ao ensino superior daqueles pouco privilegiados, ao mesmo tempo em que concede privilégios aos membros das elites. É dentro desse contexto que surgiu a Reforma Capanema, iniciada em 1942 e encerrada em 1946.

Antes de iniciar sua reforma, Capanema recebeu alguns educadores de grande influência na época, visando conseguir pareceres que validassem a reforma que iria implantar. Ressaltamos aqueles proferidos por representantes da Igreja

²⁴ Sobre o Estado Novo, Pandolfi (1999, p 10) afirma que: “O golpe deu origem ao Estado Novo. Naquele dia, alegando que a Constituição promulgada em 1934 estava “antedatada em relação ao espírito do tempo”, Vargas apresentou à Nação nova carta constitucional, baseada na centralização política, no intervencionismo estatal e num modelo antiliberal de organização da sociedade. No mesmo período, experiências semelhantes estavam em curso na Europa: Hitler estava no poder na Alemanha, Mussolini na Itália e Salazar em Portugal. Aliás, desde o final da I Guerra Mundial, o modelo liberal clássico de organização da sociedade vinha sendo questionado em detrimento de concepções totalitárias, autoritárias, nacionalistas, estatizantes e corporativistas. Com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte. Mas, ao lado da violenta repressão, o regime adotou uma série de medidas que iriam provocar modificações substantivas no país. O Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi-se transformando numa nação urbana e industrial”.

²⁵ Três candidatos foram lançados: o governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, que recebeu o apoio do governador gaúcho Flores da Cunha e de diversos agrupamentos estaduais opositoristas; o paraibano José Américo de Almeida, representante das forças do Norte-Nordeste do país e do tenentismo; e finalmente, Plínio Salgado, o chefe da Ação Integralista Brasileira, organização paramilitar criada em 1932, inspirada no fascismo italiano (PANDOLFI e GRYNSZPAN, 1997).

Católica que se opõem à presença da disciplina Sociologia no Ensino Secundário.

O primeiro é do padre jesuíta Arlindo Vieira:

A sociologia, introduzida na França, outrora, por fins sectários, não faz parte dos programas de ensino secundário da Europa. É matéria de um curso superior. Aqui, essa experiência no curso complementar foi desastrosa. Em quase todos os cursos de colégios leigos, essa disciplina se converteu em cátedra de propaganda subversiva. Disso temos pleno conhecimento, mediante as notas de aula que nos foram apresentadas por nossos antigos alunos e outros. Os pobres rapazes, sem maturidade intelectual para ajuizar do valor das doutrinas de mestres sem consciência, facilmente se deixam levar por essas tiradas de pura demagogia. Seria, pois, conveniente, suprimir essa disciplina do curso secundário (BAIA HORTA, 2010, p. 38).

Alceu Amoroso Lima também deu seu parecer: “Sugiro ainda, de modo veemente, a supressão da cadeira de sociologia, que em hipótese alguma, deve ser cadeira do curso secundário e apenas do curso superior” (Baia Horta, 2010, p. 39).

É nesse cenário que a Sociologia é retirada dos currículos do ensino secundário e complementar. Segundo Saviani (2011), Gustavo Capanema focou em realizar um conjunto de reformas que possuíam um caráter centralista, burocratizado e dualista, que separava o ensino secundário, voltado para as elites, do ensino profissional. O ensino secundário foi reorganizado em dois ciclos: ginásial e o colegial. Um conjunto de reformas foi realizado, do qual a extinção da Sociologia foi apenas um dos atos.

A Reforma Capanema, instituída pela denominada Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, criou uma organização estrutural para a educação média que perdurou por quase trinta anos. Conforme este decreto, o ensino secundário seria dividido em dois ciclos: o ginásial e o colegial. O período do ginásio seria de 4 anos organizado em um só curso. O período do colegial seria de 3 anos, com a oferta de dois cursos paralelos: o curso científico com uma formação marcada pelos estudos das ciências e o curso clássico destinado à formação intelectual, por isso, a acentuação na aquisição dos conhecimentos filosóficos e nos estudos de letras antigas. A conclusão de um dos dois cursos possibilitava o acesso, mediante vestibular, a qualquer curso superior (SOARES, 2009, p.78).

A disciplina permanece apenas na escola normal como Sociologia Educacional, conforme o Decreto-Lei n. 8.530, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Normal, nacionalizando os programas.

Art. 8º - O curso de formação de professores primários se fará em três séries anuais, compreendendo, pelo menos, as seguintes disciplinas:

[...]

Terceira série: 1) Psicologia educacional. 2) Sociologia Educacional. 3) História e filosofia da educação. 4) Higiene e puericultura. 5) Metodologia do ensino primário. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto. 8) Prática do ensino. 9) Educação física, recreação e jogos (BRASIL, 1946).

Com essa reforma a Sociologia deixa de ser uma disciplina obrigatória nos currículos de ensino secundário. Apesar do seu retorno efetivo só ocorrer muitas décadas depois, movimentos ocorreram durante o período em que ela não esteve presente nos programas oficiais.

2.6 O período de alijamento e o retorno ao currículo

A Sociologia não esteve presente como disciplina obrigatória nos currículos entre 1941 e 1982, é a partir do início da década de 80 que ocorre um retorno gradativo (AZEVEDO, 2014). Entretanto, no período entre 1942-1961, a Sociologia constava nos currículos como Sociologia Educacional na escola normal (MORAES et al., 2010).

A Sociologia acadêmica consegue permanecer e se expandir com a redemocratização de 1945, as mobilizações político-ideológicas dos anos 50 e 60 criaram condições favoráveis à expansão do pensamento sociológico. Nesse contexto se dá a formação da chamada “Escola de Sociologia Paulista” ou “Escola da USP”, dirigida por Florestan Fernandes, que desenvolveu projetos coletivos de pesquisa sobre as relações raciais no Brasil e o desenvolvimento brasileiro (FERNANDES, 1977). O final da década de 50 tem início a crise social e política brasileira e latino-americana. Segundo Liedke Filho (2005, p.394):

Este momento foi caracterizado pela crise institucional e profissional da Sociologia e das ciências sociais em geral, sob o efeito das medidas repressivas (cassações, prisões, exílios e desaparecimento) dos regimes autoritários. O Golpe de 1964 no Brasil inaugura este ciclo autoritário, também chamado de ciclo do novo autoritarismo, caracterizado pela transformação dos estados desenvolvimentistas-populistas da região em estados burocrático-autoritários, na terminologia proposta por Guillermo O’Donnell (1982), e seguido por uma sucessão de golpes militares, como os ocorridos na Argentina (golpes de 1966 e 1976) e no Uruguai (golpe de 1973).

O fortalecimento da Sociologia acadêmica só se dará novamente nos anos 70 e 80, que de acordo com Micelli (1995, p. 22) “marcam o período áureo do apoio financeiro e institucional prestado por essas agências de fomento às Ciências Sociais brasileiras”.

O mesmo não ocorreu com a disciplina no ensino secundário, apesar de movimentos como a defesa feita por Antônio Cândido, no Simpósio “O Ensino de Sociologia e Etnologia”, em 1949; o I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, onde Florestan Fernandes²⁶ escreve um texto intitulado “O ensino de sociologia na escola secundária brasileira”; e a aprovação da Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) do Brasil (BISPO, 2003). Lima e Silva (2008) detalham que a disciplina teve caráter optativo na escola a partir da LDB, ou seja, a escola poderia ou não oferecê-la aos alunos:

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961, estabeleceu que a Sociologia passasse a “figurar como componente optativo no curso colegial, entre uma centena de outras disciplinas, humanísticas, científicas ou técnico-profissionalizantes; também podia ser de caráter geral ou específico (sociologia de...)” Em que pese a possibilidade de estar presente de maneira efêmera, a realidade é que a Sociologia acabou sufocada pela disciplina obrigatória (e conservadora) de Organização Social e Política Brasileira (OSBP). Esta situação perdurou até meados de 1980, quando o enfraquecimento da ditadura civil-militar trouxe consigo a retomada do debate acerca da obrigatoriedade da Sociologia. (LIMA E SILVA, 2008, p. 192-193)

A disciplina vai sofrer resistência durante a ditadura militar, apenas em 1982 é iniciado o processo de reinserção aos currículos através da lei 7.044 de 1982, que faz modificações na LDB/61 e permite que a Sociologia e a Filosofia entrem na grade curricular na parte diversificada do currículo, espaço onde os estados tinham maior autonomia para definir conteúdos. Segundo Azevedo (2014), é neste contexto que a Sociologia retornará aos currículos escolares de diversos Estados, como São Paulo, em 1983, Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco, em 1986, no Distrito Federal em 1987, no Rio de Janeiro, em 1989.

Em 1996 é promulgada a nova LDB (Lei n. 9.394/96) em seu artigo 36, parágrafo (§) 1º, inciso III, dispõe que:

§ 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre:

[...]

²⁶ “Fernandes aludia à importância do ensino da sociologia na escola secundária brasileira como um dos meios de formação do indivíduo cidadão, capaz de compreender e atuar criticamente diante dos dilemas da moderna sociedade urbano-industrial. Essa visão se coadunava com sua concepção de uma reflexão sociológica atrelada à construção de canais democráticos de participação nos rumos do desenvolvimento social” (COSTA, 2013, p.41).

III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

O texto pouco objetivo não ajudou, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), lançadas em 1998 pelo Conselho Nacional de Educação, tratavam de áreas de conhecimento e não de disciplinas, o que manteve o caráter dúbio da LDB/96 sobre a Sociologia. Em 2001 houve nova expectativa, quando o Congresso Nacional aprovou a presença da disciplina no ensino médio, porém, o presidente em exercício, Fernando Henrique Cardoso²⁷, deu um veto que causou grande espanto²⁸ na comunidade de sociólogos organizados que vinham lutando pela reintrodução da disciplina.

Em 2006, o Conselho Nacional de Educação lança a Resolução n. 4/2006 recomendando que todos os estados adotem as disciplinas Sociologia e Filosofia obrigatoriamente. Foi somente em 2008 que a lei federal n. 11.684 foi aprovada e a Sociologia, junto com a Filosofia, retornaram ao ensino médio em texto de lei que, de certa forma, privilegiou as duas disciplinas ao afirmar que elas devem estar presentes em todas as séries do Ensino Médio.

A Sociologia seguia firme nos currículos em todo país, mas em 2016 sua permanência é colocada mais uma vez em debate. O governo federal propõe a alteração radical da estrutura curricular do ensino médio ao publicar a Medida Provisória (MP) nº. 746, que propôs uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de itinerários formativos e de organização por áreas de conhecimento e em tempo integral. Essa MP retirou a obrigatoriedade, entre outras, da disciplina Sociologia. O Congresso Nacional transformou, em 2017, essa Medida Provisória na Lei nº. 13.415.

A lei determinou o aumento de carga horária do ensino médio, onde 1.800 horas serão destinadas aos conteúdos das disciplinas obrigatórias, encaixadas dentro das áreas definidas pela BNCC. As demais 1.200 horas serão destinadas ao caminho escolhido pelo estudante dentre os itinerários disponíveis, sendo cinco

²⁷ Fernando Henrique Cardoso, nascido em 1931, formou-se em ciências sociais na Universidade de São Paulo em 1952, tendo sido aluno, entre outros, do sociólogo francês Roger Bastide, de Antonio Candido e de Florestan Fernandes (LIEDKE FILHO, 2005, p.414).

²⁸ O veto foi recomendado ao presidente por Paulo Renato Souza, ministro da Educação na época. O Ministério alegava que o projeto representava um retrocesso no perfil curricular do ensino médio, que valorizava a interdisciplinaridade e temas da filosofia e da sociologia já fariam parte dos parâmetros curriculares da primeira à terceira série do ensino médio. Outra razão seriam os gastos que os Estados teriam na contratação de professores; e não haveria licenciados suficientes para atender às demandas das escolas, caso fosse aprovada. (FOLHA, 2001).

eixos formativos: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional.

Com essas mudanças, a Sociologia deixou, portanto, a condição de disciplina obrigatória em todas as séries do Ensino Médio, conforme lhe garantia a Lei nº. 11.684/2008, ora revogada, para uma situação de obrigatoriedade na BNCC, mas cuja forma e carga horária, na prática, ainda estão indefinidas. Esse debate passou para o nível estadual, uma vez que cada estado é responsável pela criação de seu novo currículo adaptado a essa reforma, mas a pandemia de COVID-19²⁹ que paralisou as atividades presenciais no Brasil, também afetou o futuro da Reforma do Ensino Médio e da Sociologia, entretanto, alguns estados já publicaram diretrizes curriculares em conformidade com a Reforma.

Sendo assim, é possível perceber a necessidade do debate sobre o lugar ocupado pela Sociologia enquanto disciplina escolar. Nessa dissertação me proponho a olhar para um lugar específico, onde os saberes sociológicos estiveram presentes por um período maior, o curso normal. Vamos olhar para a introdução da Sociologia na Escola Normal da Capital Federal, atual Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). No próximo capítulo vamos analisar a trajetória do curso normal e as reformas realizadas por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira no Rio de Janeiro durante as décadas de 1920 e 1930, reformas importantíssimas, em nossa concepção, para que a Sociologia estivesse presente no currículo da Escola Normal.

²⁹ Escrevi essa dissertação entre junho de 2020 e fevereiro de 2021, enquanto o Brasil atravessa uma crise sem precedentes. Em março de 2020 escolas, universidades e tantos outros setores encerraram suas atividades presenciais. O on-line invadiu nossas casas e se tornou o novo método de ensino, construindo uma barreira para a educação de milhares de brasileiros que não tem acesso a internet. O futuro da educação é incerto, ainda não sabemos como será o retorno ao modelo presencial e qual foi o impacto real da COVID-19 na educação.

3. Da Escola Normal ao Instituto de Educação

Nesse capítulo abordamos especificamente o Instituto de Educação e sua história, desde sua criação até a década de 1930, recorte temporal dessa pesquisa. Porém, se faz necessário apresentarmos alguns aspectos importantes sobre a criação das Escolas Normais no Brasil, considerando que a origem do Instituto de Educação é a Escola Normal da Corte, criada em 1880, e conseqüentemente sobre a formação de professores no Império e na República.

Foi após a Revolução Francesa, entre 1792 e 1795, que as instituições responsáveis pela formação de professores receberam o nome de Escolas Normais. Este modelo chegou ao Brasil em um momento no qual a instrução primária havia sido confiada às províncias que possuíam recursos limitados, permanecendo sem nenhuma estrutura. Com relação ao caráter formativo, era reduzido ao ensino da leitura, escrita e cálculo.

É nesse cenário que é inaugurada em 1835 a primeira escola normal brasileira, em Niterói³⁰. Idealizada e organizada pelo grupo conservador liderado pelo Presidente Joaquim José Rodrigues Torres, a criação da Escola Normal de Niterói foi imaginada para ser “uma das principais alavancas da expansão e consolidação da supremacia daquele segmento da classe senhorial que chegara ao poder” (VILLELA, 2017, p.32). É preciso lembrar que a moral superava os valores intelectuais dos candidatos para Escola Normal, sua lei de criação (Lei nº10 de 10 de abril de 1835) diz em seus artigos 4º e 6º:

Artigo 4º. Para ser admitido à matrícula na Escola Normal, requer-se: ser Cidadão Brasileiro, maior de dezoito annos, com boa morigeração, e saber ler e escrever.

[...]

Artigo 6º. Os que pretenderem matricular-se, dirigirão seus requerimentos ao Presidente da Província, instruídos com certidão de idade, e attestação de boa conducta, passada pelo Juiz de Paz do seu domicilio: com despacho do mesmo Presidente serão matriculados pelo Diretor, se pelo exame a que deverá proceder, achar que possuem princípios suficientes de leitura e escrita.

A “boa morigeração” está relacionada à moral, e segundo Villela (2017, p. 33) esta se relacionava com a posição ideológica dos futuros professores. O currículo das escolas primárias também seguia a mesma linha, segundo a Lei de

³⁰ A criação da escola se dá um ano após o Ato Adicional à Constituição do Império ter colocado o ensino elementar sob a responsabilidade das províncias que, em consequência, também deviam cuidar da preparação dos seus professores (SAVIANI, 2009).

Instrução Primária da Província do Rio de Janeiro (nº 1 de 2 de janeiro de 1837), as classes de ensino deveriam aprender:

Artigo 1º As Escolas Publicas de instrucção primaria comprehendem as tres seguintes classes de ensino:

1ª Leitura, e escrita; as quatro operações de Arithmetica sobre numeros inteiros, fracções ordinarias, e decimaes, e proporções: principios de Moral Christã e da Religião do Estado; e a Grammatica da Lingua Nacional.

2ª Noções geraes de Geometria theorica e pratica.

3ª Elementos de Geographia.

Os futuros professores repassavam conhecimentos básicos, não havia preocupação em aprofundar técnicas ou conteúdos. O diretor ficaria encarregado de ensinar aos alunos da Escola Normal a leitura e escrita pelo método lancasteriano³¹, as quatro operações de aritmética, noções de Geometria, Gramática, elementos de Geografia e os princípios de Moral Cristã e da religião do Estado (Art. 2º da Lei nº10 de 10 de abril de 1835).

A formação para profissão de professor primário não atraiu os jovens das elites, então o governo ofereceu 10 bolsas para rapazes pobres. As mulheres e os negros³² não podiam concorrer às vagas. Em 1840, após quatro anos de funcionamento, a Escola Normal de Niterói havia formado apenas 14 alunos, dos quais 11 se dedicaram ao magistério (MOACYR, 1939, p. 199).

A escola é fechada em 1849, nesse momento outras províncias já tinham escolas normais³³, mas todas têm algumas características em comum. A organização didática do curso era extremamente simples, apresentando, via de regra, um ou dois professores para todas as disciplinas e um curso de dois anos, o que se ampliou ligeiramente até o final do Império. A infraestrutura disponível, tanto no que se refere ao prédio, como a instalação e equipamento, é objeto de constantes críticas nos documentos da época. Nessas condições, as escolas foram fechadas por falta de alunos ou por descontinuidade administrativa e submetidas a

³¹ Segundo Manacorda (2006), no sistema lancasteriano cada grupo de alunos formava uma classe ou círculo, onde cada um tinha um lugar definido pelo nível do seu saber. À medida que o aluno ia progredindo, mudava seu posicionamento na classe ou círculo. O sistema era rígido, controlado por uma disciplina severa.

³² No caso dos negros, havia um impedimento formal de frequentar tanto as escolas primárias quanto a Normal, mesmo aqueles já libertos. Para as mulheres não havia uma proibição formal, mas a exclusão se dava através da redução do conteúdo do currículo da escola feminina, que tinha como foco saberes domésticos (VILLELA, 2017, p. 34).

³³ Minas Gerais, em 1835 (instalada em 1840); na Bahia, em 1836 (instalada em 1841); em Cuiabá, em 1842; em São Paulo, em 1846 (ARAUJO et al., 2017).

constantes medidas de criação e extinção, só conseguindo subsistir a partir dos anos finais do Império (TANURI, 1970). Em 1880 é criada no Rio de Janeiro a Escola Normal do Município da Corte.

3.1 De Escola Normal do Município da Corte a Escola Normal do Distrito Federal

Foi o ministro Carlos Leôncio de Carvalho que teve a iniciativa que deu origem aos projetos da Escola Normal do Município da Corte (Decreto n. 4.247, de 19 de abril de 1879). A criação da escola era a primeira condição para a melhoria do ensino, pois os professores não poderiam mais ser improvisados. A Escola foi concebida por meio do decreto n. 7.684, de 6 de março de 1880.

De caráter gratuito e misto, a inauguração ocorreu no dia 5 de abril de 1880, nas dependências do Colégio Pedro II. As instituições iriam compartilhar grande parte do corpo docente. Benjamin Constant Botelho Magalhães foi nomeado diretor interino. O modelo utilizado já era visto em outras províncias, o curso normal tinha anexo um Liceu, e esses utilizavam o mesmo espaço físico e os mesmos professores. Segundo Serrano (1945, p. 12), as matrículas em 1880 alcançaram um total de 275 candidatos.

Assim que a Escola Normal começou a funcionar, constatou-se a falta de espaço físico, passando então a funcionar no prédio da Escola Politécnica, no Largo de São Francisco de Paula, em cursos noturnos, que começavam às 17 horas e prosseguiam até às 21 horas.



Figura 1: A Escola Normal no Largo de São Francisco de Paula
Fonte: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL

O currículo compreendia as seguintes disciplinas (Decreto n. 7.684, de 6 de março de 1880):

Art. 1º O ensino na Escola Normal será gratuito e compreenderá as seguintes cadeiras:

Portuguez.
 Francez.
 Mathematicos elementos e escripturação mercantil.
 Elementos de cosmographia, geographia e historia universal.
 Geographia e historia do Brazil.
 Elementos de sciencia physicas e naturaes, e de physiologia e hygiene.
 Philosophia e principios de direito natural e de direito publico.
 Principios de economia social e domestica.
 Pedagogia e pratica do ensino primario em geral.
 Pedagogia e pratica do ensino intuitivo ou lições de cousas.
 Principios de lavoura e horticultura.

O programa era bem similar ao da escola secundária de formação geral, reservando-se à parte profissional apenas as cadeiras de pedagogia e metodologia, que eram oferecidas nas duas últimas séries. Segundo Lopes e Martinez (2008, p. 63), no que diz respeito aos exercícios práticos, “havia enorme dificuldade em conciliar os horários dos alunos, em sua maioria trabalhadores, com o turno das escolas anexas, que por muito tempo não passariam de meras figuras de retórica”.

A moral e a religião não constavam no currículo, mas ainda era necessário para matrícula ter “Attestados de moralidade, passados pelos Parochos dos logares onde o requerente tiver residido nos tres ultimos anos” (Artigo 6º, §3º do decreto n. 7.684, de 6 de março de 1880). A questão da coeducação³⁴ era um problema para sociedade da época, no relatório sobre a organização das escolas em 1883, o Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira, inspetor-geral da Instrução Pública na capital do Império, desferiu uma severa crítica, ao dizer que a escola funcionava “com o emprego dos mesmos methodos, pelos mesmos mestres, nas mesmas aulas, e isto num paiz onde os dois sexos vivem em completo divorcio de ideas e de costumes, consequência de uma educação tradicional” (LOPES e MARTINEZ, 2008).

Em 1888 a Escola Normal é novamente transferida, dessa vez para Praça da Aclamação³⁵ (SERRANO, 1945). Nesse mesmo ano, em 13 de outubro é decretada a mudança no regulamento (Decreto n. 10.060, de 13 de outubro de

³⁴ Educação que ocorre de maneira conjunta; educação destinada as pessoas de ambos os sexos.

³⁵ Localizada no Campo de Santana a Praça da República se chamava Praça da Aclamação, pois foi lá que foi aclamado Dom Pedro I como Imperador do Brasil. Com a proclamação da República sendo feita lá, cabia a mudança de nome.

1888). O curso passa a ser diurno, a presença é obrigatória e o currículo assume caráter humanista (SILVEIRA, 1954). O decreto determinou, por exemplo, que a escola teria um ginásio, uma biblioteca, um museu pedagógico, gabinetes de desenho, para o estudo das ciências físicas e naturais, e uma oficina, para trabalhos manuais. Previu também a criação de escolas de aplicação para cada um dos sexos ou, pelo menos, uma do sexo masculino, em que os alunos e alunas exercessem o ensino, e a criação de um jardim de infância para as alunas praticarem o ensino infantil, o que demonstra que a educação de crianças pequenas deveria ser exclusividade das mulheres.



Figura 2: Prédio da Escola Normal situado no Campo da Aclamação
Fonte: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL

As mudanças não permanecem por muito tempo. Com a Proclamação da República, Benjamin Constant assume a Pasta da Guerra e depois a da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. O curso retorna ao período noturno, a Pedagogia desaparece do currículo, mas o magistério público primário passa a ser restrito aos alunos ou graduados na Escola Normal (SILVEIRA, 1954). Outra mudança se dá no nome, a Escola Normal da Corte passa a ser chamada de Escola Normal do Distrito Federal.

3.2 A Escola Normal do Distrito Federal e as reformas na educação

Alguns anos após a instauração da República, e ainda com um projeto civilizatório para realizar, teve início no Rio de Janeiro um processo social que envolveu moradias populares, meios de transporte, especulação imobiliária, vacinação periódica, aterramento de morros, educação, etc. (SANTOS, 2013). Na Escola Normal as mudanças também ocorreram. Em 1901 o magistério primário ficou caracterizado como profissão feminina, o que resultou na restrição de matrícula para meninas, que foi posteriormente revogada em 1907. A Reforma Rivadávia Corrêa, que foi executada na Escola Normal pelo Decreto nº 838, da Prefeitura do Distrito Federal, de 20 de outubro de 1911, trouxe a autonomia institucional tão desejada pelos professores intelectuais da Congregação³⁶, que seriam a partir desse momento responsáveis por eleger o Diretor da Escola.

Em 1912 foi publicado o Regulamento da Escola Normal, que tinha como base a reforma ocorrida no ano anterior. O curso teria como prioridade o ensino como formação profissional. As mudanças também atingiram o corpo docente:

Uma das novidades trazidas foi a alteração do quantitativo de professores (Artigo 59), que passou a ser composto por vinte e quatro professores catedráticos, no Curso de Ciências e Letras, e dez professores catedráticos, efetivos, no Curso de Artes. Os docentes comuns aos dois cursos (Ciências e Letras e Artes) passaram a ser: um professor de Caligrafia, um professor de Ginástica, um professor de Álgebra, uma professora de Trabalhos de Agulha, um professor de Desenho Linear, um professor de Francês, um professor de História do Brasil e Instrução Cívica e um professor de Economia Nacional, História da Indústria e Indústria contemporânea (SANTOS, 2013, p. 139).

Em setembro de 1914 é reestabelecido o controle da Escola Normal pelo Governo Municipal e a Escola muda novamente de prédio, dessa vez a mudança ocorreu para dar espaço maior à Escola Profissional Feminina³⁷ que crescia no mesmo ambiente físico onde estava instalada a Escola Normal. Desde o ano

³⁶ Criada pelo Regulamento de 1880, a Congregação da Escola Normal era constituída pelo corpo de professores que ali ministrava aulas no curso de formação de professores para as escolas públicas primárias e tinha as atribuições de: acompanhar o ensino primário, emitir pareceres, analisar e interferir nos Regulamentos daquela instituição e das escolas primárias, além de escolher as obras didáticas a serem utilizadas naquele curso e no curso do ensino primário, dentre outras atribuições (SANTOS, 2013).

³⁷ Segundo Araújo et al (2017), os Institutos e as escolas profissionais começaram a ser criadas no município do Rio de Janeiro, ainda no século XIX, se consolidando nas primeiras décadas do século XX como uma possibilidade de formação de mão-de-obra para uma sociedade republicana que se instituiu e que se pretendia moderna; e no caso das meninas também como uma escola de formação doméstica.

anterior, no mesmo prédio da formação de professores, fora criada a 2ª Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêa. O novo prédio estava situado na Rua São Cristóvão, nº 18, em parte de terreno anteriormente aterrado ao Mangue de São Diogo.



Figura 3: Prédio na Rua São Cristóvão

Fonte: Acervo Augusto Malta Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)

Segundo Santos (2013, p.144),

No Estácio, tendo por vizinhas as favelas, instaladas nos Morros de São Carlos e Matos Rodrigues, e a zona do baixo meretrício ocupada pelas “polacas”, a Escola Normal do Distrito Federal começou a funcionar fora do círculo de poder que a Praça da Aclamação conferia às instituições ali sediadas.

O novo prédio era bastante diferente do que ocupava a Escola Normal do Distrito Federal, na Praça da Aclamação, onde existia um pequeno jardim bem cuidado que separava o prédio da rua. O uniforme é instituído nesse momento (Decreto nº 1678, de 5 de janeiro de 1915), para diferenciar os normalistas dos moradores e frequentadores do bairro³⁸.

O curso se manteve nos períodos diurno e noturno, a idade mínima para matrícula é reduzida para 13 anos das meninas e 15 para os meninos. O corpo docente passa a ser composto por professores catedráticos e professores regentes de turma (SILVEIRA, 1954). A categoria “regentes de turma” é modificada em 1916 pelo Decreto nº1059, esses professores poderiam se tornar “docentes” após passarem por um exame realizado pelos professores catedráticos e presidido pelo

³⁸ Essa região do Estácio tinha toda uma cultura singular, marginalizada, estigmatizada e distante dos antigos círculos de poder da elite, que se apresentou como contraponto do recato, do pudor e das “boas maneiras” que a Escola Normal ensinava, pregava e tinha por meta desde a sua criação.

Diretor, que nesse momento era Afrânio Peixoto³⁹. As mudanças feitas por ele aparecem no currículo, a Psicologia aparece separada da Pedagogia, a reintrodução da Moral e Cívica e da Língua Inglesa. Há uma divisão entre o ensino profissional e o propedêutico, pois o curso era dividido em dois ciclos: um preparatório e outro profissional. O curso noturno é encerrado (LOURENÇO FILHO, 1937).

Antonio Carneiro Leão assumiu em 1922 a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, no Governo de Arthur Bernardes. Na tentativa de transformar a educação do Distrito Federal em modelo para o país, procurou dar melhor preparação para o professor. Ele tinha publicações importantes sobre educação, apostava em ideias renovadoras. Segundo Paschoal Lemme (2005, p.168),

Já em 1909, Antônio Carneiro Leão, um intelectual pernambucano, que pode ser considerado como um pioneiro, publicava um livrinho – *Educação*, em que pregava essas idéias de renovação escolar; de 1912 a 1919 percorreu o País, de norte a sul, fazendo conferências de propaganda da educação popular; em 1917, publica *O Brasil e a educação e Pela educação profissional*; em 1919, *Pela educação*; e, por fim, em 1923, *Os deveres das novas gerações brasileiras* (grifos do autor).

Em 1924, Carneiro Leão solicitou a Heitor Lyra⁴⁰ que o ajudasse no projeto de reforma do ensino técnico e, dois anos após, com a renovação dos programas primários. No ano de 1924 eles e outros educadores, fundaram a Associação Brasileira de Educação, instituição que em 1932 lança o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, e seus ideais se materializam na Escola Normal.

3.3 O Escolanovismo e as Reformas de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira

Na década de 1920 tem início no Brasil o movimento renovador da educação. Era preciso organizar e profissionalizar a carreira de professor primário, visto que a escola normal já tinha atingido certa estabilidade, assim como oferecer

³⁹ Júlio Afrânio Peixoto era médico. Em 1910 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, mais tarde, em 1923, tornar-se-ia presidente da instituição. Assumiu a direção da Escola Normal em 1915, ano em que também se tornou professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi ainda diretor da Instrução Pública do Distrito Federal em 1916. Deputado federal pela Bahia de 1924 a 1930, tornou-se em 1932 professor de história da educação do Instituto do Rio de Janeiro. Em 1935 foi nomeado reitor da Universidade do Distrito Federal (UDF).

⁴⁰ Engenheiro, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e professor da Escola Nacional de Belas Artes.

um novo modelo de curso, que corrigisse as insuficiências e distorções, havia uma carência teórica dos normalistas que se formavam (SAVIANI, 2005).

De acordo com Jorge Nagle (1974, p. 241), não havia até aquele momento, “condições sociais e pedagógicas que estimulassem o desenvolvimento da nova forma de entender a escolarização”, esse seria o começo da influência do escolanovismo na educação brasileira, que causa uma polarização no debate educacional colocando a “escola tradicional” no polo oposto. Dessa maneira, teria havido, durante a década de 1920, uma “sincronia entre a propagação das ideias e as mudanças institucionais comprometidas com essa nova corrente”. A Escola Normal seria terreno para esta verdadeira revolução educacional e cultural. Segundo Vidal (2003, p.498),

A escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil. Serviria de base à disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, constituída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, da velocidade das transformações, da interiorização de normas de comportamentos otimizados em termos de tempos e movimentos e da valorização da perspectiva da psicologia experimental na compreensão “científica” do humano, tomado na dimensão individual.

Os reformadores acompanhavam as tendências na educação que surgiam nos Estados Unidos e na Europa, utilizavam a literatura estrangeira como respaldo para as mudanças que realizavam no país. Eles não só liam os textos, como traduziam para utilizar na formação de professores. O esforço era tanto que linhas editoriais foram criadas, como a *Biblioteca de Educação* em 1927, dirigida por Lourenço Filho, e a *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, em 1931, administrada por Fernando de Azevedo (VIDAL, 2003).

O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi assinado por 26 educadores e intelectuais, mas ao olharmos para biografia daqueles que protagonizaram o movimento, os “pioneiros”, é possível perceber que estavam ligados ao curso normal. Lourenço Filho foi normalista em 1912. Cecília Meireles diplomou-se pela Escola Normal “Estácio de Sá” em 1917 e Paschoal Lemme também foi normalista na década de 1920 no Rio de Janeiro. Fernando de Azevedo, Sampaio Dória e Almeida Junior foram professores de Escola Normal em São Paulo antes da década de 1920, o mesmo acontecendo com Roquette Pinto, Venâncio Filho, Edgar Sussekind de Mendonça e Afrânio Peixoto no Distrito Federal, onde atuaria também, mais tarde, Carlos Delgado de Carvalho, que viria ocupar as cadeiras de Sociologia e Sociologia da Educação do Instituto. Já Anísio Teixeira, começou

sua carreira como professor da Escola Normal da Bahia em 1928. Outros também haviam lecionado ou participado de importantes reformas no curso normal.

A década de 1920 foi repleta de reformas educacionais, começando pela realizada por Sampaio Dória no Estado de São Paulo (SP). Entre 1922 e 1923, Lourenço Filho, educador de São Paulo, é convidado pelo Governo do Estado do Ceará (CE), para realizar uma importante reforma, nesse mesmo momento ele convivia intelectualmente com a mesma geração que produziu a Semana de Arte Moderna em São Paulo. Anísio Teixeira foi o responsável pela reforma realizada na Bahia (BA) em 1924. José Augusto Bezerra de Menezes, no Estado do Rio Grande do Norte (RN), entre 1925 e 1928, dá continuidade a esse movimento. Antônio Carneiro Leão promove outra importante reforma, além da realizada no Rio de Janeiro (RJ), é ele quem elabora, em 1928 no Estado de Pernambuco (PE), um movimento de modernização do ensino público. No Paraná (PR) ela ocorre entre 1927 e 1928, comandada por Lisímaco Costa. Francisco Campos empreende em Minas Gerais (MG) a renovação do ensino público nessa mesma época (LEMME, 1984, p.168).

A reforma coordenada por Fernando de Azevedo, enquanto estava à frente da Diretoria-Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, foi de extrema importância para a Escola Normal do Distrito Federal.

3.3.1 A Reforma de Fernando de Azevedo

Fernando de Azevedo foi um *homem de ação*, tendo exercido vários cargos administrativos, a maioria na esfera educacional. Foi um *homem de pensamento*, com múltiplos interesses intelectuais (PILETTI, 1994). Fez cursos especiais de letras clássicas, língua e literatura grega e latina, de poética e retórica; e, em seguida, cursou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi professor substituto de Latim e Psicologia no Ginásio do Estado em Belo Horizonte; de Latim e Literatura na Escola Normal de São Paulo; de Sociologia Educacional no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo; catedrático do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e Professor emérito.

Em 17 de janeiro de 1927 assumiu a Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal.⁴¹ Em janeiro do ano seguinte era promulgada reforma feita por ele (Lei nº 3281, de 23 de janeiro de 1928) que modificou, com base nas diretrizes da Escola Nova, o ensino primário, normal e a educação profissional na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Azevedo,

[A reforma] Adotando por base de todo o ensino a atividade investigadora e experimental do aluno, [...] não só levou à escola primária os processos do ensino superior, inteiramente apoiado hoje na observação, nas pesquisas e experiências, como transformou a escola (escola do trabalho), em que se aprende trabalhando, em uma colmeia de atividades educativas (AZEVEDO, 1958, p. 81).

A proposta de Azevedo seguia três princípios básicos: em primeiro lugar, a extensão da escola a todas as crianças em fase escolar, a proposta da escola única; em segundo, a articulação entre os vários níveis de ensino e, em terceiro lugar, a adaptação ao meio, ou seja, a escola urbana dando mais atenção ao processo de industrialização e a escola rural voltada para as atividades agrícolas. Tal proposta estava embasada na teoria de John Dewey⁴², Pestalozzi⁴³, Decroly⁴⁴ e Jorge Kerschensteiner⁴⁵, autores que Fernando de Azevedo era admirador, e nos ideais da escola nova, que teria como missão ajustar o aluno à comunidade. Como explicitado por Alves (2004, p. 43) a reforma proposta por Azevedo “segue mais a teoria pedagógica proveniente da Alemanha [...] do que aquela originária dos

⁴¹ Portaria de 17 de janeiro de 1927, assinada pelo Prefeito Antonio Prado Junior (IEB, Arquivo Fernando de Azevedo).

⁴² Abordaremos no próximo capítulo a influência de John Dewey sobre a Sociologia no Programa do Curso Normal.

⁴³ Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) foi um educador suíço, suas ideias demarcaram uma vertente da pedagogia tradicional denominada Pedagogia Intuitiva, cuja característica básica é oferecer dados sensíveis à percepção e observação dos alunos. Essa pedagogia fundamentava-se na psicologia sensualista, cujos representantes afirmavam que toda a vida mental se estrutura baseando-se nos dados dos sentidos. Tal como Rousseau, Pestalozzi concebia a educação como processo que deve seguir a natureza e os princípios da liberdade, da bondade inata do ser e da personalidade individual da criança (ZANATTA, 2012).

⁴⁴ Ovide Decroly (1871-1932) era médico, seu contato com a educação se deu ao estudar crianças com doenças mentais. A ideia central do método de Decroly é a dos “centros de interesse” como eixos estruturantes do currículo, que permitem a expressão da motivação espontânea do aluno e, ao mesmo tempo, abrem caminho para a aquisição de novos conhecimentos. O processo de aprendizagem se desdobraria em três fases: observação (não como técnica, mas como atitude diante da realidade), associação (possibilitando a integração no espaço e no tempo dos conhecimentos adquiridos por meio da observação) e expressão (concreta, por meio de desenho livre, de trabalhos manuais e outros; ou abstrata, por meio, por exemplo, do texto escrito ou da linguagem matemática) (FERRARI, 2008).

⁴⁵ Georg Michael Kerschensteiner (1854-1932) foi um pedagogo e educador alemão, criador da Escola do Trabalho, uma espécie de escola nova virada para a formação profissional (BUENO, FARIAS e FERREIRA, 2012).

Estados Unidos, embora busque a todo instante integrá-las, a fim de conferir unidade ao princípio da escola do trabalho, em que se fundamenta”.

A escola seria um reflexo da sociedade, para isso, Azevedo planejou consultórios médicos e odontológicos, cinema, a rádio escola, etc., para que o aluno aprendesse a viver em sociedade para qual ele estava se formando. O Rio de Janeiro passava por um período de industrialização, a classe operária crescia, e Azevedo via na escola a preparação para o mercado de trabalho.

As mudanças começam na escola primária, o que torna a carreira de professor mais elevada e árdua. O professor deve assumir um novo papel:

[...] que, para manter com disciplina e sem fadiga a atividade livre e constante dos alunos, tem que ser um despertador do interesse não somente com fonte estimuladora da atividade, mas também como a fonte única de disciplina na escola do trabalho (AZEVEDO, 1958, p. 74).

A formação de professores é um dos principais elementos para o sucesso da Reforma, pois não bastava ter conhecimento técnico, o professor deveria ser um mediador para a ampliação e aquisição de novo conhecimento. Assim, a Reforma de 1928 remodela a estrutura da Escola Normal. O curso passa a ter 5 anos, divididos em dois ciclos, o propedêutico com 3 anos e o profissional com 2 anos de duração. Também é criado o curso complementar primário superior, com 2 anos, voltado para os alunos que concluíram o curso primário de 5 anos, resultando em 7 anos de formação (Decreto nº 3.281/28). As disciplinas que fazem parte de cada ciclo são as seguintes:

Quadro 2: Disciplinas do curso normal segundo a Reforma Fernando de Azevedo

Propedêutico	Profissional
Português	Psicologia Experimental
Francês	Pedagogia
Inglês	Higiene e Puericultura
Literatura Vernácula	Sociologia
Geografia Geral	História da Educação
História da Civilização	Didática
História do Brasil	
Aritmética e Álgebra	
Geometria e Trigonometria retilínea	
Física	
Química	

História Natural	
Anatomia e Fisiologia Humana	
Psicologia	
Noções Gerais de Direito Público e Privado	
Desenho	
Música e Canto	
Trabalhos Manuais	
Trabalhos de Agulhas	
Educação Física	

Fonte: Programa de 1929

Nesse programa, inspirado em ideias e princípios escolanovistas, novas disciplinas de formação de professores são introduzidas- além da Pedagogia, da Psicologia e da Didática -, como a História da Educação, a Biologia, o Desenho e os Trabalhos Manuais (NAGLE, 1974, p. 221). A ciência também ganha destaque na área educacional, a Sociologia, o próprio Direito, a Medicina através da Higiene e da Educação Física, procuravam conformar a “nova escola” que se formava a modernidade do Rio de Janeiro no século XX.

Para Azevedo, a reforma também precisava atingir os espaços físicos. Em discurso proferido em setembro de 1927, ele relatava a situação dos prédios escolares no Distrito Federal:

Se o que me feriu o espírito, no primeiro relance das inspeções “de contato”, foi o aspecto material, mais acessível à observação, não é, porém, o mais grave nem o mais desconcertante. Certo as escolas instaladas, em sua maioria, em velhas edificações de aluguel carcomidas, e às vezes mesmo em ruína, ou em prédios mal adaptados aos fins escolares, constituem, com seu ar de abandono e com o seu caráter provisório, que se refletem nos edifícios e em todas as suas instalações, um atentado clamoroso aos nossos foros de cultura e a todos os princípios rudimentares de higiene, conforto e educação (AZEVEDO, 1958, p. 43).

Conforme os levantamentos realizados em 1927, o número de escolas ultrapassava 230, mas apenas 90 delas funcionavam em prédios próprios. Azevedo afirma que mesmo aqueles prédios que eram considerados os melhores, eram mal projetados tinham “[...] salas de aula mal arejadas e iluminadas, apertadas entre corredores e vestíbulos, não permitem a população escolar, fechada entre paredes, o contato com a natureza e a liberdade e alegria dos exercícios ao ar livre” (AZEVEDO, 1958, p. 133).

Esses problemas fizeram com que a Diretoria Geral de Instrução Pública organizasse uma política de construção de escolas, a intenção era construir e instalar cerca de 100 novos prédios escolares, contudo, a situação financeira era crítica, diante das dificuldades oriundas da Depressão Econômica Mundial⁴⁶. Essas se confirmaram, pois na administração de Azevedo “concluíram-se nove obras, contabilizadas entre anexos a prédios construídos como escolares em gestões anteriores e edifícios novos” (IEB-USP, 2016, p. 12).

A Escola Normal foi escolhida para ganhar um novo prédio, um marco da Reforma de Fernando de Azevedo, que recebeu especial atenção, pois era considerada pelo educador como base de todo o processo, uma vez que formaria os professores que atuariam posteriormente no sistema educacional. O terreno escolhido estava situado no bairro da Tijuca, que era conhecido por ser aristocrático e elegante (ACCÁCIO, 1994). O projeto era grandioso.

O edifício terá um pátio central, no andar térreo, ponto de confluência da população escolar, circundado de colunas em arcaria. No primeiro andar, na parte correspondente a este pátio, uma loja com colunas, guarnecida de balcões. No terceiro andar, em sítio correspondente, a mesma disposição. Aí, as paredes internas serão cobertas de azulejos, em que se reproduzirá, em sequência expressiva, rigorosamente lógica, através de quadros episódicos, a evolução social e política da nacionalidade; uma lição simbólica que seja, ao mesmo tempo, de pura arte. [...] Na mesma ordem de ideias, sobre organização técnica, procuraremos afastar do movimento de ensino toda monotonia. Cada disciplina terá a sua sala de aula, e cada sala um ambiente educativo próprio, o que evitará a fadiga sensitiva do aluno e suscitará a facilidade de assimilação da matéria versada. Toda a sala de aula terá, ainda, uma biblioteca especializada, o que facilitará extraordinariamente ao professor o acessório documentário da preleção (AZEVEDO, 1958, p. 215).



Figura 4: Visão externa do prédio da Escola Normal no Distrito Federal

Fonte: Arquivos do Instituto de Educação, 1934.

⁴⁶ A Crise de 1929, também conhecida como Grande Depressão, foi uma forte crise econômica que atingiu o capitalismo no final da década de 1920. Essa crise é entendida pelos historiadores como a maior recessão econômica da história do capitalismo e marcou a decadência do liberalismo econômico.

Fernando de Azevedo já tinha discurso pronto para inauguração, mas não o proferiu. A Escola Normal não pôde ser inaugurada devido à Revolução de 1930, que ocasionou brusca ruptura no processo de renovação escolar. O diretor da Escola Normal, ainda localizada no Largo do Estácio, Carlos Werneck, foi obrigado a instalar a escola no novo prédio, às pressas, em decorrência dos boatos de invasão pelas tropas revolucionárias. A mudança apressada foi tumultuada, em virtude do fato de que as obras de acabamento do prédio ainda não estavam concluídas (VIDAL, 1995). Azevedo deixa o cargo em 1930, diante da posse de Getúlio Vargas na chefia do Governo Provisório. O movimento reformador fica suspenso até a posse de Anísio Teixeira.

3.3.2 Anísio Teixeira e o Instituto de Educação

Anísio Spínola Teixeira foi mais que um educador, foi grande defensor de uma educação democrática. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922, e obteve o título de *Master of Arts* pelo *Teachers College* da Universidade de Columbia em 1929. Seu primeiro cargo público foi em 1924, Inspetor Geral de Ensino da Bahia, onde realizou uma reforma na instrução pública (NUNES, 2000). Durante esse período, viaja duas vezes aos Estados Unidos, onde tem contato com a obra do filósofo americano John Dewey, que marcou decisivamente sua trajetória intelectual e suas ações como reformador.

Escolher John Dewey, de quem seria o primeiro tradutor no Brasil, era optar por uma alternativa que substituiu os velhos valores inspirados na religião católica e abraçados com sofreguidão. Era apostar na possibilidade de integrar o que, nele, estava cindido: o corpo e a mente, o sentimento e o pensamento, o sagrado e o secular. Era abrir o seu coração para o pensamento científico, apostando na crença de que o enraizamento e as direções da mudança social a favor da democracia estão postas na infância. O pragmatismo deweyano forneceu-lhe um guia teórico que combateu a improvisação e o autodidatismo, permitiu-lhe operacionalizar uma política e criar a pesquisa educacional no país (NUNES, 2001, p.7).

John Dewey e William Kilpatrick foram professores de Filosofia e de Filosofia da Educação na Universidade de Colúmbia, onde, segundo Anísio Teixeira, “costuma-se dizer, numa dessas generalizações felizes de estudantes, que Dewey diz o que se deve fazer e Kilpatrick o como se pode fazer em

educação” (TEIXEIRA, 1978, p. 32). Dewey está presente nos ideais das reformas educacionais do Brasil da época de 1920/1930, ao organizar a escola de acordo com a sociedade, e também é notável sua influência no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, mesmo que Fernando de Azevedo, redator do documento não cite o autor. Segundo Saviani (2005) é notável o pragmatismo de John Dewey⁴⁷. Anísio se tornou o grande intérprete de Dewey no Brasil, traduzindo diversas obras, algumas em parceria com outros educadores.

Anísio assume em 1931, a convite do prefeito Pedro Ernesto Batista, a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, onde teve a oportunidade de realizar uma importante reforma da instrução pública que mudou não só sua carreira, pois o projetou nacionalmente, mas também atingiu desde a escola primária, à escola secundária e ao ensino de adultos, resultando na criação de uma universidade municipal, a Universidade do Distrito Federal.

Em 19 de março de 1932⁴⁸, por meio do Decreto nº 3.810, Anísio transforma a Escola Normal do Distrito Federal em Instituto de Educação. Essa nova reforma também regula a formação de professores primários, secundários e especializados para o Distrito Federal. Segundo a exposição de motivos que antecede o Decreto, a qualidade da formação de professores era prioridade, “[...] nenhuma reforma, nenhum melhoramento de ordem essencial se pode fazer em educação, que não dependa, substancialmente, do mestre a quem vamos confiar a escola” (TEIXEIRA, 1932, p. 110).

A partir dessa reforma, o curso normal é elevado ao nível superior, pois o aluno precisa cursar o secundário para realiza-lo. Tal mudança já indica os planos de Anísio de dar um caráter profissional a formação docente, como veremos adiante com criação da Universidade do Distrito Federal. Segundo Sonia Lopes (2007, p.98), “De posse de uma cultura média razoável, o candidato ao magistério encontraria na Escola de Professores uma cultura especializada que lhe daria

⁴⁷ Para Dewey o conhecimento se inicia com a perplexidade desencadeada pelo problema e se encerra com a resolução da situação problemática. A lógica é o processo indagativo, reflexivo; o conhecimento é o resultado desse processo e o já conhecido é o referencial utilizado na investigação. O ato investigativo, por sua vez, requer atitude sistematizada que implica em problematizar, investigar e concluir, diferenciando-se, portanto, da mera definição ou demonstração (TIBALLI,2003).

⁴⁸ A publicação do *Manifesto dos Pioneiros* nos jornais de maior expressão do país coincidiria com a data do decreto que transformou a escola normal em instituto de educação: 19 de março de 1932.

subsídios para abraçar o magistério da escola primária”. Assim, enfatiza a necessidade da relação teoria-prática na formação do professor primário e a importância de não descuidar dos objetivos daquela formação, buscando desenvolver, nesses profissionais, uma atitude científica de experimentação e ensaio em relação a ideias e teorias, assim como de respeito em relação aos fatos comprovados.

Para dirigir o novo Instituto de Educação é escolhido Lourenço Filho, que viera de São Paulo a convite do ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, para exercer a função de chefe de gabinete naquele ministério, mas que tinha vasta experiência por ter empreendido reformas educacionais e também como professor das escolas normais de Piracicaba e São Paulo. Sobre sua atuação na direção do Instituto:

Na condição de diretor geral, coube a Lourenço Filho “organizar” o Instituto de Educação, empenhando-se em erigir a memória da instituição e do movimento renovador, com a publicação do periódico *Arquivos do Instituto de Educação*, anuário que tinha por objetivo dar visibilidade às experiências e pesquisas desenvolvidas na *escola-laboratório*, muitas das quais sob sua orientação. Além disso, imbuíu-se da responsabilidade de dar sobrevida ao *projeto renovador* no instituto [...] (grifo da autora, LOPES, 2007, p.187).

Lourenço Filho era crítico à Reforma de Fernando de Azevedo, que instituiu um curso complementar de dois anos após o primário e um curso normal de cinco anos, nos quais os três primeiros possuíam caráter propedêutico e os dois últimos de caráter profissional. Na gestão de Anísio, o Instituto de Educação incorpora a Escola Secundária, a Escola de Professores e a Escola de Aplicação em um único estabelecimento. Os candidatos à Escola de Professores deveriam se preparar na Escola Secundária. É criado o regime de cursos paralelos e graduados, com um currículo de, no mínimo, 8 anos (5 anos de ciclo fundamental, mais um 6º ano na Escola Secundária e 2 anos na Escola de Professores). É preciso ressaltar que o Instituto só permitia o ingresso na Escola de Professores daqueles que haviam cursado a Escola Secundária no Instituto.

Segundo o *Arquivos do Instituto* (1934), a estrutura curricular do curso de formação de professores era caracterizado por disciplinas agrupadas em seções de ensino:

Quadro 3: Seções de Ensino do curso de formação de professores

Seções de Ensino
Biologia Educacional e Higiene
Educação
Matérias de ensino
Desenho e Artes
Música
Educação Física
Recreação e Jogos
Prática de ensino

Fonte: Arquivos do Instituto, 1934.

O ano letivo era dividido por trimestres, em todo o primeiro ano cursava-se Biologia Educacional, Psicologia Educacional e Sociologia Educacional, sendo que as duas últimas disciplinas integravam a seção de Educação. Algumas disciplinas eram ministradas por todo o curso, como História da Educação, Artes, Música e Educação Física. Era ministrada, ainda no 1º ano uma disciplina denominada Introdução ao Ensino, apresentando um panorama geral das questões a serem estudadas, nas quais se destacavam as funções da escola e as competências do professor. O 2º ano era dedicado a Prática de Ensino, desenvolvida em três fases: observação, participação e direção de classe.

Foi inserido no currículo da Escola de Professores os cursos de Matéria, que tratavam, na prática, de uma adaptação dos “conhecimentos vistos sob o ponto de vista do ensino”, peculiar aos Teachers Colleges norte-americanos e que não se confundiam com didática ou metodologia. Estudava-se individualmente e com professores especializados: Cálculo, Leitura e Linguagem, Literatura Infantil, Ciências Naturais e Estudos Sociais. Esses cursos eram assim caracterizados por Anísio (1934, p. 7):

As matérias, nas escolas normais, não devem ser ensinadas com o caráter do ensino de nível secundário, nem com o caráter especializado do ensino de nível superior ou universitário. São ensinadas do ponto de vista da profissão do magistério. Se o grau do magistério é o primário, os cursos de matérias serão cursos especiais em que se ministre o conhecimento da matéria apropriada às crianças da escola primária, e o conhecimento das dificuldades dessas crianças em aprendê-la, dos métodos especiais de organizá-la, dosá-la e distribuí-la para o ensino, e sempre que possível, da história do seu desenvolvimento e da sua função na educação da infância.

Em 1934 a seção educação é fracionada, uma das seções é chefiada por Anísio Teixeira, responsável pelos cursos de História e Filosofia da Educação, Educação Comparada e Administração Escolar. Os professores eram nomes como Carneiro Leão, Gustavo de Sá Lessa e Júlio Afrânio Peixoto. A outra seção estava incumbida dos cursos de Psicologia e Sociologia Educacional, seu Professor–Chefe era Lourenço Filho, e contava como Carlos Delgado de Carvalho e Celso Otavio do Prado Kelly como professores.

A primeira turma do Instituto se formou em dezembro de 1934 e Lourenço Filho expressava em seu discurso a importância do fato para a educação do país:

Sois os primeiros a receber, em terras do Brasil, depois de estudos em nível universitário, o certificado de habilitação para o magistério elementar. Este é um dia memorável para a educação do país. [...] O que caracteriza a reorganização do aparelhamento escolar realizado na administração Pedro Ernesto é uma visão de conjunto tão orgânica que ligará indissolavelmente o nome desse preclaro administrador e do Sr. Anísio Teixeira à história da educação no Brasil. [...] A obra destes três anos em prol da educação popular será julgada como merece, como um dos acontecimentos sociais mais empolgantes que a Revolução veio permitir, para a felicidade do Brasil.⁴⁹

A Constituição de 1934 dá ao Rio de Janeiro autonomia política⁵⁰ e Anísio começa a implantar seu plano mais audacioso, a Universidade do Distrito Federal (UDF). Era um momento conturbado na política, Gustavo Capanema assume o Ministério da Educação e Saúde Pública nesse mesmo ano, e pertencia ao grupo dos católicos conservadores, que faziam oposição aos renovadores, grupo de Anísio. Getúlio Vargas autoriza e a UDF é criada por meio do Decreto nº 5.513 de 4 de abril de 1935.

O Instituto de Educação é totalmente incorporado à UDF e a Reitoria se instala em seu prédio. Boa parte dos funcionários e do corpo docente passa a servir a UDF. Afrânio Peixoto é nomeado Reitor. Com isso, o Instituto de Educação passa a prover a formação do magistério em nível superior. Segundo Lopes (2007, p.187), “Anísio Teixeira idealizava a universidade como uma instituição distante da hegemonia da Igreja e da formação acadêmica

⁴⁹ Discurso pela formatura da primeira turma da Escola de Professores. CPDOC/ FGV. LF pi 34/35. 00.00/1.

⁵⁰ A Constituição manteve o Distrito Federal, cuja sede na época era a cidade do Rio de Janeiro, capital da República, administrada por um prefeito (Pedro Ernesto). Em suas disposições transitórias, a Constituição de 1934 previu a transferência da capital da União para a região central do Brasil, em localidade a ser definida por uma comissão que seria nomeada pelo presidente de república. Após a transferência da Capital, o novo Distrito Federal seria transformado em Estado.

bacharelesca, uma instituição capaz de coroar o sistema de ensino que havia imaginado para o Distrito Federal”.

Em dezembro de 1935 Anísio pede demissão do cargo, em virtude da eclosão dos movimentos armados que a partir da Lei de Segurança Nacional concedeu às autoridades o poder de perseguir e deter cidadãos que demonstrassem qualquer incompatibilidade com o regime autoritário vigente. Somente alguns educadores foram solidários ao ato de Anísio, por meio de um abaixo-assinado, declaram-se espontaneamente demissionários. Afrânio Peixoto, reitor da UDF; Carneiro Leão, diretor do Departamento de Educação; Roberto Marinho de Azevedo, diretor da Escola de Ciências da UDF; Gustavo Lessa, diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais; Paulo Ribeiro, chefe da Divisão de Prédios e Aparelhamentos Escolares; e Mário de Brito, diretor da Escola Secundária do Instituto de Educação.

O Instituto de Educação é reduzido a Escola Secundária, Primária e Jardim de Infância em 1938. A UDF é extinta no ano seguinte, quando se dá a transferência dos cursos dessa universidade para a Universidade do Brasil, porém a formação de professores vai ser oferecida, a partir de então, apenas em nível secundário.

Nesse capítulo procurou-se mostrar o lugar que o Instituto de Educação ocupa na história da formação de professores do Rio de Janeiro. Berço de uma nova cultura pedagógica pretendia-se transformar a mentalidade do professor primário através das mais diversas esferas, seja com um prédio que se assemelhava á um palácio ou com programas inspirados nas teorias mais modernas.

A Sociologia e a Sociologia Educacional estiveram presentes nos programas de 1929 e 1936, no próximo capítulo apresentamos alguns aspectos da história da disciplina no Instituto, nesse período, a partir da perspectiva da História das Disciplinas Escolares.

4. A disciplina Sociologia na Escola Normal do Distrito Federal

A Sociologia como disciplina foi introduzida no currículo da Escola Normal do Distrito Federal nas primeiras décadas do século XX, que ficaram marcadas pela ascensão de modelos pedagógicos inspirados em ideias internacionais. Como analisamos nos capítulos anteriores, os reformadores escolanovistas, inspirados nas obras de John Dewey, promoveram importantes mudanças na educação brasileira.

Os debates em torno da construção do currículo de Sociologia sob a perspectiva da História das Disciplinas Escolares (HDE) serão o foco desse capítulo, onde mostraremos os resultados da pesquisa documental realizada no Centro de Memória da Educação Brasileira. Encontramos indícios de que a disciplina está inserida num projeto maior de educação e reconstrução dos programas escolares para o curso normal, visando uma melhora da formação docente.

Ao olharmos para historiografia da educação no Brasil, tem sido crescente o número de estudos que buscam compreender como determinados saberes se tornaram propriamente escolares. É possível perceber um crescimento na produção de dissertações e teses sobre a história da disciplina Sociologia nos Programas de Pós-graduação do país, em específico nos últimos anos. Segundo a tese de Cigales (2019, p.125):

Por fim, pode-se dizer que as gerações de 1950-1980 estiveram interessadas em construir uma história da sociologia pelo viés institucionalista (universidade, centros de pesquisa e seus intelectuais). Por sua vez, os pesquisadores do período mais recente, entre os anos de 1990-2017, procuram ampliar as fontes de investigação (documentos relacionados ao ensino da disciplina, livros didáticos, boletins escolares, provas, etc.). Pode-se dizer que primeiras gerações construíram um documento/monumento (LE GOFF, 1990) com a ideia de que as universidades foram as principais agentes de implantação e disseminação da Sociologia no país, ao passo que as últimas gerações de pesquisadores visam à discussão a partir de outras perspectivas, que, necessariamente, enfocam os documentos produzidos pelo ensino da disciplina no Brasil.

Percebemos que as teses e dissertações mais recentes estão olhando para a Sociologia além da universidade, dessa forma, nessa dissertação nos propomos a olhar para disciplina no curso normal, onde ela era obrigatória a partir do final da década de 1920. Entendemos que colocar a história da Sociologia em foco,

significa trazer para o debate novas fontes e novos olhares sobre seu processo de constituição enquanto disciplina.

4.1 A Sociologia da Escola Normal do Distrito Federal

Em seu artigo “A Sociologia no Brasil – O Ensino e as Pesquisas Sociológicas no Brasil”, Fernando de Azevedo afirma que a Sociologia brasileira teve três fases, a das obras mais literárias e históricas do que sociológicas (da segunda metade do século XIX até 1928), a da introdução do ensino de Sociologia (1928-1935) e por último, a da associação entre ensino e pesquisa (a partir de 1936). Essa dissertação está voltada para o segundo momento, quando em 1928 é criada a cadeira de Sociologia na Escola Normal do Distrito Federal, por iniciativa de Fernando de Azevedo.

É nesse período que o ensino de Sociologia se expande no Brasil, por meio das escolas normais e do Colégio Pedro II. A formação de professores passava por um momento de transformação, era preciso construir uma formação técnica, com ênfase no conhecimento pedagógico, e isso aconteceu na Escola Normal do Distrito Federal.

Nossa investigação se deu nas fontes primárias encontradas nos arquivos do Centro de Memória da Educação Brasileira do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Durante o curto período⁵¹ em que estivemos realizando a busca no acervo, foi possível encontrar Programas, Manuais didáticos e informações sobre os professores e outras, como uma fotografia da sala de aula dedicada ao ensino de Sociologia, no periódico *Arquivos do Instituto*, que marca um momento crucial na história da instituição e do curso normal.

O próprio nome escolhido para o periódico - *Arquivos* - demonstra com clareza os objetivos perseguidos pelo seu criador, pois embora pertencendo ao domínio da materialidade - um arquivo, aparentemente simples registro de dados, esse tipo de suporte penetra também no terreno do simbólico e do funcional, uma vez que se propõe a marcar o “seu tempo” como revolucionário, adotando um tipo de linguagem e práticas específicas de um determinado grupo, autor de um projeto para a nação através da *educação renovada* (LOPES, 2003, p.92, grifo da autora).

⁵¹ A pandemia da COVID-19 fechou escolas, acervos e bibliotecas em março de 2020, quando a pesquisa estava em desenvolvimento. Até o término da escrita dessa dissertação, janeiro de 2021, as mesmas não haviam reaberto ao público.

Categorizamos nossas fontes em três grupos: Professores, pois segundo Goodson (1993, 1995), constituem a comunidade disciplinar, operam na "gestão" da disciplina, influenciando, gerando e cancelando oportunidades, mudando fronteiras e prioridades, sofisticando a burocratização com a institucionalização de associações especializadas, com normas e ética próprias; os Programas, forma pré-ativa de currículo do sistema educacional, de acordo com Goodson (1995), o currículo escrito oficial indica publicamente aspirações, intenções, normas e critérios orientadores da avaliação pública da escolarização; e os materiais utilizados e recomendados por professores, outra forma de verificar se o currículo oficial estava sendo posto em prática.

4.2 O Concurso para catedrático e os professores de Sociologia

Em 17 de Agosto de 1930, o Diário de Notícias, importante jornal da época, publica um comentário intitulado *Desharmonia do ambiente*, onde afirma que a Escola Normal ainda não possui professores “integrados no espírito da Reforma”, os bacharéis e doutores que ocupavam os cargos eram cultos, eruditos, mas não tinham qualquer compreensão sobre Pedagogia, Psicologia, Sociologia e Filosofia, não possuem “o segredo da arte de educar” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1930).

Ao instituir a reforma (Decreto 3.281 de 23 de janeiro de 1928), Fernando de Azevedo e sua equipe abrem mão de nomear professores catedráticos para as cadeiras novas e as que estavam vagas, optando pelo ingresso por meio de concurso. Segundo Serrano (1930), entre 1928 e 1929 foram abertas inscrições para quinze cadeiras da Escola Normal.

Pode-se afirmar sem receio de contestação que nunca em nosso meio se realizaram tantos concursos, em tão breve espaço de tempo e para provimento de cargos tão variados e importantes no magistério normal e profissional, como nestes últimos dois anos, de acordo com as disposições da reforma de ensino. [...] No curso normal foram abertas inscrições de concurso em 1928 e 1929 para nada menos de 15 cadeiras. Já se realizaram os de Trabalhos Manuais, educação Física, Desenho, Física, Geografia e Direito. Deverão realizar-se este ano os de Inglês, Literatura, Aritmética e Álgebra, História da Civilização, História do Brasil, Psicologia, Química, Pedagogia e Sociologia (BOLETIM DE EDUCAÇÃO PÚBLICA, 1930, p. 129).

Os concursos instituídos pela Reforma estabelecem como requisito para inscrição que o concorrente seja cidadão brasileiro, tenha no mínimo 21 anos e no máximo 45, o candidato não poderia ter cumprido pena por “delito infamante” e também não podia sofrer de “ausência de moléstia ou defeito físico incompatível com o exercício do magistério”.

Cabe ressaltar que o candidato não precisava comprovar experiência, muito menos habilitação profissional em qualquer curso, o que ressalta o caráter autodidata do professorado, corroborando a crítica publicada no Diário de Notícias citada acima. Ainda não havia no Brasil curso superior de Sociologia, veremos a seguir que os candidatos possuíam formação diversa.

As fases do concurso eram as seguintes:

1. Defesa de tese;
2. Prova escrita;
3. Prova prática (para cadeiras específicas⁵²);
4. Aula.

O candidato deveria entregar, até o último dia de inscrições, cinquenta exemplares da tese que escreveu para o concurso. As teses que encontramos no Centro de Memória da Educação Brasileira dos concorrentes a cadeira de Sociologia tinham diferentes tamanhos, quantidade de páginas e haviam sido impressas conforme a tipografia do Jornal do Comércio e de Paulo Pongetti & Cia.

De acordo com a tese de Accácio (2001), oito candidatos concorreram à cadeira de Sociologia: Alceu Amoroso Lima⁵³, Alcides Gentil⁵⁴, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt⁵⁵, Fernando Augusto Pires⁵⁶, Henrique Baptista da Silva Oliveira⁵⁷, Lupércio Hoppe⁵⁸, Stella de Faro⁵⁹ e Vicente Miranda Reis⁶⁰.

⁵² A prova prática era exigida nos concursos de Física, Química, Anatomia e Fisiologia Humana, Higiene e Puericultura, Psicologia Experimental, Geografia, História Natural, Psicologia, Desenho, Educação Física, Trabalhos Manuais e Música (Decreto 3.281/28, art. 120 e Decreto 2.940/28, art. 198).

⁵³ Importante nome da corrente católica da Sociologia, que abordamos no capítulo 3.

⁵⁴ Bacharel em Direito, foi professor de Português na Escola Normal do Pará (em 1921) e de Filosofia no Ginásio Paes de Carvalho (de 1926 a 1929). Ele ocupou a cadeira de Sociologia da Escola Normal em outro momento (SOARES, 2015).

⁵⁵ Bacharel em Direito, foi oficial de Gabinete e secretário do Interior e Justiça do Estado do RJ (1924/28), também foi livre-docente e catedrático interino de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (IHGB).

⁵⁶ Não encontramos informações sobre o candidato.

⁵⁷ Não encontramos informações sobre o candidato.

As teses que encontramos foram: “Sociologia (Estática Social)” de Lupércio Hoppe, “A Paz Universal perante a Sociologia”, de Henrique Baptista da Silva Oliveira, “Que é Sociologia”, de Alcides Gentil, e alguns volumes⁶¹ de “Esboço de uma Introdução à Economia Moderna”, de Alceu Amoroso Lima. As teses têm uma linha comum, todas se baseiam prioritariamente, ou quase exclusivamente, em Comte, são positivistas, pensamento em voga naquele momento.

A banca do concurso tinha como membros: Carlos Leoni Werneck⁶², Francisco Avellar Figueira de Mello⁶³ (que substituiu Vicente Lucínio Cardoso⁶⁴), Carlos Porto Carrero⁶⁵, Romão Cortês de Lacerda⁶⁶, José Maria Moreira Guimarães⁶⁷ (que substituiu Mario Bulhão Ramos⁶⁸) e Padre Leonel Franca⁶⁹.

A presença de um membro do alto clero, Padre Leonel Franca, na banca do concurso causou revolta. Em 21 de setembro de 1930, no artigo “A Futura Escola Normal”, publicada no Diário de Notícias, Cecília Meirelles⁷⁰ diz que o novo prédio “ameaça abrigar todos os adversários da Escola Nova”. Ela demonstra sua insatisfação com a presença de representantes da igreja católica na banca dos concursos.

Por que os representantes da igreja, que della fazem parte, não poderão jamais, pela própria dignidade de seu cargo, deixar a batina à porta, como já se disse. Está no seu interesse e na sua obrigação religiosa defender o seu credo. E na sua opinião, fazem, de certo muitíssimo bem. Mas a opinião dos educadores é outra. E essa é que tem que ser respeitada, porque a Escola Normal é um instituto pedagógico e não um seminário (MEIRELLES, 1930, p.4).

⁵⁸ Professor efetivo da Escola Normal desde 1915 (informação contida na capa de sua tese), onde lecionava História.

⁵⁹ Secretária Geral da Confederação Católica Feminina, militante e intelectual católica. Foi presença constante no Ministério da Educação e Saúde Pública, durante o mandato de Gustavo Capanema, participando de comissões que estudavam reformas do ensino (MESQUIDA, 2009).

⁶⁰ Foi professor de Sociologia no Colégio Pedro II na década de 1940.

⁶¹ A tese divide-se em 4 volumes e 10 capítulos, com 502 páginas.

⁶² Médico, assumiu em 1929 a direção da Escola Normal.

⁶³ Foi professor e diretor do Instituto de Educação.

⁶⁴ Engenheiro, foi membro e presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE).

⁶⁵ Bacharel em Direito, foi professor da cadeira de Geografia e História da Faculdade de Direito do Recife.

⁶⁶ Professor Catedrático de Noções de Direito, segundo Soares (2009), o mesmo tentou concurso para cadeira de Sociologia no Colégio Pedro II em 1926.

⁶⁷ Militar, foi Deputado e comandou a Escola Militar do Realengo. Tinha grande interesse pela Geografia.

⁶⁸ Professor.

⁶⁹ Orientador de uma geração de intelectuais católicos, falamos nele nos capítulos anteriores.

⁷⁰ Poetisa, ela foi aluna da Escola Normal do Distrito Federal e também a primeira professora da recém-criada turma de desenho. Concorreu para a cadeira de Literatura da Escola Normal em 1929. Foi signatária do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932.

A polêmica em torno do concurso persiste. Em artigo publicado no Jornal do Brasil intitulado *O concurso de sociologia*, Perilo Gomes, intelectual católico, secretário do Centro Dom Vital⁷¹, defende tanto Tristão de Athayde⁷², quanto Padre Leonel Franca.

Logo, uma vez que Tristão de Athayde não pleiteou nem pleitea nenhum favor no concurso a que se vae submeter, e que o Padre Leonel Franca não tem, não pode, nem quer ter candidato para a cadeira em que, segundo se diz, funcionará como examinador, tudo que se vem afirmando em contrário não passa de mera invencionice (GOMES, 1930, p.9).

O concurso é suspenso em 22 de novembro de 1930. Não encontramos indícios da realização de outro concurso no recorte temporal adotado nessa dissertação.

Os acontecimentos em torno do concurso nos fazem ir ao encontro do pensamento de Goodson (1997), pois parecem indicar a formação de uma “comunidade disciplinar”, entendemos que a disciplina escolar envolve atores sociais na disputa por recursos, *status* e territórios, e esses atores sociais são professores, pesquisadores e especialistas. Nessa comunidade há embates, divergências e, dessa forma, acordos são estabelecidos. Segundo Goodson (1997), a comunidade disciplinar não deve ser vista como um grupo homogêneo onde seus atores sociais partilham os mesmos valores e interesses.

Ainda nesse sentido, segundo Ivor Goodson (1995) e André Chervel (1990), as disciplinas escolares são construídas social e politicamente. Elas recebem influência de fatores internos e externos à escola. , os quais envolvem relações de poder e interesse, em que grupos e atores sociais diversos se mobilizam para legitimar determinados conhecimentos e imputá-los à sociedade, a fim de promoverem uma dada formação.

⁷¹ “Associação civil para estudo, discussão e apostolado, subordinada à Igreja Católica, fundada em maio de 1922 no Rio de Janeiro por Jackson de Figueiredo, com a colaboração do então arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. Até a criação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, em 1941, foi considerado o principal centro intelectual do catolicismo brasileiro. Funcionando sob a supervisão das autoridades eclesiásticas, o Centro Dom Vital era uma associação de caráter elitista, cujos objetivos mais importantes consistiam em atrair para a Igreja elementos da intelectualidade do país e formar uma “nova geração de intelectuais católicos”” (ABREU et al.,2001).

⁷² Pseudônimo de Alceu Amoroso Lima.

4.2.1 Aspectos da atuação de Delgado de Carvalho no Instituto de Educação

Carlos Delgado de Carvalho não concorreu à cadeira de Sociologia em 1930, ele prestou o concurso para Geografia, contudo, foi grande sua contribuição para instituição da Sociologia.

A Sociologia não tem por missão exaltar ou deprimir instituições, mas sim descrevê-las, explica-las, indicar as condições de seu perfeito ajustamento – nisso é bem ela a ciência do ajustamento social, sem rótulos filosóficos, ideológicos, doutrinários [...] (DELGADO DE CARVALHO, 1938. p.2.)

Nascido francês de pais brasileiros, Delgado chegou ao Brasil no começo do século XX. Um dos objetivos que tinha, ao sair da Europa, era escrever a sua tese para apresentá-la à Escola de Ciências Políticas de Paris, completando assim sua formação acadêmica (MENEZES, 1980). De família tradicional, Delgado de Carvalho era bisneto do Visconde de Itaboraí⁷³ e neto do Visconde de Tourinho.

Em 1913 Delgado lança seu primeiro livro em português, *Geographia do Brasil*, o prefácio é escrito por Oliveira Lima⁷⁴, que destaca as semelhanças entre o autor do livro e o autor do prefácio, buscando propiciar uma recepção favorável à obra no meio intelectual brasileiro. É a partir dessa obra que Delgado de Carvalho se insere no mercado brasileiro de livros escolares, onde escreveu livros de Geografia, Sociologia e História.

Em 1924 Delgado de Carvalho participa da fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), junto de outros intelectuais. Ainda no começo da década de 1920, Delgado foi aprovado para o cargo de professor substituto de Inglês do Colégio Pedro II, mais tarde, em 1927, foi transferido para a cadeira de Sociologia, em 1930 tornou-se diretor do Externato do Colégio Pedro II. O professor se tornou o primeiro Catedrático efetivo de Sociologia, pois Adrien Delpech⁷⁵ a ocupou de forma interina, antes de ser promovido a Catedrático de Francês do Internato em 1927 (SOARES, 2009).

⁷³ Paulino José Soares de Sousa (Visconde de Itaboraí), juntamente com o visconde de Uruguai e Eusébio de Queirós formavam a chamada “trindade Saquarema”. O termo saquarema deve-se ao fato de serem os três políticos oriundos da província do Rio de Janeiro e possuírem terras nesse município.

⁷⁴ Notável historiador brasileiro, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa e passou boa parte da vida no exterior.

⁷⁵ Adrien Delpech era belga, foi professor do Colégio Pedro II, do Instituto de Educação e da Escola Nacional de Música.

Ao buscar por sua inclusão no quadro de professores da Escola Normal do Distrito Federal, não foi possível encontrar a data precisa de seu ingresso, pois seu cadastro de professor (ANEXO 1) está incompleto. Encontramos no Jornal do Brasil, na edição de 17 de Dezembro de 1930, a relação dos docentes da Escola Normal, o nome de Delgado de Carvalho consta na listagem como ativo nos anos de 1929 e 1930, mas ele ainda não ocupava, naquele momento, o posto de catedrático.

Com a posse e a Reforma de Anísio Teixeira, Delgado passa a lecionar a disciplina Sociologia Educacional, assim como Celso Octavio do Prado Kelly (ANEXO 2), que era bacharel em Direito, formado pela Universidade do Brasil em 1928. Celso Kelly publicou, dentre outros livros, *Educação Social - Os grandes problemas da educação* (ANEXO 3), em 1934, enquanto era professor no Instituto de Educação. Mais tarde, lecionou na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, tornando-se ainda membro do Conselho Nacional de Educação. Foi importantíssimo para arte brasileira, sendo nomeado diretor do Museu Nacional de Belas Artes e do Ministério da Educação e Cultura, em 11 de julho de 1970 (ITAÚ CULTURAL, 2020).

Delgado de Carvalho foi autor de muitos livros de Sociologia escritos na década de 1930, destacamos *Summarios do Curso do Sexto Anno*, publicado em 1931 na tentativa de suprir a falta de um livro de Sociologia para os alunos do sexto ano do Colégio Pedro II. No prefácio da obra, Delgado explica sua função e como o aluno deve fazer uso do mesmo:

Fui levado a expor em poucas palavras as principaes questões que agitam actualmente os sociólogos das differentes escolas. Procurei faze-lo com sinceridade e fidelidade, mas evitei expressões de opinião pessoal [...] Todos os assumptos de Sociologia Geral se acham acompanhados de suas respectivas questões sociaes. Pareceu-me preferível apresentar deste modo a disciplina, para evitar uma longa e abstracta exposição preliminar de sociologia pura. Assim perceberá imediatamente o estudante a applicação pratica dos princípios geraes (DELGADO DE CARVALHO, 1931, PREFÁCIO).

O autor deixa claro, já nas primeiras páginas que considera a Sociologia uma ciência em desenvolvimento, e, naquele momento, sua função era explicar as atividades humanas, ajudar a tornar a sociedade inteligível. A Sociologia estava voltada para as conquistas e realizações humanas.

Delgado de Carvalho também escreveu *Sociologia* (1931), *Sociologia Educacional* (1933), *Sociologia e Educação* (1934) e *Sociologia Experimental*

(1934), durante o período no qual essa dissertação se dedica, sendo “Sociologia Educacional” voltado para escolas normais, por isso nos aprofundaremos, ainda nesse capítulo, sobre essa obra.

4.3 Os programas de Sociologia e Sociologia Educacional

O ensino de Sociologia na Escola Normal do Distrito Federal remonta o final da década de 1920, quando Fernando de Azevedo assume a Diretoria Geral de Instrução Pública e cria a primeira cadeira da disciplina na instituição.

Ao analisarmos o acervo do Centro de Memória da Educação Brasileira, buscamos pelo currículo oficial da disciplina, pois concordamos com Goodson (1995) que o currículo escrito oficial indica publicamente aspirações, intenções, normas e critérios orientadores da avaliação pública da escolarização.

Nossa busca nos levou a dois programas, o de Sociologia de 1929, encontrado no periódico *Programmas da Escola Normal*, e o de Sociologia Educacional de 1936, localizado no periódico *Arquivos do Instituto*, anuário destinado a divulgar as atividades realizadas. A busca por outras fontes que nos mostrasse que a disciplina estava presente na instituição durante o período de intervalo entre os programas, nos levou novamente ao *Arquivos do Instituto*, publicado em 1934, que não contém nenhum programa, mas uma imagem da sala dedicada somente à Sociologia.

É possível perceber que a disciplina, por obter uma sala, tinha importância na formação de professores. Ressaltamos o número reduzido de alunos, 23, pois de acordo com os documentos oficiais, as turmas da Escola de Professores tinham entre 35 e 40 alunos. Outro detalhe que nos chama atenção é a presença de um único rapaz, eles poderiam ocupar, na época, até 10% das vagas, mas aos observamos os números de matrículas, eles eram 9 em 1932 e em 1935 apenas um aluno se matriculou e acabou abandonando o curso (ARQUIVOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, 1936). Não podemos afirmar que o único rapaz na foto trata-se de um aluno, poderia ser um professor ou monitor da disciplina.

Os bustos na parede e o grande quantitativo de mapas e gráficos expostos podem dar indícios da metodologia utilizada. De acordo com a legenda da imagem, os alunos estavam se dedicando a pesquisa bibliográfica, que era um dos

pilares da reforma de Anísio Teixeira, a construção do conhecimento a partir do aluno.

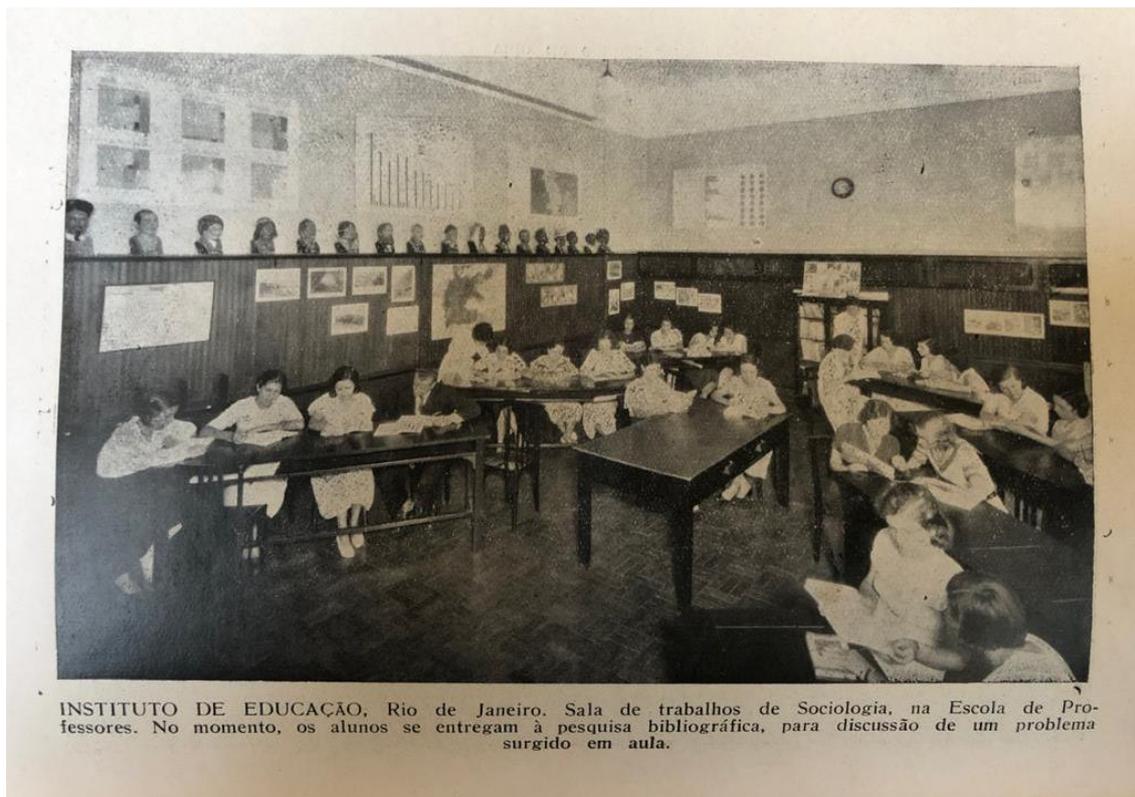


Figura 5: Sala de estudos de Sociologia no prédio do Instituto de Educação, na Rua Mariz e Barros.

Fonte: LOURENÇO FILHO, M. Arquivos do Instituto de Educação. Distrito Federal, 1934.

A ausência de outros programas no período estudado pode estar relacionada à mudança repentina do prédio no Estácio de Sá para o novo edifício, na Tijuca, em 1930, e com a demissão de Anísio Teixeira em 1935, como ressalta Sônia Lopes (2003, p.93):

O número referente ao ano de 1935 é inexistente, sendo eliminada da publicação de 1936 qualquer referência ao conflito político que resultou na demissão de Anísio Teixeira da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em consequência das supostas “afinidades” do educador com o levante comunista deflagrado em novembro de 1935.

No que diz respeito à mudança na disciplina no curso normal de Sociologia para Sociologia Educacional, essa é uma crítica feita por Lourenço Filho ao currículo proposto pela reforma de Fernando de Azevedo.

Na Reforma Fernando de Azevedo (1927-1928), no Distrito Federal, o problema de maior extensão do curso foi conjuntamente considerado com o da separação dos estudos propriamente pedagógicos. [...] Parece que a necessidade de maior e mais aprofundado preparo dos mestres começa a tocar, então, a consciência dos responsáveis pela educação do país (LOURENÇO FILHO, 1934, p. 16 e 17).

A literatura nos mostra que a influência de Dewey também pode ser um dos fatores responsáveis pela mudança na disciplina, pois tanto Anísio Teixeira quanto Delgado de Carvalho⁷⁶ foram impactados pela obra de Dewey em suas passagens pelos Estados Unidos.

[...] sua filosofia tem tido fenomenal influência na América, pois tudo quanto se relaciona com a transformação educacional, desde o mero aprendizado passivo de “ler, escrever e contar”, até a educação como vida coparticipativa; tudo o que se associa com a moderna tendência pedagógica, a importância da educação sob o aspecto social e prático de vida em coparticipação [...] é direta ou indiretamente consequência de sua doutrina (EDMAN, 1960, p. 17).

Anísio Teixeira creditava aos estudos de Psicologia, Sociologia e Filosofia da Educação a renovação educacional ocorrida nos Estados Unidos com base na obra de Dewey.

Nos Estados Unidos, ao meu ver, se quisermos buscar, em um fato único, a explicação para a espantosa renovação educacional dos últimos 25 anos, temos que citar os estudos universitários de Psicologia, Sociologia e Filosofia da Educação. Foram os estudos superiores que transformaram a velha pedagogia primária e intuitiva dos outros tempos no que hoje se quer chamar, talvez muito ousadamente, ciência da educação (CARTA DE ANÍSIO TEIXEIRA A LOURENÇO FILHO, 2001, p. 201).

Diante do exposto, concordamos com Goodson (1997) e Apple (1989) entendendo que o currículo não se configura como um corpus de conhecimentos neutro, inocente e desinteressado, ou seja, o conhecimento presente no currículo é selecionado e resulta de um processo que reflete interesses de determinados grupos.

4.3.1 O programa de Sociologia de 1929

Publicado pela Prefeitura do Distrito Federal e confeccionado pela gráfica do Jornal do Brasil, a publicação *Programmas do Curso Normal* não contém informações para além dos programas. A obra possui 86 páginas e traz os programas das seguintes disciplinas: Português e Literatura, Francês e Inglês, Geografia, História da Civilização e do Brasil, Matemática, Física, Química, História Natural, Anatomia e Psicologia, Noções de Direito Público e Privado,

⁷⁶ Em 1928, Delgado realizou a sua primeira viagem aos Estados Unidos e visitou o *Summer School for American Teachers* e o *Teachers College* da Universidade de Columbia, onde assistiu cursos com Anísio Teixeira.

Desenho, Música, Trabalhos Manuais, Psicologia, Pedagogia, Higiene e Puericultura, Sociologia e História da Educação.

Há uma introdução sobre as disciplinas antes dos programas, e sobre a Sociologia espera-se o seguinte:

Deverá receber o máximo cuidado dos respectivos docentes, afim de ser explanada em vista sempre das realidades do meio social brasileiro. Á parte propriamente histórica, á exposição e crítica de vários sistemas, é indispensável juntar o exame atento e minucioso das forças sociais contemporâneas, dos factores de progresso ou decadência da sociedade, de problemas que reclamam solução imediata ou a prazo longo em nosso meio, e da cooperação valiosa da escola na obra de renascimento social (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1929, p.27).

O parágrafo acima demonstra que a Sociologia como disciplina escolar, no final da década de 1920, tinha como foco as questões sociais, o que levaria o futuro professor a aplicar a Sociologia na análise de sua própria realidade, assim como na de seus alunos, além de auxiliar na compreensão dos problemas sociais brasileiros.

O programa de Sociologia (ANEXO 4) está dividido da seguinte forma:

Quadro 4: Conteúdo do Programa de Sociologia de 1929

Tema	Conteúdos
A Sociologia, seu conteúdo	Definição de fato social; Limites da Sociologia e suas relações com outras ciências; Suas divisões; As forças sociais.
Método da Sociologia	Observação, comparação e classificação dos fatos sociais; Complexidade dos fenômenos sociais e sua verdadeira interpretação: perigos dos pontos de vista unilaterais e apriorísticos.
Histórico das Interpretações Sociológicas	A antiguidade: Aristóteles e Platão; O medievo e S. Thomaz de Aquino, Dante; De Maquiavel a Montesquieu; O contrato social e a influência de Rousseau.
Augusto Comte	Sistematização e estudo científico dos fenômenos sociais; A classificação das ciências; A lei dos três estados.
Frederico Le Play	A nomenclatura e o método das monografias; Classificação dos tipos de família: comunitários e particularistas.
Os sistemas sociológicos atuais	Ratzel e a escola geográfica; A escola biológica; Os psicólogos e os etnógrafos;

	Sociólogos franceses; A Sociologia e seu ensino nos Estados Unidos.
Constituição e Evolução dos grupos	A família; Matriarcado e Patriarcado; O casamento, poliandria, poligamia e monogamia; Organização da família moderna entre os povos civilizados; A posição da mulher.
A Moral e a Religião	As ideias morais; As formas primitivas do culto; O advento do cristianismo, sua influência na Sociedade e no Indivíduo.
Organização do Estado	Clãs, tribos, nações; As origens do Estado; A guerra e a conquista; O regime militar: os grandes impérios; A evolução política; O Estado moderno, suas formas e suas funções.
Os problemas da população	Elementos da demografia: natalidade, mortalidade; Crescimento da população; Doutrina de Malthus.
Migração e Colonização	Correntes migratórias, antigas e modernas; Causas da emigração europeia; As colônias; Países de imigração; Questões de raças, de línguas e nacionalidades.
O Fator Econômico	Importância dos fenômenos econômicos na vida social; A Economia primitiva; A divisão do trabalho.
A Evolução Econômica	O mundo antigo e a Escravidão; Comércio, navegação e expansão; O Regime Feudal: a servidão e as corporações; As grandes descobertas; O Absolutismo e a Revolução; A Democracia; A Grande Indústria.
Estrutura social na Fase Industrial	A modificação dos valores tradicionais da sociedade; As classes sociais: o proletariado; Os salários e o bem estar; Problemas sociais contemporâneos de reajustamento: Individualismo, socialismo, soviétismo; O movimento feminista.
As Anomalias Sociais	Pauperismo, degenerância e crime; O alcoolismo;

	As falhas da organização do trabalho: crises, desemprego; Os menores e os desvalidos; Assistência Social e Educação.
Problemas Sociais na América	América Inglesa e América Latina; Colônias e Metrôpoles; O nativismo; Influência intelectual do velho mundo.
Problemas Sociais no Brasil	O problema da terra; O problema da raça; O problema do trabalho; Instituições sociais principais, legislação do trabalho.
A Formação da Mentalidade nacional	A sua independência, a sua integração na América e na Humanidade; Valor da educação: relevante função dos mestres.
Conclusão	A ideia do Progresso Social.

Fonte: Prefeitura do Distrito Federal, 1929, p. 83 e 84.

Destacamos a extensão de temas abordados no programa, a predominância de uma Sociologia laica e uma organização para auxiliar o aluno na compreensão dos conteúdos, assim como demonstrar a aplicabilidade da Sociologia na resolução dos problemas sociais da época.

É possível perceber a presença de temas da Filosofia, assim como o diálogo com a Geografia, a História e a Biologia. A influência de Fernando de Azevedo pode estar implícita no programa ao fazer referência ao conceito de *Fato Social*, definição criada por Durkheim.

As observações feitas por Delgado de Carvalho em relação ao programa oficial de Sociologia do final da década de 1930 induzem que ele também não foi autor do programa de 1929, pois percebemos que com esse programa Delgado teria as mesmas divergências que as da obra *Práticas de Sociologia* (1939), quando ele criticava o Programa de Sociologia elaborado pelo Departamento Nacional de Ensino. Segundo Soares:

Tais divergências eram motivadas em primeiro lugar pela extensão do programa, abrangendo assuntos que, segundo o catedrático, eram em sua maioria estranhos à Sociologia (direito, ciência política, economia política, etc.). Além disso, o programa tinha uma “preocupação exagerada em refutar as teorias francesas de Durkheim, com as quais nada temos”. Tal programa tinha em vista fazer da Sociologia uma ciência normativa, o que na opinião de Delgado de Carvalho, significava “dar-lhe a missão de outra disciplina, a instrução moral e cívica” (SOARES, 2015, p.83).

Dessa forma, a obra de Goodson (1995) esclarece que o currículo escrito oferece um roteiro para uma retórica legitimadora da escolarização. A valorização social dessa retórica dependerá da alocação de recursos e da atribuição de status a esses discursos. No que diz respeito a uma nova disciplina, o caso da Sociologia, Goodson afirma que o mais importante para alcançar o sucesso, seria o desenvolvimento e manutenção de retóricas legitimadoras que garantissem o apoio automático a atividades corretamente classificadas.

4.3.2 O programa de Sociologia Educacional de 1936

O periódico *Arquivos do Instituto* de 1937 (vol. 1, nº 3) marca a última das três edições publicadas durante a gestão de Lourenço Filho frente ao Instituto. Produzido na gráfica da Secretaria de Educação do Distrito Federal, não há editorial ou qualquer informação nas primeiras páginas, apenas o seguinte trecho no verso do sumário:

Estes Arquivos têm por fim registrar e divulgar trabalhos e investigações sobre ensino e organização escolar, realizados no Instituto de Educação, do Rio de Janeiro, Brasil. Toda correspondência deve ser remetida ao Prof. Lourenço Filho, Diretor do Instituto de Educação, Rua Mariz e Barros, 227, Rio de Janeiro, Brasil.

A Sociologia Educacional era matéria dos três períodos do primeiro ano, assim como a Biologia Educacional e a Psicologia Educacional. É possível encontrar o programa das três disciplinas na edição de 1937.

O programa (ANEXO 5) é assinado por Carlos Miguel Delgado de Carvalho e desenvolvido em seis itens: a) Noções de organização social: o indivíduo na coletividade e os tipos de grupos ; b) Valores sociais; c) Valor social do conhecimento ; d) Estudo da população escolar; e) Noção de processo social; f) Estudo do ajustamento social.

O objetivo da disciplina, segundo o programa, é habilitar a professora primária para que tenha melhor compreensão do meio social que irá atuar, assim como justificar o objetivo social do que irá ensinar e da organização escolar.

O que nos chama atenção no programa é a necessidade de saberes de outras disciplinas, como a Biologia, a Psicologia e o Direito, tal informação está associada às pretensões de Anísio Teixeira para formação de professores. De acordo com Lopes (2003, p.97),

No entender dos autores do projeto, esse tipo de organização seria mais adequado para promover a unidade e articulação do ensino das diferentes matérias da seção entre si, além de possibilitar a organização de cursos ordinários, de revisão e de aperfeiçoamento e acompanhar a execução dos programas, sugerindo e incentivando a melhoria dos processos didáticos.

Delgado de Carvalho ressalta a importância da Sociologia na educação e lista os principais temas do programa:

Quadro 5: Programa de Sociologia Educacional

Temas	Conteúdos
Análise da Sociedade em que a Escola desempenha suas funções de instituição social	Noções de organização social; Situação do indivíduo na coletividade; Os tipos de grupos: família, vizinhança, recreio, comunidade, associação, Estado.
Noção sumária de valores sociais	Classificação; Consequências educacionais.
Valor social dos conhecimentos	Finalidades, currículos e planos de estudo; Interpretação sociológica das matérias de ensino.
Estudo da população escolar	A questão da disciplina; Atividade extraclasse.
Análise do mecanismo social em que o professor desempenha a sua missão	Noção de processo social: interação, concorrência, conflito, acomodação e assimilação.
Estudo das principais categorias de ajustamento social	Condição do espírito, da saúde, da economia e da conduta.

Fonte: Arquivos do Instituto de Educação, 1937, p.307 e 308.

Excursões e visitas, assim como discussões em grupo e pesquisas bibliográficas são os processos informados por Delgado para realização das aulas de Sociologia Educacional. Esses novos métodos fazem parte do ideal escolanovista de educação, os alunos se reúnem para planejar e executar projetos, o tempo e o espaço são reorganizados, produzindo novas formas de saber, alterando assim a “cultura escolar”.

O aluno observador era substituído pelo experimentador, enquanto a higiene via-se corrigida pela psicopedagogia. O ensino dava lugar à aprendizagem. Racionalização e eficiência eram máximas que se impunham ao trabalho do aluno (VIDAL, 2003, p.515).

A pesquisa ganha destaque no programa, como parte das atividades que eram realizadas, pois Delgado acreditava que através da realização de análises sociológicas, vivendo a experiência da pesquisa em grupo e, ao mesmo tempo,

reconhecendo a racionalidade da vida social, os alunos estariam treinando para a vida coletiva.

Sobre a bibliografia sugerida, algo nos chama atenção, alegando ser restrita a literatura sociológica em língua nacional, Delgado de Carvalho recomenda que os “alunos se limitem, por enquanto, a artigos de revista de educação que tratam esporadicamente dos assuntos” (p. 308). Tal informação não se aplica, uma vez que o próprio Delgado já havia escrito manuais dedicados a Sociologia Educacional, além disso, para ingressar na Escola Normal era preciso prestar exame de Inglês e Francês.

Ao olharmos para os dois programas encontrados, concordamos com Goodson (1997, p.42) ao afirmar que as investigações históricas sobre as disciplinas escolares têm mostrado que o currículo não é fixo, estável, pelo contrário, está sempre em mudança. Acreditamos que a mudança da Sociologia para Sociologia Educacional se deu diante do projeto de educação idealizado pelos principais atores envolvidos nas reformas educacionais da época.

Analisando sob os *padrões de estabilidade e mudança* nas disciplinas escolares analisados por Goodson (1997), entendemos que estabilidade são maneiras de abordagem sobre um determinado estudo da disciplina que, ao se repetirem no processo da sua sistematização, acabam por gerar a sua própria identidade. Já por mudança disciplinar, compreendemos outras propostas de abordagem que se moldam aos enfoques tradicionais da disciplina de tal forma que a identidade disciplinar não se perca. Ou seja, para que mudanças ocorram é necessária uma adaptação com a estabilidade disciplinar.

Partindo dessa ideia, ao olhar para o caso das disciplinas Sociologia e Sociologia Educacional, é possível perceber que a mudança ocorreu quando o surgimento de algo diferente do existente anteriormente não se dá pelo apagamento deste, mas sim por uma nova construção curricular que inclui as já existentes e a nova. A esse respeito, podemos concluir que a Sociologia se manteve no currículo do Curso Normal do Instituto de Educação, mas houve uma necessidade de mudança para melhor se adequar ao modelo de formação de professores proposto pelos reformadores na década de 1930.

Nossa tentativa de compreender qual Sociologia era ensinada aos professores primários nos leva a busca por livros didáticos, por entendermos que esses podem nos dar mais detalhes. Localizamos na biblioteca de obras raras do

ISERJ o livro *Sociologia Educacional*, que nos fornece informações importantes para entender melhor a disciplina.

4.4 Sociologia Educacional, de Delgado de Carvalho para as Escolas de Professores

A década de 1930 trouxe uma importante expansão para o mercado editorial brasileiro, em especial, o dos livros didáticos (MEUCCI, 2001, p.28), que se constituiu como “um dos grandes filões de lucro das editoras”, o que “beneficiou a nacionalização dos livros adotados no sistema de ensino no Brasil”. É nesse momento que Fernando de Azevedo se torna diretor da Biblioteca Pedagógica Nacional, “a mais notável coleção de livros didáticos da época”, nas palavras de Meucci, composta por sessenta volumes dedicados ao ensino de variadas disciplinas.

Uma das obras que compõem a coleção é o manual *Sociologia Educacional* (ANEXO 6), de Delgado de Carvalho. Publicado em 1933 pela Companhia Editora Nacional, ele revela sua destinação na primeira página, “Para as Escolas de Professores dos Institutos de Educação e cursos de formação de professores em Escolas Normas”. Na página seguinte, uma imagem do busto de John Dewey⁷⁷, inspiração para Delgado e tantos outros reformadores escolanovistas.

O sumário divide as mais de 400 páginas em três partes:

Quadro 6: Sumário do livro *Sociologia Educacional*

Sumário
Primeira Parte – A Análise Social
Capítulo I – Definições e Histórico
Capítulo II – A Organização Social
Capítulo III – O indivíduo e a Coletividade
Capítulo IV – Os Grupos Primários a) A Família
Capítulo V – Os Grupos Primários b) O Grupo do Recreio
Capítulo VI – Os Grupos Primários c) A Comunidade
Capítulo VII – Os Grupos Intermediários
Capítulo VIII – Os Grupos Secundários
Segunda Parte – Os Valores Sociais

⁷⁷ A obra faz parte da coleção do Teachers College e está na entrada da biblioteca, na Universidade de Colúmbia, onde Dewey lecionou.

<p>Capítulo IX – O Controle Social Capítulo X – O Conceito de Progresso Capítulo XI – Os Valores Sociais Capítulo XII – Classificação dos Valores Sociais Capítulo XIII – Distâncias Sociais Capítulo XIV – Os Níveis Sociais e a Burguesia</p>
--

<p>Terceira Parte – O Processo Educativo</p>
--

<p>Capítulo XV – As Finalidades Capítulo XVI – O Plano de Estudos Capítulo XVII – Valor Educativo dos Conhecimentos Capítulo XVIII – A População Escolar Capítulo XIX – Disciplina e Orientação Capítulo XX – Atividades Extraclasse</p>

Fonte: CARVALHO, 1933, INDÍCE.

Ao observarmos os temas listados no índice, é possível perceber que estão em conformidade com o Programa de Sociologia Educacional de 1936, o que nos leva a inferir que o mesmo já era posto em prática em um período anterior a sua publicação.

Na Introdução, Delgado afirma que aquele ensaio é inspirado nas correntes que já existiam nos Estados Unidos, por isso as fontes utilizadas são, em sua maioria, norte-americanas. Outra importante afirmação feita pelo autor é de que a cadeira de Sociologia Educacional foi criada por Anísio Teixeira e Lourenço Filho, a eles Delgado credita a formação social do professor.

O livro foi pensado a partir das anotações de Delgado de Carvalho para um curso intensivo de três meses, com cinco aulas semanais. Os temas contidos são, segundo o autor, o que ele julga adequado para que os futuros professores tenham um conhecimento satisfatório sobre o meio social que irão atuar.

As principais referências utilizadas são: Pitirim Sorokin⁷⁸, Edmond Goblot⁷⁹, Alvin Good⁸⁰, David Snedden⁸¹, Robinson Smith⁸², Alexandre Inglis⁸³ e Leonard Koos⁸⁴. Tais escolhas, segundo Delgado, foram pensadas visando o caso

⁷⁸ Sociólogo e filósofo. Lecionou Sociologia nas Universidades do Minnesota e Harvard.

⁷⁹ Filósofo, Goblot foi professor no liceu de Bastia (Córsega) e na Faculdade de Letras de Caen e de Lyon, na França.

⁸⁰ Autor de *Sociology and Education: Sociology from the Viewpoint of Education*, de 1926.

⁸¹ Foi professor de Sociologia Educacional do Teachers College, autor de “*Educational Sociology*” (1922).

⁸² Professor de Sociologia da Escola Normal do Kansas (EUA), autor de “*An introduction to educational sociology*” (1917).

⁸³ Professor de Harvard, autor de “*Principles of Secondary Education*” (1918).

⁸⁴ Ph. D. em Filosofia, foi professor da Universidade de Chicago. Escreveu diversos livros sobre o ensino secundário norte-americano.

brasileiro. Ele se coloca como “o agente transmissor de ideias e pontos de vista que achei acertados” (1933, p. 6 e 7).

A predominância da Sociologia norte-americana está relacionada à descrição e explicação das condições sociais e seus problemas. Segundo Delgado:

As tendencias atuais da Sociologia norte-americana se recomendam muito mais a nossa atenção porque, em vez de levantar problemas sobre assuntos controvertidos e discussões puramente academicas, despertam um real interesse para o estudo e conhecimento racional das estruturas sociais em que vivemos, para o seu mecanismo, para as suas imperfeições, para os desajustamentos que prejudicam seu bom funcionamento (CARVALHO, 1938, p. 1).

Como já foi ressaltado nesse trabalho, a disputa entre a vertente católica e a liberal era bastante acirrada dentro da Sociologia, por isso Delgado de Carvalho enfatiza:

Faço isso com toda a sinceridade e com a mais absoluta imparcialidade pois este ensaio de sociologia educacional não defende these alguma, não ataca convicções respeitáveis, não procura endoutrinar, mas limita-se a constatações, ocasionalmente acompanhada de exemplos (CARVALHO, 1933, p. 7).

Observando a organização dos conteúdos, notamos que o autor parte de conteúdos mais genéricos para os mais complexos, o que evidencia um esforço pedagógico em conduzir o processo de aprendizagem considerando o grau de complexidade do conteúdo, aspecto comum em manuais didáticos. Sobre a organização, Delgado de Carvalho explica que:

De facto, quando um grupo deseja adaptar o seu processo educativo a uma sociedade, é essencial, antes de tudo, saber a que tipo de sociedade se aplica semelhante adaptação. É indispensável pois uma “Analyse Social”, objeto da primeira parte do trabalho, que procura dar a formula da sociedade ocidentalizada que vivemos. Conhecido assim o tipo de sociedade ainda se torna indispensável saber quaes os valores sociaes que vão dictar as finalidades do processo educativo. Não há, talvez, profundas divergências sobre o proposito geral da educação: o que, ao contrario, varia muito, são os pontos de vista sociaes, os Valores. É objeto exatamente da segunda parte a analyse destes valores sociaes [...] Só depois destas duas grandes analyses preliminares chegamos à terceira parte da obra, o Processo Educativo, que abrange as principaes questões educacionais estudadas, não sob o prisma psychologico nem sob o prisma philosophico, mas sob o ponto de vista puramente sociológico (CARVALHO, 1933, p. 7 e 8).

É possível notar, ao longo da obra, um esforço do autor em apresentar a Sociologia como ciência, apontando-a como um instrumento racional e metódico de pensar os fatos sociais.

Ao término da Introdução, Delgado agradece as sugestões e colaboração de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Isso nos mostra que tal manual estava de acordo com as reformas realizadas e o ideal da Escola Nova.

Assim como Goodson (1997), consideramos os materiais didáticos uma forma de seleção de conteúdos e métodos de ensino. Os resultados encontrados nos fazem ir de encontro a perspectiva adotada por Goodson (1995), percebendo os currículos escolares como espaços conflituosos tanto de produção quanto de reprodução de valores e normas de comportamento, nos quais os objetivos diretamente relacionados ao ensino encontram-se submetidos à um conjunto de finalidades de ordem política e social mais ampla, eles acabam por inventar tradições que precisam estar ancoradas em um passado histórico apropriado.

No caso específico da disciplina escolar Sociologia, investigada nessa dissertação, encontramos elementos que nos permitem inferir que sua permanência no Curso Normal, após a Reforma Capanema e a retirada da Sociologia do Ensino Secundário, nos mostra o quão importante foi a ação de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Delgado de Carvalho e outros, para que a disciplina estivesse presente de alguma forma nos currículos.

5. Considerações finais

A presente dissertação investigou a inclusão da disciplina Sociologia no currículo da Escola Normal do Distrito Federal. A investigação partiu de três principais questões: 1) Quais fatores educacionais, sociais, políticos, culturais e econômicos fizeram com que a Sociologia fosse inserida no currículo da Escola Normal da Capital Federal em 1928?, 2) Quais eram as condições políticas e sociais no período que contribuíram para sua inserção?, e 3) Que Sociologia era ensinada no período supracitado?. A partir desses questionamentos buscamos alcançar como objetivos específicos: a) Investigar os impactos da introdução da disciplina Sociologia a partir de 1928; b) Investigar como a disciplina Sociologia era ensinada no período de 1928 a 1936; c) Identificar quem eram os professores; d) Identificar quais as concepções predominantes e que disputas estão por trás das mudanças curriculares; e e) Identificar os impactos do escolanovismo na mudança da disciplina Sociologia para a disciplina Sociologia Educacional na grade curricular.

Alguns objetivos que nos propomos foram atingidos, pois buscamos entender o contexto social e político no recorte temporal e institucional adotado, identificando os diferentes grupos sociais, com posições contrárias ou favoráveis à disciplina, o que nos ajudou a compreender os distintos sentidos conferidos à Sociologia.

Os questionamentos e objetivos desse estudo partiram da hipótese de que a Sociologia ocupou um local privilegiado no currículo da Escola Normal durante o final da década de 1920 até meados de 1930, diante do projeto de educação que vinha sendo realizados pelos principais educadores brasileiros.

Nesse sentido, considerando as reformas realizadas no período estudado, os documentos encontrados e as fontes consultadas nos mostram evidências da Sociologia como disciplina na Escola Normal e sua relevância dentro do modelo escolanovista de formação de professores primários.

Ao longo da pesquisa alguns fatos chamaram nossa atenção, como a disputa entre católicos e liberais, que influenciou e chegou a resultar no cancelamento do concurso para cadeira de Sociologia da Escola Normal, o que nos mostra o quão pública e intensa era a polêmica sobre a influência na disciplina.

Outro importante momento da pesquisa são os programas e manuais encontrados, que trazem informações importantes sobre que Sociologia era ensinada, as correntes predominantes, os temas relevantes da época e o papel da disciplina no currículo dos futuros professores.

Embora essa dissertação tenha como recorte as décadas de 1920 e 1930, ela se faz relevante ao olharmos para a atual situação da disciplina Sociologia, pois sua permanência na Educação Básica está ameaçada, uma vez que a BNCC (BRASIL, 2018) coloca seus conteúdos como eletivos. As únicas disciplinas obrigatórias são Português, Matemática e Inglês. Artes, Sociologia, Filosofia e até mesmo Educação Física não possuem mais caráter obrigatório. É notório o empobrecimento do currículo e da formação de milhares de jovens brasileiros, tendo em vista que o documento dissolve os conteúdos dos componentes curriculares em listas de competências e habilidades definidas em cada área.

Ao organizar a Base Nacional Comum Curricular em competências e habilidades cognitivas e socioemocionais, todas as disciplinas da área de Ciências Humanas⁸⁵ lutarão para permanecer. Goodson (1995) nos mostra que as disciplinas disputam espaço, prestígio, financiamento, e tal cenário reforça a necessidade de continuarmos defendendo a manutenção de todas as disciplinas, como a Sociologia, por oferecer ao aluno conhecimentos necessários para o exercício da cidadania, valorização da ciência e da laicidade, que se fazem cada vez mais urgentes com o crescimento de correntes voltadas para o fundamentalismo religioso e o negacionismo.

A situação se agrava ao olharmos para os alunos das escolas públicas, que ficaram sem aulas ou as tiveram com muita dificuldade em 2020, e o cenário para 2021 é de total incerteza. A pandemia evidenciou a desigualdade existente na educação brasileira (SILVA e SOUSA, 2020).

Em 16 de março de 2020 escolas e muitos outros locais fecharam as portas na tentativa de conter o avanço da COVID-19. A expectativa inicial era que retornaríamos em 15 dias. Escrevo essas conclusões 10 meses depois, o Brasil já soma mais de 200 mil mortos pela doença e mais 8 milhões de infectados. São mais de 300 dias sem atravessar os grandes portões do Instituto na Mariz e Barros e descer do ônibus na frente da PUC-Rio.

⁸⁵ Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

Cabe salientar que as fontes documentais foram escassas diante do fechamento de acervos e bibliotecas em todo estado do Rio de Janeiro. Essa dissertação foi realizada apenas com o material coletado em dois meses de pesquisas no Centro de Memória da Educação Brasileira.

Os esforços foram muitos para que o material que tínhamos até aquele momento conseguisse responder as perguntas que propomos inicialmente. Reconhecemos os limites desse estudo, sabemos que muitas reflexões podem partir dele, como: A influência do Programa de 1929 no programa de Sociologia da Escola Normal de São Paulo, onde Fernando de Azevedo realizou importante reforma logo após a do Rio de Janeiro; investigar os livros de Sociologia adquiridos pela Escola Normal no período estudado; verificar a existência de trabalhos e cadernos de alunos do período, para confrontar com os conteúdos dos programas; e investigar a trajetória de Delgado de Carvalho e dos outros professores de Sociologia da Escola Normal de forma mais profunda e detalhada.

Acredito que algumas dessas questões que nos propomos a responder na dissertação ainda necessitam de um vasto aprofundamento, que só será possível quando nossa ida ao acervo for segura e permitida. Para isso nos manteremos firmes na crença de que a ciência é nossa maior aliada, de que a vacina salva vidas e de que precisamos lutar por mais investimentos na educação em todos os níveis.

6. Referências bibliográficas

❖ Livros e artigos

ABREU, Alzira Alves de [et al]. **Dicionário histórico- biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

ACCÁCIO, Liéte. A Formação do Professor Primário no Rio de Janeiro e a Reforma de 1928. **17ª Reunião Anual da ANPED**. Anais. Caxambu, 1994.

ALVES, Eva Maria S. e COSTA, Patrícia R. S. M. Aspectos históricos da cadeira de sociologia nos estudos secundários (1892-1925). **Revista brasileira de história da educação**, v. 6, n.12, p. 31-52, 2006.

ANDRADE, Vera Lucia. Delgado de Carvalho e a opção pela educação brasileira. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Rio Grande do Norte. 2013.

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARAÚJO, José Carlos S., et al. **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. 2ª ed. – Campinas: Alínea, 2017.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AZEVEDO, Fernando de. **Princípios de sociologia**: pequena introdução ao estudo de sociologia geral. 1 ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, 1935.

_____. **Novos caminhos e novos fins**: a nova política de educação no Brasil – Subsídios para uma história de quatro anos. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

_____. A Antropologia e a Sociologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. **A Cidade e o Campo na Civilização Industrial e outros Estudos**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

_____. A sociologia no Brasil: o ensino e as pesquisas sociológicas no Brasil. In: WILLEMS, E. **Dicionário de sociologia**. 4. ed. São Paulo: Globo, 1969.

_____. **História de minha vida**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.

BAIA HORTA, José Silvério. **Gustavo Capanema**. Recife, Coleção Educadores, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 160 p.

BITTENCOURT, Circe Maria F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. A. T. de; RANZI, S. M. F. (Orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BODART, Cristiano das Neves. Fragmentos de Sociologia préacadêmica no ensino normalista de 1935. **Em Debate** (UFSC. Online), v. 13, p. 30-51, 2015.

BOMENY, Helena Maria. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

BOTELHO, André; BASTOS, Élide R.; VILLAS BOAS, Gláucia. **O moderno em questão. A década de 1950 no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BUENO, Giuliana M. G. B.; FARIAS, Sidilene A. de; FERREIRA, Luiz Henrique. Concepções de ensino de ciências no início do Século XX: o olhar do educador alemão Georg Kerschensteiner. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 18, n. 2, p. 435-450, 2012.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

CÂNDIDO, Antônio. Tendências no desenvolvimento da sociologia da educação. In: PEREIRA, Luiz; FORACHI, MA (Orgs). **Educação e sociedade**. São Paulo: Ed. Nacional, p.7-12, 1963.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, nº 2, p. 177-229, 1990.

COSTA, Diogo. Florestan Fernandes e o Ensino de Sociologia na Escola Média Brasileira. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 9, 23 out. 2013.

COSTA PINTO, Luiz de A. ; CARNEIRO Edison. **As Ciências Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: CAPES, 1955.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. Sociologia. **Summarios do Curso do Sexto anno**. v. 1., 1. ed.,1931.

_____. **Sociologia educacional**. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. **Práticas de Sociologia**. Porto Alegre: Ed. da Livraria do Globo, 1938.

DIAS, Fernando C. Durkheim e a Sociologia da Educação no Brasil. **Em Aberto**, Brasília, ano 9, n. 46, p. 33-48, abr./jun. 1990.

_____. Presença de Max Weber na sociologia brasileira contemporânea. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 47-62, 1974.

DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Ed. UFRJ, 1993, 162 p.

DURKEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

EDMAN, Irwin. **John Dewey**: sua contribuição para a tradição americana. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia No Brasil**: contribuições para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis. Vozes, 1976.

_____. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1966.

FERRARI, Márcio. Ovide Decroly: o primeiro a tratar o saber de forma única. **Nova Escola**, São Paulo, jul. 2008. Edição especial grandes pensadores.

FONSECA, Thais Nivia de L. . **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, 120 p.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n. 5, p. 28-49, 1992.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997, 366p.

GOODSON, Ivor F. **Currículo**: Teoria e História. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A Construção Social do Currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

_____. **As políticas de currículo e de escolarização**: abordagens históricas. Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HANDFAS, Anita; FRANÇA, Thays Marcely; SOUZA, Aline Miranda. A trajetória de institucionalização da Sociologia na Educação Básica no Rio de Janeiro. In: FIGUEIREDO, André Videira de; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; PINTO, Nalayne Mendonça. **Sociologia na sala de aula**: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, p. 109-125, 2012.

HOFBAUER, Andreas. Roquette-Pinto: uma vida dedicada ao progresso da nação. **Estudos Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 562-568, 2009.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Tradução de Gizele de Souza. Campinas: SBHE n. 1, jan./jun, p. 9-43, 2001.

JUNIOR, Marcílio; GALVAO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educ. Pesqui.** [online]. Vol.31, n.3, pp.391-408, 2005.

LEMME, Paschoal. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas Repercussões na Realidade Educacional Brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.65, n. 150, mai-ago, 1984.

LIEDKE FILHO, Enno D.. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios . **Sociologias** [online]. n.14, p.376-437, 2005.

LIMA, André F.; SILVA, Ileizi Luciana F. . Simpósio Estadual de Formação Estadual de Professores de Sociologia: tentando unir pesquisa, ensino e extensão. **II Simpósio Estadual sobre a formação de professores de Sociologia**. Londrina, 2008.

LOPES, Eliane M. S. T.; GALVÃO, Ana Maria O. . **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. O Pensamento Curricular no Brasil. In: _____. (orgs). **Currículo: Debates Contemporâneos**. São Paulo: Cortez, p.13-54, 2002.

LOPES, Sonia Maria de C. . Memórias em disputa: Anísio Teixeira e Lourenço Filho no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1935). **Revista Brasileira de História da Educação**, v.7, n° 14, maio/ago. 2007.

_____. Imagens de um lugar de memória da Educação Nova: Instituto de Educação do Rio de Janeiro nos anos 1930. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v. 13, p. 84-97, 2008.

_____. Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. **Cad. Pesquisa**. São Paulo, v. 39, n. 137, p. 597-619, 2009.

LOPES, Sonia Maria de C. ; MARTINEZ, Silvia Alicia. A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX: Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos. **Revista Brasileira De História Da Educação**, 7(3 [15]), 53-77, 2008.

MACHADO, Celso de Souza. O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. **Revista da Faculdade de Educação**. Vol. 13, n.º 1, p.115-142. 1987.

MANACORDA, Mário A. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. 38ª ed. - São Paulo Brasiliense, 1994.

- MENDONCA, Ana Waleska P.C. . A universidade no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-150, 2000.
- MESQUIDA, Peri. A EDUCAÇÃO NA RESTAURAÇÃO LEMISTA DA IGREJA: a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faro no Ministério da Educação e Saúde Pública: 1934-1945. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 279-295, maio/ago. 2009.
- MENEZES, Eurípedes C. . Carlos Delgado de Carvalho: idéias e ideais. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. n. 329, p. 105-118, 1980.
- MEUCCI, Simone. Os primeiros manuais didáticos de sociologia no Brasil. **Revista Estudos de Sociologia**, São Paulo, v.6, n.10, p. 121-157, 2001.
- _____. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações**, Londrina. v. 12, n. 1, p. 31-66, 2007.
- _____. **Artesania da Sociologia no Brasil**: contribuições e interpretações de Gilberto Freyre. Curitiba: Editora Appris, 2015.
- MICELI, Sergio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.
- MOACYR, Primitivo. A Instrução e as Províncias: Subsídios para a História da Educação do Brasil (1834 - 1889) - **Das Amazonas às Alagoas** (Vol. 1, Coleção Brasileira). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.
- MORAES, Amaury. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cad. CEDES**, vol.31, n.85, p. 359-382, 2011.
- _____. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n.1, p. 05-20, 2003.
- _____, et al. **Sociologia**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.
- NUNES, Antonietta. Uma avançada proposta de reforma educacional no último quartel do século XIX brasileiro: Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa. **Revista Entreideias**, nº4, 2000.
- NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. **Educação e Sociedade** [online], vol.21, n.73, p.9-40, 2000.
- NUNES, Maria Thetis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1962.

OLIVEIRA, J. A. M. de, et al. Manifesto de Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933). In: FÁVERO, M. de L. de. **A Universidade & Poder**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

PANDOLFI, Dulce C. **REPENSANDO o Estado Novo**. Org: _____. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

PANDOLFI, Dulce C. e GRYNSZPAN, Mario. Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. **Revista de Sociologia e Política**. n. 9, p. 7-23, 1997.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo: da Educação Física às Ciências Sociais. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, (37), 81-98, 1994.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, Heloisa Helena M. dos. . ESCOLA NORMAL DO DISTRITO FEDERAL: por trás da modernidade civilizatória da cidade do Rio de Janeiro (1911 - 1920). **Revista Contemporânea de Educação**. v.8, nº 15, 2013.

SAVIANI, Dermeval. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: DILEMAS E PERSPECTIVAS. **Póiesis Pedagógica**, v. 9(1), p.07-19, 2011.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14, n. 40, jan./abr, 2009.

_____. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p.11-26, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria e COSTA, Vanda Maria. **Tempos de Capanema**. 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 66 (153), p. 165-72, maio/ago 1985.

SILVA, Denise. S. V. ; SOUSA, Francisco C. . Direito à Educação Igualitária e(m) Tempos de Pandemia: Desafios, Possibilidades e Perspectivas no Brasil. **REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA**, v. 6, p. 961-979, 2020.

SILVEIRA, Alfredo Baltazar. **História do Instituto de Educação**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1954.

SOARES, Jefferson da C. . Ensino de Sociologia no Brasil: o pioneirismo do Colégio Pedro II (1925-1942). **Revista Café com Sociologia**, v. 4, nº 3, dez. 2015

TANURI, Leonor M. . Contribuição para o estudo da escola normal no Brasil. **Pesquisa e Planejamento**. São Paulo, v. 13, dez., p. 7-98, 1970.

TEIXEIRA, Anísio. A Pedagogia de Dewey. In: DEWEY, John. **Vida e educação**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

TIBALLI, Elianda F. A. . Pragmatismo, experiência e educação em John Dewey. Anais. **26ª Reunião da ANPEd**, Poços de Caldas, 2003.

TOMAZINI Daniela A.; GUIMARÃES Elisabeth da F. . Sociologia no Ensino Médio: historicidade e perspectiva da ciência da sociedade. Relatório de Pesquisa. In: CARVALHO, Lejeune (org.). **Sociologia e Ensino em Debate**: experiências e discussões de sociologia no ensino médio. Ijuí: Unijuí, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e processo educativo. In: LOPES, E. et al. **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autentica, p. 497-517, 2003.

VILLELA, Heloísa de O. S. . A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos S.; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de Pádua C. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil**: do império à república. 2ª ed. – Campinas: Alínea, 2017.

VIÑAO FRAGO, Antonio. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 8, n. 3, p. 174-208, 2008.

ZANATTA, Beatriz A. . O legado de Pestalozzi, Herbart e Dewey para as práticas pedagógicas escolares. **Teoria e Prática da Educação**, v. 15, p. 105-112, 2012.

❖ Teses e Dissertações

ACCÁCIO, Liéte. **Docentes e catedráticos**: os concursos para professor da Escola Normal do Distrito Federal. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ALVES, Catharina Edna R. . **Fernando de Azevedo**: Na batalha do humanismo. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

AZEVEDO, Gustavo C. de. **Sociologia no ensino médio: uma trajetória político- institucional (1982-2008)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BISPO, Mário. **A sociologia no Ensino Médio**: o que pensam os professores de Sociologia da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Dissertação (mestrado) Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

CAMPOS, Fernando Roberto. **A sociologia da educação nos cursos de formação de professores nas décadas de 1930 e 1950**: um estudo da disciplina a partir dos manuais didáticos. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2002.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. **Benjamin Constant e a Instrução Pública no Início da República**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. **A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise sobre uma instituição de ensino católica**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014.

_____. **A Sociologia Católica no Brasil: análise sobre os manuais escolares (1920-1940)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2019.

LOPES, Sonia Maria de C. . **A oficina de mestres do Distrito Federal: História, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2000.

MORAES, Maria Célia M. de. **Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

PEREZ, Cilmara Ferrari. **A formação sociológica das normalistas nas décadas de 20 e 30**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2002.

RAZZINI, Marcia. **O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e literatura [1838-1971]**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.

RÊSES, Erlando da S. . **...E com a palavra: os alunos: estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a sociologia no ensino médio**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

SOARES, Jefferson da C. . **O ensino de sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

❖ Legislação

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1879, Página 196 Vol. 1 pt. II (Publicação Original).

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-norma-pe.html>

_____. Decreto nº 10.060, de 13 de outubro de 1888. Dá novo Regulamento á Escola Normal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10060-13-outubro-1888-542876-publicacaooriginal-52485-pe.html>

_____. Decreto nº 16.782-A, de 13 de Janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e superior e dá outras providencias. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16782-a-13-janeiro-1925-517461-publicacaooriginal-1-pe.html> >

_____. Decreto nº 19.404, de 14 de Novembro de 1930. Dispõe sobre a promoção escolar nos institutos de ensino subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19404-14-novembro-1930-513509-publicacaooriginal-1-pe.html>

_____. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>

_____. Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>

_____. Lei de nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

_____. Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/res0398.pdf>

_____. Resolução nº4, de 16 de agosto de 2006. Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/rceb04_06.pdf

_____. Lei 11.684, de 02 de Junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.html

_____. Lei 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017. Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e o Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n° 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.html

_____. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto n. 10, 10 abr. 1835, RJ. Decreto de criação da Escola Normal. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99970>

_____. Decreto n° 7.684, de 6 de março de 1880. Cria no município da Corte uma Escola Normal primária. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7684-6-marco-1880-546874-publicacaooriginal-61438-pe.html>

_____. Decreto n. 3281 de 23 de janeiro de 1928. Regulamenta a Reforma na Instrução Pública no Rio de Janeiro. In: FONSECA, Celso Suckow da. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

_____. Decreto n° 3.810, de 19 de março de 1932: regula a formação técnica para o Distrito Federal, com a prévia exigência do curso secundário, e transforma em Instituto de Educação a antiga Escola Normal. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/reorganizacao.html>

❖ Periódicos

Programas da Escola Normal, 1929.

Boletim de Educação Pública, ano I, n° 01, p. 24-58, jan.-mar. 1930.

Arquivos do Instituto de Educação. vol I, n° 1. Distrito Federal, 1934.

Arquivos do Instituto de Educação. vol. I, n° 2. Distrito Federal, 1936

Arquivos do Instituto de Educação. vol. I, n° 3. Distrito Federal, 1937

Arquivos do Instituto de Educação, vol. II, n° 1, dezembro, 1945.

❖ Artigos em Periódicos

GOMES, Perillo. O CONCURSO DE SOCIOLOGIA. **Jornal do Brasil**, 7 de setembro de 1930.

LOURENÇO FILHO, Manoel B. “A Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro – notícia histórica”. **Arquivos**, vol I, nº 1: 15-26, jun. 1934.

_____. “O Instituto de Educação no ano letivo de 1936”. **Arquivos**, vol I, nº 3: 271-82, março de 1937.

MEIRELLES, Cecília. A futura Escola Normal. **Diário de Notícias**, 21 de setembro de 1930.

PÁGINA DE EDUCAÇÃO. Desharmonia do Ambiente. **Diário de Notícias**, 17 de agosto de 1930.

SERRANO, Jonathas. Cinquenta anos de ensino normal. **Arquivos do Instituto de Educação**, ano II, v. 1, p. 9-17, mar. 1945.

TEIXEIRA, Anísio. “A reorganização do ensino Normal e sua transposição para o plano universitário” In : **Boletim de Educação Pública**, v. 2 , nº 1, p. 110-7, 1932.

_____. Como ajustar os ‘cursos de matérias’ na Escola Normal com os cursos de ‘prática de ensino’. **Boletim de Educação Pública**. Distrito federal, v. 3, n. 5-6, p. 5-13, jul./ dez. 1934.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. Instituto de Educação do Distrito Federal. **Arquivos do Instituto de Educação**. Prefeitura do Distrito Federal: Secretaria Geral de Educação e Cultura. Rio de Janeiro, v.II, n.4, p 19-32, dez.1945.

❖ Cartas

Carta de Anísio Teixeira a Lourenço Filho. 31-01-1930. Ruy Lourenço Filho. **Caminhos e encontros**: correspondência entre Anísio Teixeira e Lourenço Filho. In : MONARCHA, p. 201, 2001.

❖ Sites

CELSO Kelly. In: **ENCICLOPÉDIA** Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa284700/celso-kelly>>. Acesso em: 07 de Dez. 2020. Verbete da Enciclopédia.

Anexos

❖ Anexo 1

NOME: CARLOS DELGADO DE CARVALHO
 CARGO ATUAL: Prof. Cat. de C. Normal P. Q. QP Matr. 53 716 Ref. 152
 INGRESSO NA P. D. F.

NACIONALIDADE: Brasileira (Naturalizado)
 Data e lugar do Nascimento: 10/4/1884 Paris

ESTADO CIVIL: Casado
 Nome do cônjuge: Vera Roxo de Carvalho

Filiação { paterna: Carlos Dias Delgado de Carvalho
 materna: Lydia Tourinho de Carvalho

Título Eleitoral: 3315 *Titulo em 5/1/1911 - Titulo antigo em 4.3.33/1911* Cart. Militar
 Dipl. pelas Escolas:

Reg. no M. de Educ. *Sociologia Educacional no curso normal*
 Residência: R. Siqueira Campos 7 ap.1101 Tel. 37 9931

I. G. E. - Instituto de Educação
 CARLOS DELGADO DE CARVALHO Matr. 53 716

AUSÊNCIA DO PAÍS - Autorizado a ausentar-se do país por dois meses, sem prejuízo de seus vencimentos e tempo de serviço. D. Of. de 8/8/52.

APRESENTAÇÃO - Apresentou-se com o Mem. da Secretária Geral em 18/9/52. Mem. nº 23 038.

DESIGNAÇÃO - Designado pelo Sr. Secretário de Educação a Presidente da Comissão incumbida de estudar a reorganização do ensino normal. D. Oficial de 22/7/53.

NOMEAÇÃO - Nomeado, em comissão, Diretor do Departamento de História e Documentação. D. Of. de 24/7/53.

EXONERAÇÃO - Exonerado do cargo de Diretor do Dep. de H. e Documentação, por ato de 26-2-54. - D. Oficial de 27-2-54.

APRESENTAÇÃO - Apresentou-se com o "CP" em 17/3/54 por designação do Sr. Secretário de Educação em D. Oficial de 16/3/54. *publicada*

PADRÃO DE VENCIMENTOS - Foi-lhe concedido aumento quinquenal (4 cotas) a partir de 23/12/52, em cumprimento à sentença judicial - D. Of. de 2/12/54.

RETIFICAÇÃO NÚMERO COTAS Foi retificado o número de de cotas ~~XXXX~~ de 4 para 5, com validade a partir de 15/7/54 - D. Of. de 14/2/55.

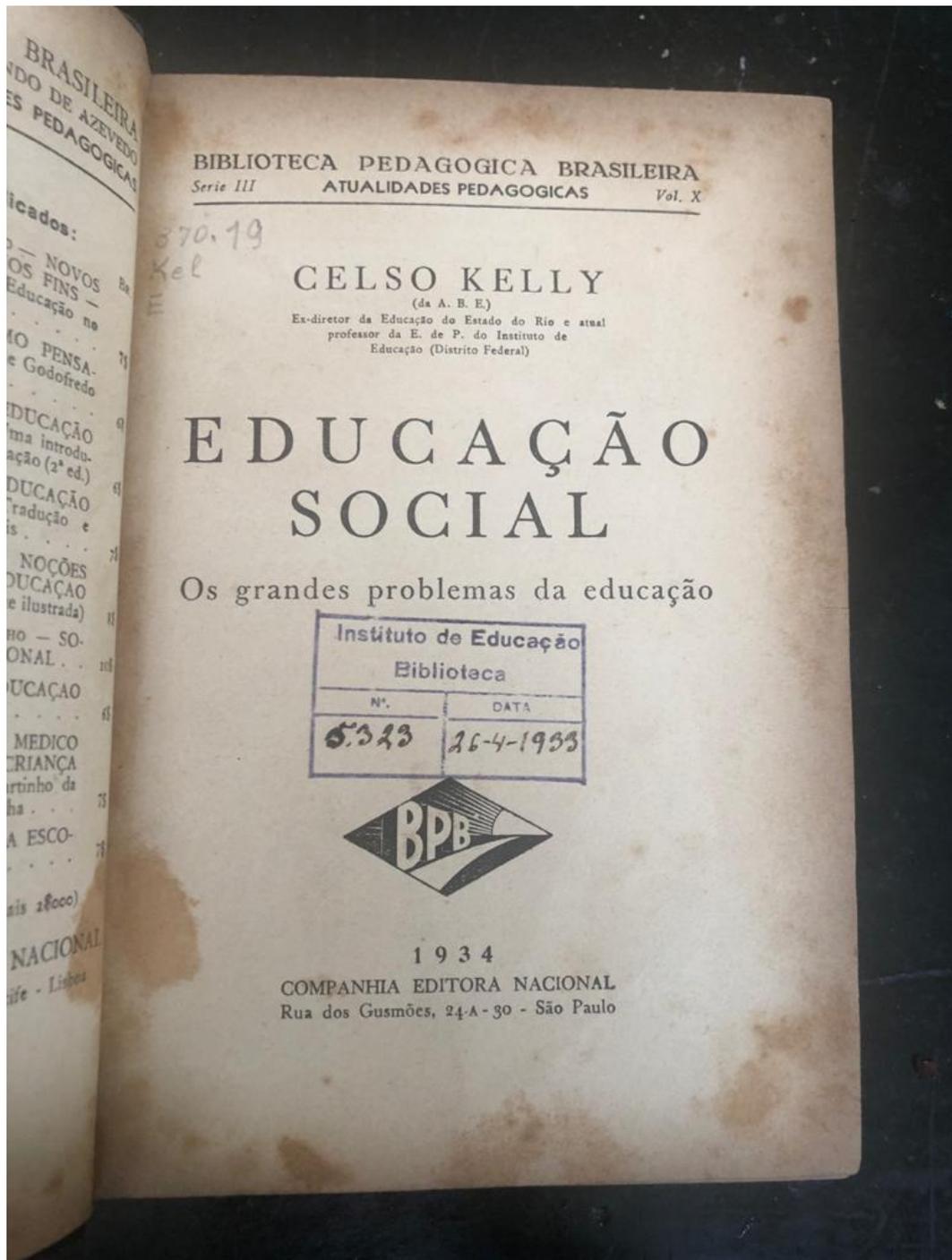
APOSENTADORIA - Aposentado conforme publicado em D.O. de 10/3/56.

❖ Anexo 2

NOME: _____
 CARGO Nome: CELSO OCTAVIO DO PRADO KELLY 154
 INGR: _____
 NAC: _____
 Data: _____
 Cargo: prof. Catedrático de curso Normal
 Matrícula: 19 222
 EST: _____
 Nome: _____
 Residência: Rua Fonte da Saudade, 128
 Telefone: 26-5780
 Fili: _____
 Observações: Aposentado - Art. 50 da Lei 880 de 17-11-56
 Titul: _____
 Dipl: _____
 Reg. no M. de Educ. Sociologia Educacional
 Residência R. Fonte da Saudade nº128
 Tel. 26 5780

CELSO OCTAVIO DO PRADO KELLY mat. 19 222
~~DESIGNAÇÃO~~
 NOMEAÇÃO - Por decreto de 17.5.951 - P.2 313- foi nomeado, em comissão, Diretor do Depto. de Educação de Adultos - pad. QC da Secretaria G. de E. e Cultura - Diário Oficial de 18.5.951
 PADRÃO DE VENCIMENTO - De acordo c/ o arts 15, da Lei 532/50 (Lei 541 de 1950) ficou, a partir de 28.11.50, elevado para "a", o padrão de seu vencimento. D. Oficial de 1/6/51.
 DESIGNAÇÃO - Por haver cessado a comissão em que se encontrava, foi designado para servir neste ITE. D. Oficial de 7/1/53.
 DESIGNAÇÃO - designado para Coordenador Geral dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento do ITE. - D. Oficial de 24/8/53.
 DESIGNAÇÃO - designado, por ato do Sr. Secretário, para exercer a função de Coordenador Geral dos Cursos de Aperfeiçoamentos e Especialização do Instituto de Educação - D. Oficial de 18/5/54.
 DESIGNAÇÃO - Designado para lecionar nos Cursos de Administradoras Escolares a disciplina de Cultura Contemporânea, com vigência a partir de 1º de abril - D.O. 23/5/57.
 APOSTILA: Nomeado pelo Exmo. Sr. Prefeito, para exercer o Mandado do Membro da

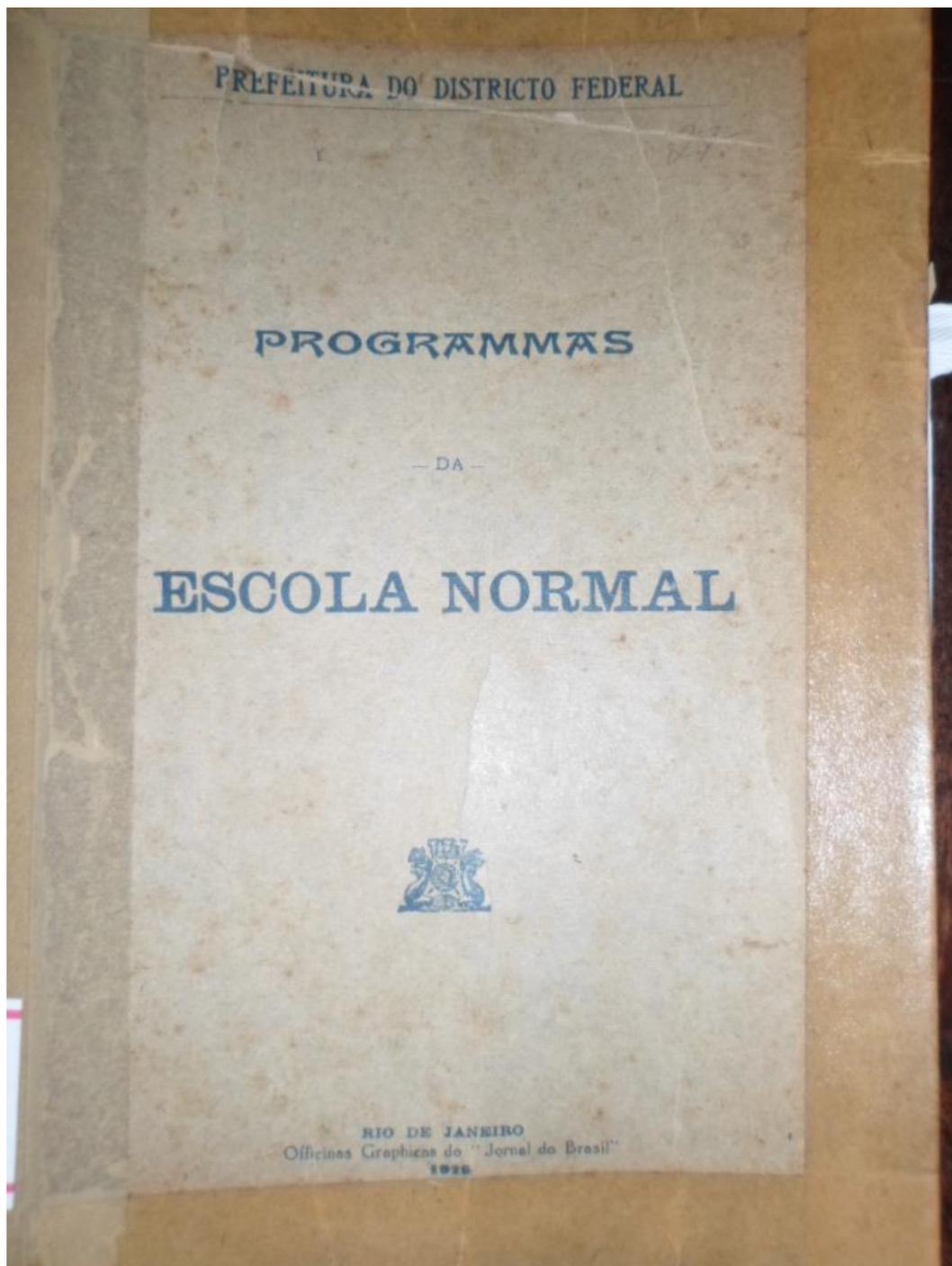
❖ Anexo 3



EDUCAÇÃO SOCIAL

Civilização atual	9-34
sumario ———	11
resumo ———	35
Sociedades	39-61
sumario ———	41
resumo ———	62
A educação e seu ambito	65-104
sumario ———	67
resumo ———	104
A educação e o tempo	107-127
sumario ———	109
resumo ———	128
A educação e o espaço	131-161
sumario ———	133
resumo ———	162
A educação e o trabalho	165-192
sumario ———	167
resumo ———	193
A educação e a moral	195-211
sumario ———	197
resumo ———	212
Indice remissivo de autores e materia	215-221

❖ Anexo 4



56 — Serviço sanitario escolar; o medico, a enfermeira e a professora, sua collaboração em favor do alumno. Dispensario: escolares.

PARTE PRÁTICA

- 1 — Principaes typos de microbios.
- 2 — Principaes typos de macroparasitos.
- 3 — Analyse dos elementos em suspensão no ar.
- 4 — Catathermometria.
- 5 — Photometria.
- 6 — Exame physico e bio-quimico da agua.
- 7 — Exame do leite; sophisticções, seu reconhecimento.
- 8 — Determinação do valor nutritivo de um alimento.
- 9 — Vaccinas e séros: verificação da sua acção.
- 10 — Determinação do valor de um desinfectante.
- 11 — Antropometria escolar, sua verificação.
- 12 — Desenvolvimento psychico da creança, sua verificação.
- 13 — Agudez visual e auditiva da creança, sua verificação.

Sob a direcção do professor serão realizadas, entre outras, as seguintes visitas:

- 1 — Um laboratorio microbiologico.
- 2 — Um laboratorio parasitologico.
- 3 — Um entreposto de leite.
- 4 — Uma installação de refrigeración de alimentos.
- 5 — Um dispensario de hygiene infantil.
- 6 — Um dispensario anti-tuberculoso.
- 7 — Assistencia Dentaria Infantil.
- 8 — Uma estação de tratamento biologico de aguas de esgoto.

SOCIOLOGIA

- 1 — *A Sociologia, seu conteúdo* — Definição do facto social. Limites da Sociologia e suas relações com as outras sciencias. Suas divisões. — As forças sociaes.
- 2 — *Methodo da Sociologia* — Observação, comparação e classificação dos factos sociaes — Complexidade dos phenomenos sociaes e sua verdadeira interpretação; perigos dos pontos de vista unilateraes e aprioristicos.
- 3 — *Historico das Interpretações Sociologicas* — A antiguidade: Aristoteles e Platão. — O medioevo e S. Thomas de Aquino, Dante. — De Machiavelli a Montesquieu — O Contracto Social e a influencia de Rousseau.
- 4 — *Augusto Comte* — Systematização e estudo scientifico dos phenomenos sociaes — A classificação das Sciencias — A lei dos tres estados.
- 5 — *Herbert Spencer* — A Philosophia synthetica: applicação da ideia da evolução ás sociedades.
- 6 — *Frederico Le Play* — A nomenclatura e o methodo das monographias. — Classificação dos typos de familias: communitarios e particularistas.
- 7 — *Os systemas sociologicos actuaes* — Ratzel e a escola geographia. — A Escola biologica. Os psychologos e os ethnographos — Sociologos francezes — A Sociologia e o seu ensino nos Estados Unidos.
- 8 — *Constituição e Evolução dos grupos.* — A familia —

Matriarchado e Patriarchado. — O casamento. Polyandria, polygamia e monogamia. — Organização da familia moderna entre os povos civilizados — A posição da mulher.

9 — *A Moral e a Religião* — As idéas moraes. — As formas primitivas do culto. — O advento do Christianismo, sua influencia na Sociedade e no Individuo.

10 — *Organização do Estado* — Clans, tribus, nações. As origens do Estado. — A guerra e a conquista. — O regimen militar: os grandes imperios. — A evolução politica. — O Estado moderno, suas formas e suas funcções.

11 — *Os problemas da População*. — Elementos da demographia: natalidade, mortalidade — Crescimento da População; doutrinas de Malthus.

12 — *Migração e Colonização* — Correntes migratorias, antigas e modernas. — Causas da emigração européa — As Colonias — Paizes de Imigração. — Questões de raças, de linguas e nacionalidades.

13 — *O Factor Economico* — Importancia dos phenomenos economicos na vida social — A Economia primitiva — A divisão do trabalho.

14 — *A Evolução Economica* — O mundo antigo e a Escravidão. — Commercio, navegação e expansão — O Regimen feudal; a servidão e as corporações — As grandes descobertas — O Absolutismo e a Revolução — A Democracia — A Grande Industria.

15 — *Estructura social na Phase Industrial* — A modificação dos valores tradicionaes da Sociedade. As classes sociaes: o proletariado. — Os salarios e o bem estar — Problemas sociaes contemporaneos de reajustamento: Individualismo, socialismo, sovietismo — O movimento feminista.

16 — *As Anomalias Sociaes* — Pauperismo, degenerescencia e crime. — O alcoolismo — As falhas da organização do trabalho: crises, desemprego. — Os menores e os desvalidos. — Assistencia social e Educação.

17 — *Problemas Sociaes na America* — America ingleza e America latina. — Colonias e Metropoles — O nativismo. — Influencia intellectual do Velho Mundo.

18 — *Problemas Sociaes no Brasil* — O problema da terra — O problema da raça. — O problema do trabalho. — Instituições sociaes principaes, legislação do trabalho.

19 — *A Formação da Mentalidade nacional* — A sua independencia, a sua integração na America e na Humanidade — Valor da educação: relevante funcção dos mestres.

20 — *Conclusão* — A idéa de Progresso Social.

HISTORIA DA EDUCAÇÃO

1 — Importancia da Educação — Educar e instruir — Educação phy sica, intellectual e moral — Conceito exacto da Educação integral.

2 — Educação systematica — Fins e meios — Pedagogia empirica e pedagogia scientifica — Evolução dos methodos — Importancia do estudo da Historia da Educação.

3 — Apreciação geral do problema da educação entre os povos orientaes — Influencia dos factores religiosos.

❖ Anexo 5

ARQUIVOS
DO INSTITUTO
DE EDUCAÇÃO

SUMÁRIO:

— — O Instituto de Educação no ano de 1936	271
LOURINCO FILHO — A formação do professorado primário	283
PROGRAMAS DE ENSINO:	
J. P. FONTENELLE — Biologia Educacional	295
LOURINCO FILHO — Psicologia Educacional	301
DELGADO DE CARVALHO — Sociologia Educacional	307
AFRÂNIO PEIXOTO — História da Educação	309
— — Filosofia da Educação	313
ELVIRA NISYNSKA — Leitura e linguagem	317
ALFREDINA DE PAIVA — Cálculo	323
MARIA REIS CAMPOS — Estudos Sociais	327
F. VENANCIO FILHO — Ciências Naturais	333
ELVIRA NISYNSKA — Literatura Infantil	337
CEIÇÃO DE BARROS BARRETO — Música e Canto Orfeônico	341
LOIS MARIETA WILLIAMS — Educação Física, Recreação e Jogos	345
F. DE NEREO SAMPAIO — Desenho e Artes Industriais	349
— — Prática de Ensino	357

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DO
DISTRITO FEDERAL — RIO DE JANEIRO — BRASIL

VOL. I MARÇO 1937 N. 3

SOCIOLOGIA EDUCACIONAL (*)

1. OBJETIVOS DO ENSINO DA MATÉRIA:

- a) Habilitar a professora primária a compreender o meio social em que vai atuar;
- b) Justificar o objetivo social que contém os programas, os planos de estudos, as matérias de ensino e a organização escolar.

2. REQUISITOS FUNDAMENTAIS PARA O ESTUDO DA MATÉRIA:

- a) Noções sumárias, mas precisas, de história geral da civilização;
- b) Noções elementares de geografia humana;
- c) Elementos de biologia;
- d) Elementos de psicologia;
- e) Noções de economia e direito;
- f) Sociologia geral.

3. PROGRAMA DA MATÉRIA:

Dada a importância que vão tomando, na educação, as Ciências Sociais, passou a Sociologia a ser, no ensino de grau superior, uma matéria indispensável e capital, visto representar uma sistematização das ciências sociais.

O programa deverá desenvolver-se obedecendo os seguintes pontos capitais:

- a) Análise da Sociedade em que a Escola desempenha suas funções de instituição social: Noções de organização social; situação do indivíduo na coletividade — Os tipos de grupos: família, vizinhança, recreio, comunidade, associação, Estado.
- b) Noção sumária de valores sociais, sua classificação e suas consequências educacionais.
- c) Valor social dos conhecimentos:
 1. Finalidades, currículos e planos de estudo.
 2. Interpretação sociológica das matérias de ensino.

(*) Matéria de ensino intensivo no III trimestre do 1.º ano.

- d) Estudo da população escolar — A questão da disciplina. Atividades extra-classe.
- e) Análise do mecanismo social em que o professor desempenha a sua missão. Noção de *processo social*: interação, concorrência, conflito, acomodação e assimilação.
- f) Estudo das principais categorias de *ajustamento social* da condição do espírito, da saúde, da economia e da conduta.

4. PROCESSOS DE TRABALHO:

- a) preleção do professor;
- b) investigação bibliográfica;
- c) aulas de discussão em grupos;
- d) excursões e visitas.

5. BIBLIOGRAFIA:

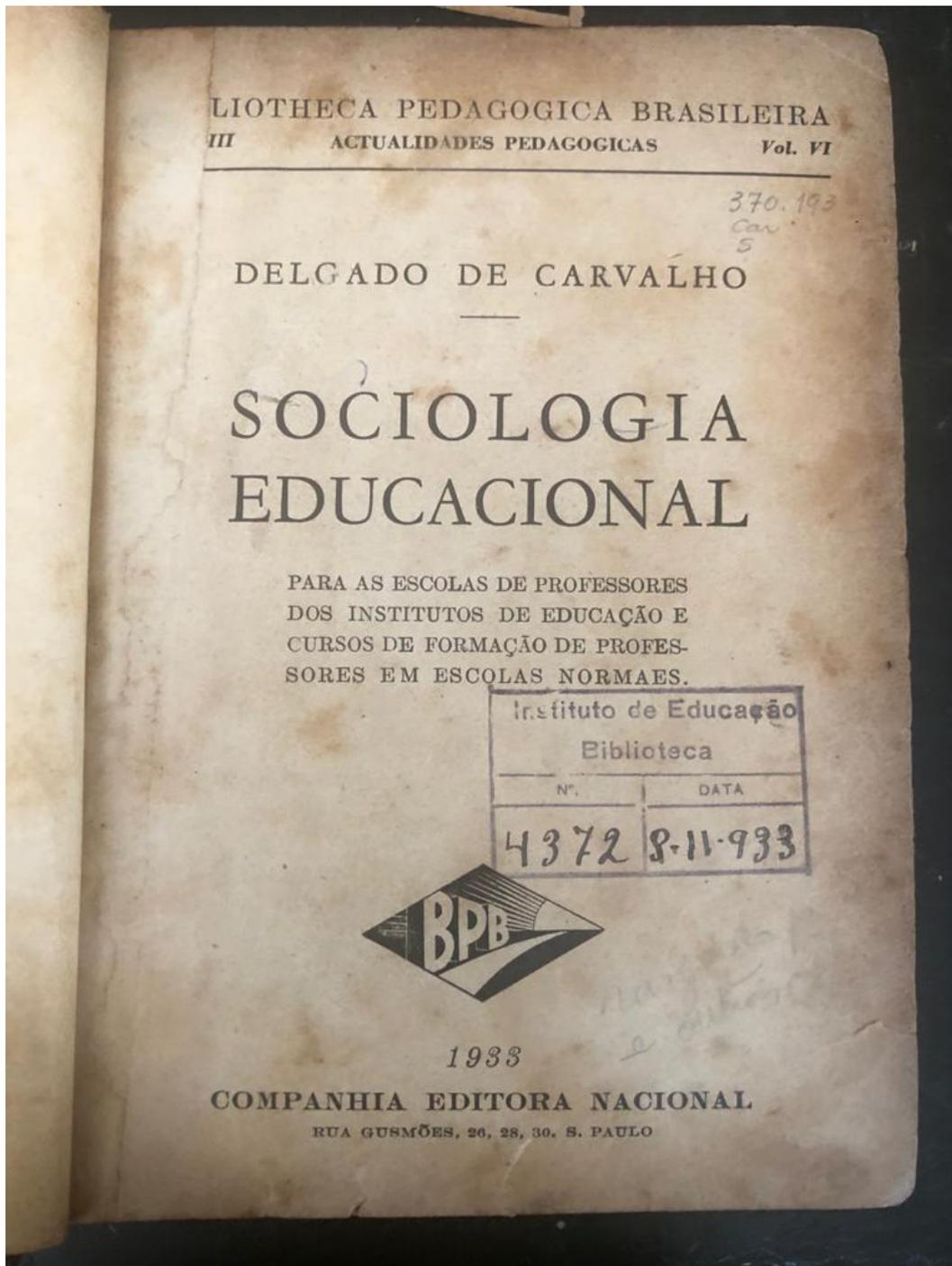
Ainda é restrita a literatura sociológica em língua nacional; faltam compêndios e livros de consulta.

Para as aulas de investigação bibliográfica sobre Sociologia Educacional, os professores terão de se limitar, por enquanto, a artigos de revistas de educação que tratam esporadicamente dos assuntos. Daí, a necessidade da organização de fichas das melhores revistas.

Uma bibliografia mínima poderia, entretanto, ser organizada, para obras a consultar.

(a) C. DELGADO DE CARVALHO,
Professor de Sociologia Educacional

❖ Anexo 6





JOHN DEWEY

Segundo o busto de Epstein

Indice

INTRODUÇÃO	PGs. 5
----------------------	-----------

PRIMEIRA PARTE

A ANALYSE SOCIAL

Capitulo	I — Definições e Historico	11
Capitulo	II — A Organização Social	27
Capitulo	III — O Individuo e a Collectividade	45
Capitulo	IV — Os Grupos Primarios. A) A Familia	59
Capitulo	V — Os Grupos Primarios. B) O Grupo de Recreio	83
Capitulo	VI — Os Grupos Primarios. C) A Communidade	95
Capitulo	VII — Os Grupos Intermediarios	115
Capitulo	VIII — Os Grupos Secundarios	135

SEGUNDA PARTE

OS VALORES SOCIAES

Capitulo	IX — O Controle Social	163
Capitulo	X — O Conceito de Progresso	185
Capitulo	XI — Os Valores Sociaes	201
Capitulo	XII — Classificação dos Valores Sociaes	217
Capitulo	XIII — Distancias Sociaes	235
Capitulo	XIV — Os Niveis Sociaes e a Burguezia	260

TERCEIRA PARTE

O PROCESSO EDUCATIVO

Capitulo	XV — As Finalidades	271
Capitulo	XVI — O Plano de Estudos	287
Capitulo	XVII — Valor Educativo dos Conhecimentos	311
Capitulo	XVIII — A População Escolar	359
Capitulo	XIX — Disciplina e Orientação	383
Capitulo	XX — Actividades Extra-classe	409